



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO I

ANO XVIII — N.º 203

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 19 DE DEZEMBRO DE 1963

CÂMARA DOS DEPUTADOS

SUMÁRIO

- 1 — MESA
- 2 — LÍDERES E VICE-LÍDERES
- 3 — COMISSÕES PERMANENTES
- 4 — COMISSÕES ESPECIAIS
- 5 — COMISSÕES DE INQUÉRITO
- 6 — ATAS DAS COMISSÕES
- 7 — 3.ª SESSÃO DA 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 5.ª LEGISLATURA, EM 18 DE DEZEMBRO DE 1963 (CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA)

I — Abertura da sessão

- II — Leitura e assinatura da ata da sessão anterior
- III — Leitura do expediente.

PROJETO DE RESOLUÇÃO APRESENTADO:

N.º 36-63, do Sr. Afrânio de Oliveira, que autoriza a Mesa da Câmara dos Deputados a editar a obra "Em Clima da Hora", de autoria de Suzanne Labin. — (À Mesa).

PROJETO APRESENTADO:

N.º 1.546-63, do Sr. Clóvis Pestana, que autoriza o Poder Executivo a criar a cadeira de Problemas Brasileiros, em todas as escolas superiores, civis e militares do país e o Curso de Planejadores em todas as Universidades do Brasil. — (As Comissões de Constituição e Justiça, de Educação e Cultura e de Finanças).

IV — PEQUENO EXPEDIENTE

Oradores:

O Sr. Manoel de Almeida congratula-se com o Congresso Nacional, pela aprovação do Projeto n.º 4.904, que abre crédito especial para atender aos lavradores do Vale do São Francisco, atingidos pelas inundações.

O Sr. Costa Cavalcanti relata fatos que se vêm verificando no seio da Marinha de Guerra e apela ao Presidente da República e ao Ministro da Marinha, para que tomem conhecimento dos fatos.

O Sr. Lourival Baptista tece considerações sobre o debate em torno do preenchimento do sistema de aviação embarcada no porta-aviões "Minas Gerais".

O Sr. Geraldo Mesquita apela ao Ministro da Indústria e Comércio, no sentido de que autorize o pagamento dos vencimentos e salário-família dos servidores da COAP do Estado do Acre.

O Sr. Antônio Bresolin chama a atenção do Ministro da Agricultura, para que procure métodos ou produtos químicos para o combate às pragas das lavouras, mas que não destruam as criações de abelhas, notadamente no Rio Grande do Sul.

O Sr. Cunha Bueno registra a inauguração, pelo Presidente da República, em Piassaguera, da Companhia Siderúrgica Paulista; lê mensagem a esse respeito e o discurso do Sr. General Amaury Kruehl, ao assumir o Comando do II Exército.

O Sr. Dasso Coimbra ressalta a presença de grande número de parlamentares às sessões realizadas neste período extraordinário e exalta a iniciativa do Ministério da Educação e Cultura, em apresentar um coral em praça pública em Brasília, sob a direção do maestro Levino Alcântara, entoando músicas de Natal.

O Sr. Osmaí Dutra apresenta projeto de lei que visa à regularização das operações de imóveis.

O Sr. Clóvis Pestana apela ao Ministro das Minas e Energia, para que acelere o aproveitamento do xisto betuminoso de São Gabriel, no Estado do Rio Grande do Sul.

O Sr. Brito Velho protesta contra ato do Ministro da Guerra, transferindo o Major Carlos Gonçalves da Cunha, de São Gabriel — Rio Grande do Sul para Bela Vista — Mato Grosso.

O Sr. Raimundo Fadiha protesta contra ato do Ministro da Justiça, em transferir para a esfera federal, a Polícia da Guanabara, deixando, assim, aquele Estado despoliciado.

O Sr. Último de Carvalho lê ofício do Ministro da Agricultura, no qual são dados os motivos da transferência da Escola Nacional de Florestas, de Viçosa, Minas Gerais para o Estado do Paraná.

O Sr. Oswaldo Zanello lê protesto do povo de Colatina, Espírito Santo, contra a notícia do registro do Partido Comunista Brasileiro.

O Sr. Benedito Vaz manifesta-se favorável à convocação extraordinária do Congresso Nacional.

O Sr. Plínio Lemos critica a minuta do decreto, publicado no "Correio da Manhã", sobre a reforma agrária e apela ao Presidente da República, para que o reveja, antes de assiná-lo.

O Sr. Benjamin Farah apela ao Presidente da República, para que determine aos ministros militares, a liberação condicional, no período natalino, dos sargentos presos envolvidos no levante de Brasília.

O Sr. Ary Pitombo apela ao Superintendente da Companhia Costeira, para que coloque transatlânticos à serviço do povo brasileiro e não às companhias de turismo.

O Sr. Garcia Filho tece considerações sobre a discriminação por que passa os subalternos das Forças Armadas e apela à Casa, para que vote a anistia.

O Sr. Aniz Badra apela ao Ministro da Fazenda, para que dê atendimento às relações chegadas à Delegacia Fiscal de São Paulo, referentes ao Ministério da Justiça e Ministério da Educação e Cultura.

O Sr. Padre Nobre louva o ato do Presidente da República, em instituir o Dia da Família.

O Sr. Abrahão Sabbá apela ao Ministro da Fazenda, no sentido de que dote o Estado do Amazonas de sêlos federais.

O Sr. Alvaro Catão discorre sobre a inauguração da Usina Siderúrgica José Bonifácio, da COSIPA, em Santos, São Paulo.

O Sr. Nicolau Tuma enaltece as qualidades de D. Ester Mesquita, falecida recentemente em São Paulo, bem como comenta a inauguração da Usina Siderúrgica José Bonifácio, da COSIPA, em Piassaguera — Santos — São Paulo.

O Sr. Franco Montoro faz uma prestação de contas dos trabalhos iniciais da Comissão Especial de Habitação e Reforma Urbana.

O Sr. Abel Rafael critica, violentamente, a péssima qualidade dos automóveis de fabricação nacional.

O Sr. Marco Antônio comunica a nomeação do Sr. Thomas Mann, para Secretário de Estado dos Estados Unidos da América, para Assuntos Interamericanos, bem como critica a agressividade da política norte-americana para com Cuba.

O Sr. Geraldo Freire solicita dos Ministros da Justiça e da Fazenda, o cumprimento das Leis ns. 4.071-A e 4.242, apresentando memorial de Oficiais do Registro Civil, de Minas Gerais, informando o não recebimento daquele benefício.

O Sr. Ario Theodoro encaminha à Mesa, requerimento de informações dirigido ao Ministério da Viação, sobre as providências para a dragagem do Rio Pavuna e do Canal Sarapu, no Estado do Rio de Janeiro.

O Sr. Breno da Silveira encaminha requerimento de informações sobre irregularidades no IAPC.

O Sr. João Hercúlio combate as críticas feitas pelo Sr. Auro de Moura Andrade, ao Presidente da República, por ocasião da promulgação da Lei Orçamentária de 1964.

V — ORDEM DO DIA

VI — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA

VII — ENCERRAMENTO E LEVANTAMENTO DA SESSÃO

I — Gabinete do Sr. Primeiro Secretário — Respostas a pedidos de informações.

II — Diretoria-Geral

- a) Relação de processos encaminhados pelo Diretor Geral, em 15 de dezembro de 1963.
- b) Aviso referente a Diretoria de Assistência Médica

MESA

- Presidente — Ranieri Mazzilli.
- 1º Vice-Presidente — Clóvis Motta.
- 2º Vice-Presidente — Vago.
- 1º Secretário — José Bonifácio.
- 2º Secretário — Henrique La Rocque
- 3º Secretário — Aníz Badra.
- 4º Secretário — Paulo Micarone.
- 1º Suplente — Dirceu Cardoso.
- 2º Suplente — Gabriel Hermes.
- 3º Suplente — Gabriel Hermes.
- 3º Suplente — Valério Magalhães

LIDER E VICE-LIDERES DE BLOCO PARLAMENTAR

4. Suplente — Clemens Sampaio.
A MAIORIA * * *
 Líder

- PSD — Tancredo Neves
 Vice-Líderes
- PSD — Martins Rodrigues
- PTB — Borayuva Cunha
- PSD — José Aikman
- PSD — Ulisses Guimarães
- PSD — Joaquim Ramos
- PSD — Vieira de Melo
- PSD — Ponce de Arruda
- PSD — Humberto Lutena
- PSD — Renato Archer
- PSD — Aderbal Jurema
- PTB — Doutel de Andrade
- PTB — Chagas Rodrigues
- PTB — Gilberto Mesurinho
- PTB — Afonso Celso
- PTB — Temperant Pereira
- PTB — Sergio Magalhães
- PTB — Amino Afonso

DA MINORIA

- Líder
- UDN — Pedro Aleixo
 Vice-Líderes
- UDN — Ernani Sávio
- PI — Luiz Viana
- UDN — Herbert Levy
- PL — Brito Velho
- UDN — Bilac Pinto
- UDN — Acaucio Cardoso
- PL — Raul Pilla
- UDN — Alomar Baleeiro

Bloco dos Pequenos Partidos

- MTR — PDC — PST — PR — PSP — PRI.
- Líder
- PSB — Max da Costasantos
 Vice-Líderes
- PDC — Theophilo de Andrade
- PDC — Juarez Fávora
- PST — Tenório Cavalcanti
- PR — Theophilo Pires
- PSB — Mário Lima
- MTR — Derville Allegretti
- MTR — Ewaldo Pinto
- FRI — Rui Amaral
- FRI — Lino Morganti

LIDERES DE PARTIDOS

- PSD**
 Líder
- PSD — Martins Rodrigues
 Vice-Líderes
- PSD — Leopoldo Peres
- PSD — João Menezes
- PSD — Ivar Saldanha
- PSD — Atulzio Bezerra
- PSD — Janduby Carneiro
- PSD — Aloisio de Castro
- PSD — Getulio Moura
- PSD — Ulbino de Carvalho
- PSD — Antônio Febrônio
- PSD — Castro Costa
- PSD — Plínio Costa
- PSD — Antônio Almeida
- PSD — Peracchi Barcellos
- PSD — Matos Carvalho

- PTB**
 Líder
- TR — Doutel de Andrade — Vice-Líder no exercício da Liderança
- Vice-Líderes
- PTB — Sérgio Magalhães
- PTB — Clemens Sampaio
- PTB — Milton Reis
- PTB — Ramon de Oliveira Neto
- PTB — Rubens Paiva
- PTB — Augusto de Gregório
- PTB — Clodomir Leite
- PTB — Antônio Annibailli
- PTB — Ortiz Borges

- UDN**
 Líder
- UDN — Acaucio Cardoso
 Vice-Líderes
- UDN — Corrêa da Costa
- UDN — Manuel Faveira
- UDN — Padre Godinho
- UDN — Amaral Neto
- UDN — Gil Veloso
- UDN — Celso Passos
- UDN — Ruy Santos
- UDN — Arnaldo Carvalho
- UDN — Oscar Corrêa
- UDN — Adolfo Oliveira
- UDN — Wilson Martins
- UDN — Fourinho Santos.

- PSP**
 Líder
- PSP — Arnaldo Cerdeira
 Vice-Líderes
- PSP — Muniz Falcão
- PSP — Bento Gonçalves

- PDO**
 Líder
- PDO — Franco Montory
 Vice-Líderes
- PDO — Plínio Sampaio
- PDO — Accioly Filho
- PDO — Euclides Rêches
- PDO — Geremias Pontes

- PTN**
 Líder
- PTN — Joséphat Azevedo

EXPEDIENTE
 DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL
 ALEERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
 MURILO FERREIRA ALVES FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO I

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
 BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES		FUNCIONARIOS	
Capital e Interior		Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 50,00	Semestre	Cr\$ 38,00
Ano	Cr\$ 96,00	Ano	Cr\$ 76,00
Exterior		Exterior	
Ano	Cr\$ 136,00	Ano	Cr\$ 108,00

— Executadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

Vice-Líder	Vice-Líder
PTN — Tufy Nassif	PRP — Abel Rafael
PR — Líder	PL — Líder
PR — Raul Pires	PL — Raul Pilla
Vice-Líderes:	Vice-Líderes
Aécio Cunha	PL — Luiz Viana Filho
Nogueira de Resende	PL — Brito Velho
Walter Passos	PL — Norberto Schmidt

COMISSÕES PERMANENTES

CHEFE: GENY XAVIER MARQUES
 12º andar — Ramais 184 e 321.

- Comissão de Agricultura e Política Rural**
- PSD — Pacheco Chaves, Presidente
 - PTB — Renato Celidônio, Vice-Presidente
 - UDN — Augusto Novais, Vice-Presidente
 - PSD — Ary Alcântara
 - PSD — Arnaldo Garces
 - PSD — João Sândes
 - PSD — Manoel Almeida
 - PSD — Paulo Montana
 - PSD — Pedro Zimmermann
 - PTB — Abrahão Moura
 - PTB — Ary PL. Lobo
 - PTB — Gilberto Mestrinho
 - PL — Ney Maranhão
 - PTB — Rubens Alves
 - UDN — Correa da Costa
 - JDN — Furado Leite
 - UDN — Herbert Levy
 - UDN — Jales Machado
 - PSP — Geraci de Barros
 - PDO — João Dória
 - PST — Tenório Cavalcanti
 - PRI — Lino Morganti
 - PRP — Ivan Luz

SUPLENTES

- PSD - Celestino Filho
- PSD - Gayoso e Almendra
- PSD - Luciano Machado
- PSD - Maurício Andrade
- PSD - Ozanam Coelho
- PSD - Paes de Andrade
- PSD - Valério Magalhães
- PTB - Alceu de Carvalho
- PTB - Chagas Rodrigues
- PTB - Garcia Filho
- PTB - João Mendes
- PTB - Ramon Oliveira Neto
- PTB - Roberto Braga
- UDN - Afrânio de Oliveira
- UDN - Newton Carneiro
- UDN - Edison Garcia
- UDN - Guilherme Machado
- UDN - Pereira Lucio
- PSP - Broca Filho
- PDC - Plínio Sampaio
- PST - Vago
- PRP - Vago
- PRT - Vago

Reuniões: As terças-feiras às 18 horas e 30 minutos.
Secretaria: Maria José Leobons.

Comissão de Constituição e Justiça

- PSD - Tarso Dutra - Presidente

TURMA "A"

- UDN - Djalma Marinho - vice-Presidente
- PSD - Castro Costa
- PSD - Celestino Filho
- PSD - Lenoir Vargas
- PSD - Vieira de Melo
- PTB - Almino Afonso
- PTB - Chagas Rodrigues
- PTB - Eloy Dutra
- PTB - Rogê Ferreira
- UDN - José Meira
- UDN - Pedro Aleixo
- UDN - Rondon Pacheco
- PDC - Arruda Câmara
- PSP - Arnaldo Cerdeira
- PR - Vago

TURMA "B"

- PTB - Tabosa de Almeida - Vice-Presidente
- PSD - José Burnett
- PSD - Ovídio de Abreu
- PSD - Ulysses Guimarães
- PSD - Wilson Roriz
- PTB - Alceu de Carvalho
- PTB - Raimundo de Brito
- PTB - Roland Corbisier
- UDN - Ferro Costa
- UDN - Laerte Vieira
- UDN - Wilson Martins
- PSP - Alfredo Nasser
- Coligação PTN - MTR - PRT - Pedro Marão
- Coligação - PST - PRP - PSB - Demisthócles Batista
- PDC - Accioly Filho

SUPLENTES

- PSD - Aderbal Jurema
- PSD - Anísio Rocha
- PSD - Chagas Freitas
- PSD - Vago
- PSD - Getúlio Moura
- PSD - Lauro Leitão

- PSD - João Menezes
- PSD - Osny Regis
- PSD - Paes de Andrade
- PTB - Afonso Celso
- PTB - Altino Machado
- PTB - Argêmano Dario
- PTB - Manoel Barbudv
- PTB - Manso Cabral
- PTB - Miguel Bulara
- PTB - Temperani Pereira
- PTB - Ortiz Borges
- UDN - Aliomar Balestra
- UDN - Dnar Mendes
- UDN - Ernani Sátiro
- UDN - Geraldo Freire
- UDN - Guilherme Machado

- UDN - Nicolau Tuma
- UDN - Simão da Cunha
- PSP - Clodomir Millet
- PSP - Stélio Maroja

Coligação - PST - PRP - PSB - Ivan Luz

Coligação - PTN - MTR - PRT - Max da Costasantos

- PDC - Henrique Turner
- PR - Walter Passos - Vago.

Reuniões - Turma "A" - às 15,30 horas.

Reuniões - Turma "B" - as quintas-feiras às 15,30 horas.

Reuniões Plenas - as quartas-feiras, às 15,30 horas.
Secretário: Paulo Rocha.
Assistentes: Roberto Lurran e Raulanda.

Comissão do Distrito Federal

- UDN - Guilherme Machado, Presidente
- PSD - Valério Magalhães, Vice-Presidente
- PSD - Jessé Freire
- PSD - Carlos Murilo
- PSD - Gustavo Capanema
- PSD - Humberto Lucena
- PSD - Peixoto da Silveira
- PSD - Rachid Mamed
- PSD - Vago
- PTB - Achilles Diniz
- PTB - Bezerra Leite
- PTB - Breno da Silveira
- PTB - Giordano Alves
- PTB - Nely Novaes
- PTB - Paulo Freire
- PTB - Rezende Montenegro
- UDN - Arnaldo Nogueira
- UDN - Emival Calado
- UDN - Magalhães Mele
- UDN - Manuel Taveira
- UDN - Padre Godinho
- UDN - Padre Godinho
- PSP - Ludovico de Almeida
- PDC - Franco Montoro
- PST - Mário Covas
- PTN - Marcelo Sanford
- Suplentes:
 - PSD - Anísio Rocha
 - PSD - Armando Leite
 - PSD - Daso Colmbry

- PSD - Dirceu Cardoso
- PSD - Lauro Leitão
- PSD - Moura Santos
- PSD - Ozanam Coelho
- PSD - Vago
- PTB - Heráclio Régo
- PTB - Ivete Vargas
- PTB - Milton Reis
- PTB - Ney Maranhão
- PTB - Paulo Mararini
- PTB - Vieira Fasso
- PTB - Haroldo Duarte
- UDN - Adolfo Oliveira
- UDN - Afrânio Oliveira
- UDN - Edson Garcia
- UDN - Francelino Pereira
- UDN - Nicolau Tuma
- UDN - Wilson Martins
- PSP - Carvalho Sobrinho
- PDC - José Menck
- PST - Vago
- PTN - Maurício Goulart

REUNIÕES

As quarta-feiras às 15 horas.
Secretário: Luiz Paulo de Oliveira
Auxiliar: Terezinha Nóbrega Araújo da Cunha.

Comissão de Economia

PTB - Temperani Pereira - Presidente.

TURMA "A"

- PSD - José Alkmin - Vice-Presidente.
- PSD - Cunha Bueno
- PSD - Hélio Ramos
- PSD - Lyrio Bertoli
- PSD - Osni Regis
- PTB - Audizic Pinheiro
- PTB - Milton Cabral
- PTB - Ramon de Oliveira Neto
- UDN - Adolfo Oliveira
- UDN - José Carlos
- UDN - Tourinho Dantas
- UDN - Zacharias Seleme
- PSP - Neiva Moreira
- PDC - Teófilo Andrade
- PTN - Joséphat Azevedo

TURMA "B"

- UDN - Alvaro Catão - Vice-Presidente.
- PSD - Vago
- PSD - Dias Macedo
- PSD - Jorge Kaumie
- PSD - Marcela Terra
- PSD - Teotônio Neto
- PTB - Afonso Celso
- PTB - Antônio Bresolin
- PTB - Arthur Lima
- PTB - Osmar Grajinha
- UDN - Simão da Cunha
- UDN - Sussumu Hirata
- PSP - Stélio Maroja
- PDC - Plínio Sampaio
- PSB - Roberto Saturnino

SUPLENTES

- PSD - Aluizio Bezerra
- PSD - Henrique Lima
- PSD - João Menezes
- PSD - João Ribetiro
- PSD - Luciano Machado
- PSD - Ovídio de Abreu
- PSD - Pacheco Chaves
- PSD - Paulo Montano
- PSD - Pedro Zimmermann
- PSD - Peixoto da Silveira
- PTB - Ariosto Amado
- PTB - Paulo Mararini
- PTB - Raul Carneiro
- PTB - Renato Cendônio
- PTB - Rubem Alves
- PTB - Rubens Paiva
- PTB - Sérgio Magalhães
- PTB - Unirio Machado
- UDN - Aíde Sampaio
- UDN - Elia Carmo
- UDN - Puriado Leite
- UDN - Hermes Macedo
- UDN - Manoel Taveira
- UDN - Oscar Corrêa
- UDN - Raimundo Paçilha
- PSP - Bento Gonçalves
- PSP - Carvalho Sobrinho
- PDC - Henrique Turner
- PDC - João Dória

- PST - Esmerino Arruda
- PRT - Lino Morganti

REUNIÕES

Turma "A": Quartas-feiras às 18 horas

Turma "B": Quintas-feiras às 16 horas

Secretaria: Lia Campista Santo
Assistentes: José Maria Valdetaro
Vianna - Maria Magdalena Herberg.
Auxiliar: Aracy de Almeida Coutinho.

Comissão de Educação e Cultura

- UDN - Lauro Cruz, Presidente
- PSD - Aderbal Jurema, Vice-Presidente
- PTB - Clay de Araújo, Vice-Presidente
- PSD - Antônio Almeida
- PSD - Daso Coimbra
- PSD - Dirceu Cardoso
- PSD - Henrique Lima
- PSD - Lauro Leitão
- PSD - Yukishigue Yamura
- PTB - Aurino Vargas
- PTB - Elias Nacle
- PTB - Padre Nobre
- PTB - Paulo Mansur
- PTB - Raul Carneiro
- UDN - Braga Ramos
- UDN - Cardoso de Menezes
- UDN - Orenho Carneal
- PL - Brito Veijo
- PSP - Campos Vergal
- PDC - José Richu
- MTR - Derville Allegretti

Suplentes

- PSD - Gerardo Mesquita
 - PSD - Joel Barbosa
 - PSD - Manoel Almeida
 - PSD - Martins Rodrigues
 - PSD - Medeiros Neto
 - PSD - Orlando Bertoli
 - PSD - Pinheiro Chagas
 - PTB - Afonso Celso
 - PTB - Antônio Aníbal
 - PTB - Ario Theodoro
 - PTB - Edesio Nunes
 - PTB - Milton Dutra
 - PTB - Nely Novaes
 - UDN - Albino Zani
 - UDN - Francelino Pereira
 - UDN - José Carlos
 - UDN - Oslan Araripe
 - UDN - Paulo Sarasate
 - PSP - Stélio Maroja
 - PDC - Carlos Werneck
 - MTR - Ewaldo Pinto
- Reuniões ordinárias: terças e quintas-feiras às 14,30 horas.
Secretário: José Augusto Guerra
Auxiliar: Marta Clélia Orrico.

Comissão de Finanças

- PTB - Cesar Prieto, Presidente
- TURMA "A"
 - UDN - Pereira Lopes, Vice-Presidente
 - PSD - João Abdala
 - PSD - Vago
 - PSD - Mario Tamboortndeguy
 - PSD - Ozanam Coelho
 - PSD - Waldemar Guimarães
 - PTB - Ario Theodoro
 - PTB - Manso Cabral
 - PTB - Wilson Chedid
 - UDN - Flores Soares
 - UDN - Souza Santos
 - UDN - Oslan Araripe
 - PSP - Emmanuél Waismann
 - PST - Marco Antônio
- TURMA "B"
 - PSP - Carvalho Sobrinho, vice-Presidente
 - PSD - Bivar Ornti
 - PSD - João Ribetiro
 - PSD - Ferraci Barcelos
 - PSD - José Freire

- PTB - Batista Ramos
- PTB - Paulo Cunha
- PTB - Ary de Azevedo
- UDN - Edson Ladeira
- UDN - Flaviano Ribeiro
- UDN - Luiz Bronzeado
- UDN - Oscar Cardoso
- PDC - Carlos Werneck
- PTN - Hamilton Prado
- PR - Acacio Cunha
- MTR - Juiz Brum

Suplentes

- PSD - Glóvia Pastana
- PSD - Gilberto Faria
- PSD - Levy Favreza
- PSD - Vago
- PSD - Maria Santos
- PSD - Orlando Bertoff
- PSD - Plínio Costa
- PSD - Vitorino Magalhães
- PSD - Ultimeo de Carvalho
- PTB - Almozo Ceiso
- PTB - Aquiles Diniz
- PTB - Clemens Sampaio
- PTB - José Maria
- PTB - Fernando Lima
- PTB - Gastão Pereira
- PTB - Zaire Nunes
- UDN - Esquias Costa
- UDN - Hermes Macedo
- UDN - José Sarney
- UDN - Paul de Goes
- UDN - Jacon Filho
- UDN - Manoel Laveira
- UDN - Correia da Costa
- UDN - Domício Freitas
- PSP - Cândido Sampaio
- PSP - Adão Bergamo
- PDC - Henrique Turber
- PSB - Francisco Juliao
- PTN - Raimundo Andrade
- MTR - Vago
- PST - Vago

Reuniões

As quartas e quintas-feiras às 15 horas e 30 minutos

Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas

- PSD - Waldemar Guimarães
- PTB - Paiva Muniz - Presidente
- TURMA "A"
- UDN - Plínio Lemos - Vice-Presidente
- PSD - Geraldo Mesquita
- PSD - Leorjido Peres
- PSD - Paiz de Almeida
- PTB - Joao Herculanu
- PTB - Luna Freire
- PTL - Theodilo de Albuquerque
- UDN - Gabriel Hermes
- UDN - Vago
- PSP - Adib Chammas
- PTN - Maurício Goulart
- TURMA "B"
- PSD - João Menezes - Vice-Presidente
- PSD - João Simões
- PSD - José Rêo
- PSD - José Carlos Teixeira
- PTB - Padre Palhano Saboia
- PTB - Unirio Machado
- UDN - Amara Neto
- UDN - Antônio Carlos Magalhães
- PDC - Minoru Miyamoto
- PR - Teófilo Pires
- PST - Adriaõ Bernardes

Suplentes

- PSD - Aluizio Bezerra
- PSD - Gilberto Faria
- PSD - Janduby Carneiro
- PSD - Ovidio de Abreu
- PSD - Philadelphia Garcia
- PSD - Yukishigue Tamura
- PTB - Augusto de Gregório
- PTB - Batista Ramos
- PTB - César Prieto
- PTB - Clemens Sampaio
- PTB - Souto Maior
- PTB - Rubens Alves
- UDN - Allomar Balestro
- UDN - Lourival Batista
- UDN - Ezequias Costa
- UDN - Geraldo Freire

- UDN - Raul de Góes
- PSP - Clodomir Millet
- PDC - Emílio Gomes
- PR - Vago
- PTN - Hamilton Prado
- PST - Vago

Secretária: Izaura Teixeira. Reuniões: Quintas-feiras às 16 horas no 21º andar do Anexo.

Comissão de Legislação Social

- PTB - Adylio Vianna - Presidente
- PSD - Philadelphia Garcia - Vice-Presidente
- UDN - Hermes Macedo - Vice-Presidente
- PSD - Vago
- PSD - Amisil Rocha
- PSD - José Esteves
- PSD - Nelson Carneiro
- PSD - Pinheiro Chagas
- PTB - Benedito Catqueira
- PTB - Helcio Mautenanaul
- PTB - João Alves
- PTB - Ruy Lino
- PTB - Waidir Simões
- UDN - Elias Carmo
- UDN - Gerardo Freire
- UDN - Francisco Pereira
- UDN - Lústosa Sotrinho
- PSB - Max de Costasantos
- PST - Waldemar Alves
- PSP - Harry Normato
- PDC - Geremias Pontes

Suplentes

- PSD - Chagas Freitas
- PSD - Geraldo Mesquita
- PSD - Jorge Kalume
- PSD - Moura Santos
- PSD - Tarciso Dutra
- PSD - Wilson Romiz
- PTB - Breno da Silveira
- PTB - Djaima Passos
- PTB - Florisceno Paixão
- PTB - Mário Maia
- PTB - Milton Cabral
- PTB - Wilson Chedid
- UDN - Adolpho Oliveira
- UDN - Braga Ramos
- UDN - Luiz Bronzeado
- UDN - Simão da Cunha
- UDN - Sussumu Hirata
- PSB - Mário Lima
- PDC - Plínio Sampaio
- PST - Vago
- PSP - Campos Vergal

Reuniões: Quartas-feiras às 15,30 horas.

Secretário "ad hoc" - José Roque Martins e Silva.

Auxiliar: Carlos Alberto Ramos.

De Minas e Energia

- UDN - Edilson Melo Fávora, Presidente
- TURMA "A"
- PSD - Amintas de Barros, Vice-Presidente
- PSD - Amara Furlan
- PSD - Fernando Santana
- PSD - Rachid Mamed
- PTB - Haroldo Duarte
- PTB - Leones Brizola
- PTB - Ortiz Borges
- UDN - Dias Lins
- UDN - Ormeo Botelho
- PRP - Plínio Salgado
- PR - Walter Passos
- TURMA "B"
- PTB - Sérgio Magalhães, Vice-Presidente
- PSD - Abrahão Sabbá
- PSD - Ultimeo de Carvalho
- PSD - Moura Santos
- PTB - Augusto de Gregório
- PTB - Aloysio Nonô
- UDN - Celso Passos
- UDN - Jorge Curi
- PDC - Juarez Fávora
- PTN - Raimundo de Andrade
- PSP - Sylvie Braga

Suplentes

- PSD - Celestino Puno
- PSD - João Calmon
- PSD - Leotônio Nelo
- PSD - Wilson Romiz
- PSD - Armando Leite
- PSD - Plínio Costa
- PSD - Carlos Murilo
- PTB - Adanil Barreto
- PTB - Amine Almozo
- PTB - Roge Ferreira
- PTB - Marco Antônio
- PTB - Rurene Paula
- PTB - Gastão Pereira
- UDN - Bênis Pinto
- UDN - Alvaro Calvo
- UDN - Horacio Bethônico
- UDN - Dnair Mendes
- UDN - Gil Veloso
- PDC - Eudinei Triches
- PSP - Clodomir Millet
- PR - Nogueira de Rezende
- PRP - Vago
- PTN - Marcelo Sanford

Reuniões

Turma "A" - As quartas-feiras, às 6 horas.

Turma "B" - As quintas-feiras, às 15 horas.

Secretário: Lucilla Amatinho Oliveira.

Comissão de Orçamento

- PSD - Guilhermino de Oliveira - Presidente
- TURMA "A"
- UDN - Paulo Sarasate, Vice-Presidente
- PSD - Bigas Fortes
- PSD - Aloysio de Castro
- PSD - Glóvia Pastana
- PSD - Nilo Coelho
- PSD - Ponce de Arruda
- PTB - Fernando Game
- PTB - Armando Carneiro
- PTB - Manoel Novais
- PTB - Ozires Pontes
- PTB - Paulo Macarini
- UDN - Afrânio de Oliveira
- UDN - Bênis Pinto
- UDN - Lourival Batista
- UDN - Wilson Paicho
- PDC - Cid Furtado
- PTN - Floriano Rubim
- PSP - Clodomir Millet

TURMA "B"

- PTB - Souto Maior, Vice-Presidente
- PSD - Aruando Corrêa
- PSD - Benedito Vaz
- PSD - Joaquim Ramos
- PSD - Paes de Andrade
- PSD - Raphael Rezende
- PTB - Adanil Barreto
- PTB - Antônio Baby
- PTB - Clemens Sampaio
- PTB - Florisceno Paixão
- UDN - Dnair Mendes
- UDN - Ernani Sátiro
- UDN - Newton Carneiro
- UDN - Saldanha Derzi
- PDC - Odilon Coutinho
- PSP - Bento Gonçalves
- PR - Nogueira de Rezende

TURMA "C"

- PSP - Janary Nunes, Vice-Presidente
- PSD - Jesse Freil
- PSD - Antônio Feliciano
- PSD - Dirno Pires
- PSD - Gerúlio Moura
- PSD - Vago
- PSD - Janduby Carneiro
- PTB - Lamartine Fávora
- PTB - Mala Neto
- PTB - Milton Dutra
- PTB - Milton Reis
- PTB - Vago
- UDN - Aldo Sampaio
- UDN - Allomar Balestro
- UDN - Ruy Santos
- UDN - Carneiro de Loyola
- PST - Moyses Pimental

Suplentes

- PSD - Abrahão Sabbá
- PSD - Ari Alcantara
- PSD - José Rio
- PSD - Jorge Kalume
- PSD - Humberto Lucena
- PSD - Chagas Freitas
- PSD - Edgar Peleiry
- PSD - João Simões
- PSD - Vago
- PSD - José Carlos Teixeira
- PSD - João Calmon
- PSD - Lauro Leitão
- PSD - Manoel de Almeida
- PSD - Mario Jannorindeguy
- PSD - Osni Regis
- PSD - Yukishigue Tamura
- PTB - Acrahão Moura
- PTB - Aloysio Nonô
- PTB - Argilano Lario
- PTB - Chagas Rodrigues
- PTB - Elias Nacle
- PTB - Euváido Diniz
- PTB - Milo Canamerosano
- PTB - Omar Grafiuina
- PTB - Paulo Coelho
- PTB - Ruy Lino
- PTB - Temperanti Pereira
- PTB - Teodulo Albuquerque
- PTB - Unirio Machado
- PTB - Milverios Lima
- PTB - Tabosa de Almeida
- UDN - Almino Zeni
- UDN - Antônio Carlos Magalhães
- UDN - Augusto Novais
- UDN - Corrêa da Costa
- UDN - Emivaldo Casado
- UDN - Furtado Leite
- UDN - Gabriel Hermes
- UDN - Eitor Calcantani
- UDN - Herbert Levy
- UDN - José Sarney
- UDN - Pereira Lucio
- UDN - Plínio Lemos
- UDN - Zacarias Saleme
- PSP - Arnaldo Cerdeira
- PSP - Ludovico de Almeida
- PSP - Muniz Falcão
- PDC - Geremias Pontes
- PDC - Emílio Gomes
- PTN - Hamilton Prado
- MTR - Jairo Brum
- PST - Waldemar Alves

REUNIÕES

Plena: quartas-feira, às 15 horas. Turma "A": terças-feiras, às 15 horas.

Turma "B": quartas-feiras, às 16 horas.

Turma "C": quintas-feiras, às 15 horas.

Secretário: Matheus Octávio Mandairino.

Auxiliares: Dulce Maria Rocha de Azevedo, Aderson Fernandes Douçado

Comissão de Redação

- PSD - Medeiros Neto, Presidente
- UDN - Gil Veloso - Vice-Presidente
- PSD - Renato Azeredo
- PTB - Clodomir Leite
- PTB - Milo Canmarosano

Suplentes

- PSD - Martins Rodrigues
- PSD - Lenoir Vargas
- PTB - Arnaldo Lafayette
- PTB - Ruy Lino
- UDN - Dnair Mendes

Secretário: Dejaldo Bandeira de Goes Lopes. Auxiliar-Legislativo: Dgmar Telles Costa.

Comissão de Relações Exteriores

- UDN - Raimundo Padilha, Presidente
- PSD - Renato Archer, Vice-Presidente
- PTB - Ivete Vargas - Vice-Presidente
- PSD - Ademar Carvalho

- PSD - Armando Falção
- PSD - Gilberto Faria
- PSD - Hermogenes Príncipe
- PSD - João Calmon
- PSD - Levy Tavares
- PSD - Olavo Costa
- PSD - Francisco Scarpa
- PSD - Mendes de Moraes
- PTB - Altino Machado
- PTB - José Resegúe
- PTB - Murilo Costarêgo
- PTB - Petrônio Fernal
- PTB - Zaire Nunes
- PTB - Guerreiro Ramos
- PTB - William Salém
- UDN - Adauto Cardoso
- UDN - José Sarney
- PL - Luiz Viana
- UDN - Oscar Corrêa
- UDN - Raul de Góes
- UDN - Segismundo Andrade
- PSP - Antônio de Barros
- PSP - Carvalho Sobrinho
- PDC - Vago
- PDC - Henrique Turner
- PTN - Luiz Francisco
- MTR - Ewaldo Pinto

Suplentes

- PSD - Auzilio de Castro
- PSD - Fernando Santana
- PSD - Jessé Freire
- PSD - Henrique Lima
- PSD - Leopoldo Peres
- PSD - Mauricio de Andrade
- PSD - Perachi Barcelos
- PSD - Rafael Rezende
- PSD - Regis Pacheco
- PSD - Valério Magalhães
- PTB - Adalberto Barreto
- PTB - Almino Afonso
- PTB - Benjamin Farah
- PTB - Milton Cabral
- PTB - Sérgio Magalhães
- PTB - Pedro Catalão
- PTB - Renato Celidônio
- PTB - Haroldo Duarte
- UDN - Adolpho Oliveira
- UDN - Costa Cavalcanti
- UDN - Dias Lins
- UDN - Newton Carneiro
- UDN - Leão Sampaio
- UDN - Lourival Baptista
- UDN - Saldanha Derzi
- PSP - Adriaõ Bernardes
- PSP - Alfredo Nasser
- PDC - Teófilo de Andrade
- PDC - Franco Montoro
- PTN - Hamilton Prado
- MTR - Vago

Reuniões: Quartas-feiras, às 15,30 horas no 13.º andar - Anexo.

Secretária: Genny Xavier Marques

Auxiliar: Cora Marfiza Castello Facker.

Comissão de Saúde

- UDN - Hamilton Nogueira, Presidente
- PSD - Regis Pacheco, Vice-Presidente
- PTB - Renato Medeiros, Vice-Presidente
- PSD - Matos Carvalho
- PSD - João Ribeiro
- PSD - Jader Albergaria
- PSD - José Pedroso
- PTB - Djalma Passos
- PTB - Mário Maia
- PTB - José Resegúe
- PTB - Pedro Catalão
- PTB - Vingt Rosado
- UDN - José Humberto
- UDN - Albino Zenti
- UDN - Carvalho Neto
- UDN - Leão Sampaio
- PSP - Pereira Nunes
- PDC - Aristófanes Fernandes
- MTR - Vago
- PTN - Francisco Adeodato
- PSB - Mário Lins

Suplentes

- PSD - Armando Leite
- PSD - Nilo Coelho
- PSD - Janduhy Carneiro
- PSD - Guilhermino de Oliveira
- PSD - Dazo Coimbra

- PTB - Austregesilo Mendonça
- PTB - Renato Celidônio
- PTB - João Alves
- PTB - João Veiga
- PTB - Ramon de Oliveira Neto
- PTB - Miguel Bufara
- UDN - Lauro Cruz
- UDN - Oceano Carleal
- UDN - Vago
- PL - Brito Velho
- UDN - Wilson Falção
- PSP - Vago
- PDC - Minoru Miyamoto
- MTR - Vago
- PTN - Floriano Rubim
- PSB - Vago

Secretária: Héber A. T. Monteiro de Barros.

Reuniões: Quartas-feiras, às 15,30 horas no 16.º andar - Anexo.

Comissão de Segurança Nacional

- PSP - Broca Filho, Presidente
- UDN - Costa Cavalcanti, 1.º Vice-Presidente
- PTB - Benjamin Farah, 2.º Vice-Presidente
- PSD - Antônio Luciano
- PSD - Edgar Pereira
- PSD - Levy Tavares
- PSD - Luiz Fernando
- PSD - Luciano Machado
- PTB - Antônio Annibelli
- PTB - Jacob Frantz
- PTB - Garcia Filho
- PTB - José Maria
- PTB - Heráclio Rego
- UDN - Epitácio Cafeteira
- UDN - Hailor Cavalcanti
- UDN - Pereira Lúcio
- PL - Norberto Schmidt
- PTN - Oséas Cardoso
- PRT - Ruy Amaral
- PDC - Euclides Triches
- PRP - Osvaldo Zanelli

Suplentes

- PSD Gayoso e Almendra
- PSD - José Burnett
- PSD - Lenoir Vargas
- PSD - Lyrio Bertoli
- PSD - Perachi Barcelos
- PTB - João Olímpio
- PTB - Milton Dutra
- PTB - Petrônio Fernal
- PTB - Rezende Monteiro
- PTB - Vingt Rosado
- PTB - Vago
- UDN - Adauto Cardoso
- UDN - Zacarias Seleme
- UDN - Amaral Neto
- UDN - Elias Carmo
- UDN - Luiz Viana
- PSP - Bento Gonçalves
- PRT - Lino Morganti
- PTN - Francisco Adeodato
- PDC - Juarez Fávora
- PRP - Afonso Anshau

Secretária: Georges do Rêgo Cavalcanti Silva.

Auxiliares: Maria das Mercês Santos Costa, Walter Gouvêa Costa e Léda Sérgio Vicentini.

Reuniões: Quartas-feiras, às 15 horas, no 22.º andar do Anexo.

Comissão de Serviço Público

- PSD - Gayoso e Almendra, Presidente
- PTB - Jamil Amiden, Vice-Presidente
- UDN - Ezequias Costa, Vice-Presidente
- PSD - Alair Ferreira
- PSD - Anísio Rocha
- PSD - Burlamaqui de Miranda
- PSD - Chagas Freitas
- PSD - Último de Carvalho
- PTB - Alvaro Lins
- PTB - Edsio Nunes
- PTB - João Veiga
- PTB - José Olímpio
- PTB - Austregesilo de Mendonça
- UDN - Costa Lima
- UDN - Vago
- UDN - Edilberto de Castro

- UDN - Edvaldo Flores
- PSP - Cantídio Sampaio
- PDC - Athlé Curi
- PST - Esmerino Arruda
- PTN - Tufy Nassif

Suplentes

- PSD - Armando Corrêa
- PSD - Arnaldo Garcez
- PSD - Lauro Leitão
- PSD - Vago
- PSD - Mendes de Moraes
- PSD - Mendes de Moraes
- PTB - Benjamin Farah
- PTB - Luna Freire
- PTB - Mílio Canhamarosano
- PTB - Neco Novaes
- PTB - José Moraes
- PTB - Vago
- UDN - Braga Ramos
- UDN - Lourival Baptista
- UDN - Padre Godinho
- UDN - Paulo Sarasate
- UDN - Tourinho Dantas
- PSP - Muniz Falcão
- PDC - Aristóteles Fernandes
- PST - Vago
- PTN - Oséas Cardoso

Secretária: Maria da Glória Pérez Corely.

Reuniões: Terças-feiras, às 18 horas na sala 217.

Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas

- PTB - Rubens Paiva, Presidente
- UDN - Vasco Filho, Vice-Presidente
- PSD - Orlando Bertoli, Vice-Presidente
- PSD - Armando Leite
- PSD - Celso Murta
- PSD - Geraldo de Pinna
- PSD - Josephat Borges
- PSD - Maurício de Andrade
- PSD - Filinto Costa
- UDN - Diomício Freitas
- UDN - Horácio Bethonico
- UDN - Machado Rollemberg
- UDN - Nicolau Tuma
- PTB - Ariosto Amado
- PTB - Celso Amaral
- PTB - Gastão Pedreira
- PTB - Miguel Marcondes
- PTB - Milvernes Lima
- PTN - Dias Menezes
- PSP - Adit Chamas
- PDC - Emílio Gomes

Suplentes

- PSD - Clóvis Pestana
- PSD - Fernando de Santana
- PSD - Geraldo Mesquita
- PSD - José Burnett
- PSD - Paulo Montans
- PSD - Rachid Mamed
- PSD - Waldemar Guimarães
- UDN - Alde Sampaio
- UDN - Jales Machado
- UDN - Jorge Curi
- UDN - Ormeo Botelho
- UDN - Tourinho Dantas
- PTB - Maia Neto
- PTB - Artur Lima
- PTB - Antônio Babu
- PTB - Luna Freire
- PTB - Waldir Simões
- PTB - Rubens Alves
- PRP - Osvaldo Zanelli
- PSP - Antonio Mendes de Barros
- PDC - Juarez Fávora

Reuniões às quartas-feiras, às 14 horas.

Secretária: Annita Cruz Lopes de Siqueira.

COMISSÕES ESPECIAIS, MISTAS E EXTERNAS

Chefe: Ivannhoe Lopes Rosas. Local: 18.º andar. Ramais: 152 e 260.

Comissão de Valorização Econômica da Amazônia

- PSD - Lister Caldas - Presidente
- UDN - Gabriel Hermes - Vice-Presidente

- PSD - Burlamaqui de Miranda
- José Esteves
- Rachid Mamed
- PTB - Américo Silva
- Gilberto Mestrinho
- Vieira Passos
- UDN - Corrêa da Costa
- José Sarney
- PSP - Sylvio Braga
- PST - Tenário Cavalcanti
- PDC - Vago

Suplentes

- PSD - Abrahão Sabbá
- José Freire
- Matos de Carvalho
- Valério Magalhães
- PTB - Manoel Barbuda
- Renato Medeiros
- Armando Carneiro
- UDN - Emival Caiado
- Pedro Braga
- Jales Machado
- PSP - Xavier Fernandes
- PTN - Raimundo de Andrade
- PDC - Vago

Comissão do Polígono das Secas

- UDN - Costa Lima - Presidente
- PSD - Arnaldo Garcez - Vice-Presidente
- PSD - Carlos Murilo
- Dino Pires
- PTB - Arthur Lima
- Aurino Vales
- UDN - Francisco Pereira
- Ney Maranhão
- PR - Teófilo Pires
- PSI - Muniz Falcão
- PDC - Ribeiro Coutinho

Suplentes

- PSD - Paes de Almeida
- Renato Azeredo
- PTB - Milvernes Lima
- Aurino Vales
- UDN - José Meira
- Dias Lins
- PSI - Alvaro Lins
- PR - Osvaldo Zanelli
- PDC - Aristófanes Fernandes

Comissão da Baía do São Francisco

- PR - Teófilo de Albuquerque - Presidente
- PSD - Edgard Pereira - Vice-Presidente
- PSD - José Carlos Teixeira
- Renato Azeredo
- Medeiros Neto
- PTB - Aclaus Nonó
- Paulo Freire
- UDN - Antônio Carlos Magalhães
- Luiz Viana
- Oscar Corrêa
- PSB - Mário Lima
- PSP - Bento Gonçalves
- PDC - João Dória

Suplentes

- PSD - Ademar Carvalho
- Josaphat Borges
- José Maria Alkmim
- PTB - Abrahão Moura
- Milvernes Lima
- Lamartine Fávora
- UDN - José Carlos
- Segismundo Andrade
- Simão da Cunha
- PSP - Lanary Nunes
- PTN - Oscar Cardoso
- PDC - Vago

Comissão de Valorização Econômica da Fronteira Sudoeste.

- PSD - Lauro Leitão
- Lyrio Bertoli
- Philadelpho Garcia
- Lenoir Vargas
- Milton Dutra
- Paulo Macarini
- Petrônio Fernal
- Flores Soares
- UDN - Aroldo Carvalho
- Edson Garcia
- PSP - Lindovico de Almeida

SUPLENTE

- PSD - Iarso Dutra
Suplente de Almeida
- PTB - Rubele Machado
Flávio Costa
- PTB - Miguel Marcondes
Antonio Bragança
- UDN - Jorge Coury
Albino Zeni
Correia da Costa
- PSP - Alfredo Nasser

Para elaborar Projeto de Lei dispondo sobre a Revisão do Código Brasileiro do Ar, mediante revisão de toda a legislação afimem à matéria de de autoria do Senhor Paulo de Tarso.

- UDN - 1 Flores Soares - Presidente
- PSD - 2 Olyses Guimarães - Vice-Presidente
- PTB - 3 Miguel Marcondes - Relator
- PSD - 4 Nelson Carneiro
- PTB - 5 Humberto Lucena
- UDN - 6 Milton Reis
- PTB - 7 Gilberto Mastriho
- UDN - 8 Corrêa da Costa
- PTB - 9 José Carlos Guerra
- PSP - 10 Alfredo Nasser
- PDC - 11 Henrique Turner

SUPLENTE

- PSD - Lenor Vargos
- PTB - Albino Machado
- UDN - Dnal Moraes
- PSP - Joaquim Mibet
- PDC - Emilio Gomes

Designada para estudar a Legislação Cafeeira, de autoria do Deputado Fernando Gama

- PSD - 1 Pacheco Chaves
- PTB - 2 José Maria Alkmin
- UDN - 3 Flávio Costa
- PTB - 4 Rosa Ferreira
- UDN - 5 Fernando Gama
- PTB - 6 Herbert Levy
- PSP - 7 Raimundo Padilha
- PDC - 8 Geraldo de Barros
- UDN - 9 Milton Maranhão

SUPLENTE

- PSD - Dirceu Cardoso
- PTB - Renato Cruzoni
- UDN - Humberto Lucena
- PSP - Oliveira Brito
- PDC - Athés Coury

Para dar Parecer ao Projeto de Lei nº 15, de 1953, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências, do Poder Executivo.

- PTB - 1 Cesar Prieto - Presidente
- UDN - 2 Pedro Aleixo - Vice-Presidente

- PSD - 3 José Maria Alkmin
- PTB - 4 Azeirinho
- UDN - 5 Cassil Regis
- PTB - 6 Tancredo Neves
- PSD - 7 Olyses Guimarães
- PTB - 8 Paes de Almeida

- PTB - 8 Gilberto Mastriho
- UDN - 9 Paiva Muniz
- PTB - 10 Rubem Alves

- UDN - 11 Ferro Costa
- PTB - 12 Herbert Levy
- PSD - 13 Raimundo Padilha

- PSP - 14 Sylvia Braga
- PDC - 15 Henrique Turner

SUPLENTE

- PSD - Gilberto Viana
- PTB - Paulo Macatine
- UDN - Flores Soares
- PSP - Broca Filho
- PDC - Accioy Filho

Para dar Parecer à Emenda Constitucional nº 6, de 1956, que "Suprime o parágrafo único do artigo 132 da Constituição Federal", de autoria do Deputado Benjamin Farah.

- PSD - 1 Paes de Andrade - Presidente
- PTB - 2 Chagas Rodrigues - Vice-Presidente
- UDN - 3 Unirio Machado - Relator
- PSD - 4 Dirceu Cardoso
- UDN - 5 Ernani Saito

SUPLENTE

- PSD - Lauro Leitão
- PTB - Eneudo Figueira
- UDN - Ruy Santos

Para dar Parecer à Emenda Constitucional nº 2, de 1959 que "Substitui os artigos 132 e 138 da Constituição Federal", de autoria do Deputado Rui Ramos.

- PSD - 1 Aderbal Jurema - Presidente
- UDN - 2 Ernani Saito - Vice-Presidente
- PTB - 3 Chagas Rodrigues - Relator
- PSD - 4 Humberto Lucena
- PTB - 5 Temperant Perreira

SUPLENTE

- PSD - Paes de Andrade
- PTB - Garcia Filho
- UDN - Rondon Pacheco

Para dar Parecer à Emenda Constitucional nº 3, de 1959 que "Dá nova redação aos artigos 44 e 45 da Constituição Federal" de autoria do Senhor Vasconcelos Torres.

- PSD - 1 Aloysio de Castro - Presidente
- PTB - 2 Alceu Carvalho - Vice-Presidente
- UDN - 3 Learte Vieira - Relator

- PSD - 4 Dirceu Cardoso
- PTB - 5 Tabosa de Almeida

- PSD - Lauro Leitão
- PTB - Afrino Viana
- UDN - Jaes Machado

Para dar Parecer à Emenda Constitucional nº 4, de 1959, que "Acrescenta ao artigo 48 da Constituição Federal, mais o parágrafo normativo da perda de mandato", de autoria do Sr. Alvirio Magalhães.

- PSD - 1 Gustavo Capanema - Presidente
- PTB - 2 Tabosa de Almeida - Vice-Presidente e Relator
- PSD - 3 Paes de Andrade
- PTB - 4 Altino Machado
- UDN - 5 José Sarney

- PSD - 3 Paes de Andrade
- PTB - 4 Altino Machado
- UDN - 5 José Sarney

- PSD - Humberto Lucena
- PTB - Argilano Dario
- UDN - João Mendes

Designada para dar parecer à Emenda Constitucional nº 7, de 1960, que "Acrescenta ao artigo 41 da Constituição Federal, um inciso normativo da reunião em sessão conjunta da Câmara e Senado", de autoria do Senhor Valério Magalhães.

- PSD - 1 Guilhermino de Oliveira - Presidente
- PTB - 2 Souto Maior - Vice-Presidente
- UDN - 3 Edison Fávora - Relator
- PSD - 4 Iarso Dutra
- PTB - 5 Batista Rama

- PSD - José Carlos Teixeira
- PTB - Omar Graulha
- UDN - Correia da Costa

Para dar Parecer à Emenda Constitucional nº 8, de 1960 que "Modifica o artigo 195 da Constituição Federal (Símbolos Nacionais)", de autoria do Deputado Oscar Corrêa.

- PTB - 1 Padre Nobre - Presidente
- UDN - 2 Furtado Leite - Vice-Presidente
- PSD - 3 Dado Coimbra - Relator
- PSD - 4 Aloysio Bezerra
- PTB - 5 Antônio Bresolin

- PSD - Leopoldo Peres
- PTB - Paulo Mansur
- UDN - Manoel Taveira

- PSD - 4 Aloysio Bezerra
- PTB - 5 Antônio Bresolin

- PSD - Leopoldo Peres
- PTB - Paulo Mansur
- UDN - Manoel Taveira

- PSD - Leopoldo Peres
- PTB - Paulo Mansur
- UDN - Manoel Taveira

Para dar Parecer à Emenda Constitucional nº 9, de 1960, que "Modifica a redação do parágrafo 1º do artigo 58 da Constituição e suprime o parágrafo 2º do mesmo artigo", de autoria do Senhor Nova da Costa

- PSD - 1 Nelson Carneiro - Presidente
- PTB - 2 Rezende Monteiro - Vice-Presidente
- PSD - 3 Wilson Ranz
- PTB - 4 Gilberto Mastriho
- UDN - 5 Newton Carneiro

- PSD - 1 Nelson Carneiro - Presidente
- PTB - 2 Rezende Monteiro - Vice-Presidente
- PSD - 3 Wilson Ranz
- PTB - 4 Gilberto Mastriho
- UDN - 5 Newton Carneiro

- PSD - 1 Nelson Carneiro - Presidente
- PTB - 2 Rezende Monteiro - Vice-Presidente
- PSD - 3 Wilson Ranz
- PTB - 4 Gilberto Mastriho
- UDN - 5 Newton Carneiro

- PSD - 1 Nelson Carneiro - Presidente
- PTB - 2 Rezende Monteiro - Vice-Presidente
- PSD - 3 Wilson Ranz
- PTB - 4 Gilberto Mastriho
- UDN - 5 Newton Carneiro

- PSD - 1 Nelson Carneiro - Presidente
- PTB - 2 Rezende Monteiro - Vice-Presidente
- PSD - 3 Wilson Ranz
- PTB - 4 Gilberto Mastriho
- UDN - 5 Newton Carneiro

- PSD - Nilo Coelho
- PTB - Valdir Simoes
- UDN - Alves de Macedo

Para dar Parecer à Emenda Constitucional nº 12, de 1961, que "Dispõe sobre a criação do Tribunal Federal de Menores e determina outras medidas complementares" de autoria do Sr. Vasconcelos Torres.

- PSD - 1 Arnaldo Garcez - Presidente
- PTB - 2 Neco Novaes - Vice-Presidente
- UDN - 3 Pedro Aleixo - Relator
- PSD - 4 Medeiros Neto
- PTB - 5 Padre Palhano

- PSD - 1 Arnaldo Garcez - Presidente
- PTB - 2 Neco Novaes - Vice-Presidente
- UDN - 3 Pedro Aleixo - Relator
- PSD - 4 Medeiros Neto
- PTB - 5 Padre Palhano

- PSD - 1 Arnaldo Garcez - Presidente
- PTB - 2 Neco Novaes - Vice-Presidente
- UDN - 3 Pedro Aleixo - Relator
- PSD - 4 Medeiros Neto
- PTB - 5 Padre Palhano

- PSD - 1 Arnaldo Garcez - Presidente
- PTB - 2 Neco Novaes - Vice-Presidente
- UDN - 3 Pedro Aleixo - Relator
- PSD - 4 Medeiros Neto
- PTB - 5 Padre Palhano

- PSD - Chagas Freitas
- PTB - José Resegus
- UDN - Plínio Lemos

Para dar Parecer à Emenda Constitucional nº 13, de 1961 que "Altera a redação do artigo 141, parágrafo 28, da Constituição Federal", de autoria do Senhor Guilhermino de Oliveira.

- PTB - 1 Manoel Barbuda - Presidente
- PSD - 2 Paes de Andrade - Vice-Presidente
- UDN - 3 Simão da Cunha - Relator
- PSD - 4 Antônio Feliciano
- PTB - 5 Adahil Barreto

- PSD - 1 Manoel Barbuda - Presidente
- PSD - 2 Paes de Andrade - Vice-Presidente
- UDN - 3 Simão da Cunha - Relator
- PSD - 4 Antônio Feliciano
- PTB - 5 Adahil Barreto

- PSD - 1 Manoel Barbuda - Presidente
- PSD - 2 Paes de Andrade - Vice-Presidente
- UDN - 3 Simão da Cunha - Relator
- PSD - 4 Antônio Feliciano
- PTB - 5 Adahil Barreto

- PSD - 1 Manoel Barbuda - Presidente
- PSD - 2 Paes de Andrade - Vice-Presidente
- UDN - 3 Simão da Cunha - Relator
- PSD - 4 Antônio Feliciano
- PTB - 5 Adahil Barreto

- PSD - Aloysio de Castro
- PTB - Nilo Camarogano
- UDN - João Mendes

- PSD - Aloysio de Castro
- PTB - Nilo Camarogano
- UDN - João Mendes

Para dar Parecer à Emenda Constitucional nº 14, de 1961 que "Modifica o artigo 152 e o parágrafo 1º do artigo 153 da Constituição Federal, e a este acrescenta dois parágrafos, que tomarão os números 2º e 3º passando os atuais parágrafos 2º, 3º e 4º a se numerarem (respectivamente, 4º, 5º e 6º, tudo dispondo sobre o Regime Domínial das Riquezas Minerais do País e sua exploração", de autoria do Sr. Gabriel Passos.

- UDN - 1 Corrêa da Costa - Presidente
 - PSD - 2 Benedito Vaz - Vice-Presidente
 - PTB - 3 Paiva Muniz - Relator
 - PSD - 4 Bias Fortes
 - PTB - 5 Ramon de Oliveira Neto
- SUPLENTE
- PSD - Clovis Pestana
 - PTB - Gastão Pedreira
 - UDN - Celso Passos

Designada para dar parecer à Emenda Constitucional nº 15, de 1961, que "Dá nova redação aos artigos 139 e 140 da Constituição Federal, de autoria do Sr. Humberto Lucena.

- PTB - 1 Afonso Celso - Presidente
 - PSD - 2 Aloisio d. Castro - Vice-Presidente
 - UDN - 3 Rondon Pacheco - Relator
 - PSD - Aderbal Jurema
 - PTB - 5 Milton Reis
- SUPLENTE
- PSD - Antônio Feliciano
 - PTB - Armando Carneiro
 - UDN - José Aparecido

Para dar Parecer à Emenda Constitucional nº 17, de 1961, que "Altera o parágrafo 3º do artigo 7º da Constituição Federal", de autoria do Senhor Sérgio Magalhães.

- PSD - 1 Chagas Freitas - Presidente
 - PTB - 2 Sérgio Magalhães - Vice-Presidente
 - UDN - 3 Edilson Távora - Relator
 - PSD - 4 Antônio Almeida
 - PTB - 5 Wilson Chedid
- SUPLENTE
- PSD - José Burnett
 - PTB - Rubens Alves
 - UDN - Corra da Costa

Para dar Parecer à Emenda Constitucional nº 18, de 1961 que "Estabele o mesmo critério de Classificação de Cargos para os Servidores das Câmaras e os Cíveis do Poder Executivo", de autoria do Senhor Menezes Côrtes.

- UDN - 1 Amio Euzázio - Presidente
 - PTB - 2 Gláudio Alves - Vice-Presidente
 - PSD - 3 Dirceu Cardoso - Relator
 - PTB - 4 Cid Carvalho Miruel - Bufara
- SUPLENTE
- PSD - Valério Magalhães
 - PTB - Renato Medeiros
 - UDN - Flaviano Ribeiro

Para dar Parecer à Emenda Constitucional nº 19, de 1961 que "Dá nova redação ao parágrafo 16 do artigo 141 da Constituição Federal", de autoria do Sr. Sérgio Magalhães.

- PSD - 1 Ulysses Guimarães - Presidente
 - PTB - 2 Sérgio Magalhães - Vice-Presidente
 - UDN - 3 Plínio Leães - Relator
 - PSD - 4 Benedito Vaz
 - PTB - 5 Ramon de Oliveira Neto
- SUPLENTE
- PSD - Tarso Dutra
 - PTB - Doutel de Andrade
 - UDN - Geraldo Freire

Para dar Parecer à Emenda Constitucional nº 20, de 1961 que "Altera o artigo 193 da Constituição, proibindo sejam os proventos da inatividade do servidor público superiores aos vencimentos da atividade", de autoria do Senhor Luiz Francisco.

- PSD - 1 Guilherme de Oliveira - Presidente
 - PTB - 2 Jamil Amidem - Vice-Presidente
 - UDN - 3 Ojalma Marinho - Relator
 - PSD - 4 Getúlio Moura
 - PTB - 5 Elcio Magalhães
- SUPLENTE
- PSD - Henrique Lima
 - PTB - Valdir Simões
 - UDN - Oscar Corrêa

Para dar Parecer à Emenda Constitucional nº 21, de 1961 que "Proíbe a acumulação de proventos de inatividade, aposentadoria ou reforma com estipêndios, vencimentos, salários, subsídios e vantagens da atividade, de autoria do Senhor Adueto Cardoso e outros.

- PSD - 1 Nelson Carneiro - Presidente
 - PTB - 2 Adílio Viana - Vice-Presidente
 - UDN - 3 Oscar Corrêa - Relator
 - PSD - 4 Peracchi Barcelos
 - PTB - 5 Breno da Silveira
- SUPLENTE
- PSD - José Carlos Teixeira
 - PTB - Raimundo de Brito
 - UDN - Aroldo Carvalho

Para dar Parecer à Emenda Constitucional nº 22, de 1961 que "Dá nova redação aos parágrafos 16 do artigo 141, dispondo sobre o Direito de Propriedade", de autoria do Senhor Aurélio Viana e outros.

- PTB - 1 Doutel de Andrade - Presidente
 - UDN - 2 Abomar Baleiro - Vice-Presidente e Relator
 - PSD - 3 Gustavo Capanema
 - PTB - 4 Ulysses Guimarães
 - PTB - 5 Ramon de Oliveira Neto
- SUPLENTE
- PSD - Nelson Carneiro
 - PTB - Rômano Coróisier
 - UDN - Pedro Aleixo

Para dar Parecer à Emenda Constitucional nº 23, de 1961 que "Suprime no parágrafo 16 do artigo 141 a expressão "Ou por interesse social", de autoria do Senhor Hélio Cabal e outros.

- PSD - 1 Ulysses Guimarães - Presidente
 - PTB - 2 Ramon de Oliveira Neto - Vice-Presidente
 - UDN - 3 Eruani Sátiro - Relator
 - PSD - 4 Nelson Carneiro
 - PTB - 5 Leonel Britzola
- SUPLENTE
- PSD - Getúlio Moura
 - PTB - Doutel de Andrade
 - UDN - Oscar Corrêa

Para dar Parecer à Emenda Constitucional nº 24, de 1961 que "Altera os artigos números 139 e 140 que dispõem sobre inelegibilidade", de autoria do Sr. Uriel Alvim e outros.

- PSD - 1 Humberto Lucena - Presidente
 - PTB - 2 Afonso Celso - Vice-Presidente
 - UDN - 3 Dnar Mendes - Relator
 - PSD - Lenoir Vargas
 - PTB - 5 Milton Reis
- SUPLENTE
- PSD - Castro Costa
 - PTB - Armando Carneiro
 - UDN - Raul de Góis

Para dar Parecer à Emenda Constitucional nº 25, de 1961 (Ato Adicional), que "Estabelece prazo para o Congresso Nacional, em termos de Constituinte, promover a reforma geral da Constituição", de autoria do Senhor Sérgio Magalhães e outros.

- PSD - 1 Ulysses Guimarães - Presidente
- UDN - 2 Francelino Pereira - Vice-Presidente

- PTB - 3 Doutel de Andrade - Relator
 - PSD - 4 Nelson Carneiro
 - PTB - 5 Ramon de Oliveira Neto
- SUPLENTE
- PSD - Ovídio de Abreu
 - PTB - Zaire Nunes
 - UDN - Caioel Hermes

Para dar parecer à Emenda Constitucional número 26, de 1961, que "Reestrutura o Poder Judiciário", de autoria do Senhor Hélio Ramos.

- PSD - 1 Tarso Dutra - Presidente
- 2 Aderbal Jurema
- PTB - 3 Chagas Rodrigues - Relator
- 4 Milton Dutra Paulo Macatone - Suplente
- UDN - 5 Elias do Carmo - vice-Presidente Gerardo Freire - Suplente

Para dar Parecer a Emenda Constitucional nº 27, de 1961 que "Revoga o item I e o parágrafo 132, que dispõem sobre Abstamento Eleitoral dos Analfabetos e das Praças de Prê de autoria do Senhor Fernando Ferrari.

- PSD - 1 Antônio Feliciano - Presidente
 - 2 Buriamaqui de Miranda - Vice-Presidente
 - UDN - 3 Flores Soares - Relator
 - PTB - 4 Chagas Rodrigues
 - 5 Garcia Filho
- SUPLENTE
- PSD - Padre Vidgal
 - PTB - Benedito Cerqueira
 - UDN - Adolfo de Oliveira
 - 1 Lauro Leitão - Presidente

Para dar Parecer à Emenda Constitucional nº 28, de 1961 que "Acrescenta parágrafo ao artigo 182, permitindo aos militares na inatividade acumular os proventos de seu posto com os dos cargos de magistério", de autoria do Sr. Aurélio Viana e outros.

- PTB - 1 Jamil Amidem - Presidente
- PSD - 2 Philadelpho Garcia - Vice-Presidente
- UDN - 3 Adolfo de Oliveira - Relator

PSD - 4 Renato Azeredo
 PTB - 5 Benjamin Farah
 SUPLENTE
 PSD - Levy Favas
 PTB - Oziris Pontes
 UDN - Costa Cavalcanti

Para dar Parecer à Emenda Constitucional nº 29, de 1962 que "Altera o parágrafo 1º do artigo 191 da Constituição Federal, facultando aos funcionários públicos da União requerem aposentadoria, após 30 (trinta) anos de serviço", de autoria do Senhor Vasconcelos Torres e outros.

UDN - 1. Pedro Aleixo - Presidente
 PTB - 2 Luna Freire - Vice-Presidente
 PSD - 3 José Burnett - Relator
 4 Carlos Murilo
 PTB - 5 Edélio Nunes.
 SUPLENTE
 PSD - Waldemar Guimarães.
 PTB - José Esteves.
 UDN - Bilac Pinto.

Para dar Parecer à Emenda Constitucional nº 31, de 1962 que "Dispõe sobre elegibilidade do Presidente e demais membros para o arlamento do Senhor Nelson Carneiro

PSD - 1 Wilson Roriz - Presidente
 UDN - 2 Afrânio de Oliveira - Vice-Presidente
 PTB - 3 Manoel Barbuda - Relator
 PSD - 4 João Menezes
 PTB - 5 Petrólio Fernal
 SUPLENTE
 PSD - Dirno Pires
 PTB - Paulo Freire
 UDN - Luiz Bronzeado

Para dar Parecer à Emenda Constitucional nº 32, de 1962 que "Fixa data para realização do Plebiscito a que se refere o Ato Adicional nº 4", de autoria do Sr. Fernando Ferrari e outros.

PSD -
 UDN - 2 Djama Marinho - Vice-Presidente
 PTB - 3 Mannel Barbuda - Relator
 PSD - 4 Antônio Feliciano
 PTB - 5 Alceu Carvalho
 SUPLENTE
 PSD - Ovídio de Abreu
 PTB - Manso Cabral
 UDN - Rondon Pacheco

Constitucional nº 27, de 1961 Para dar Parecer à Emenda Constitucional nº 33, de 1962 que "Dá nova redação ao parágrafo 16 do artigo 141 da Constituição Federal, que dispõe sobre o Direito de Propriedade", de autoria do Senhor Maia Neto e outros.

PSD - 1 Ulysses Guimarães
 2 Gustavo Capanema
 PTB - 3 Ramon de Oliveira Neto
 4 Leonel Brizola
 UDN - 5 Oscar Corêa
 SUPLENTE
 PSD - Benedito Vaz
 PTB - Doutel de Andrade
 UDN - Ernani Sátiro
 PSD - José Maria Akmin.
 PSD - Getúlio Moura
 PTB - Temperani Pereira.
 UDN - Adauto Cardoso.
 PSP - Bento Gonçalves.
 PDC - Franco Montoro.
 SUPLENTE
 PSD - Lenor Vargas.
 PTB - Afonso Celso
 UDN - Magalhães Melo.
 PSP - Cândido Sampaio.
 PDC - Geremias Fontes.

Para dar Parecer à Emenda Constitucional nº 34, de 1962 que "Dá nova redação ao artigo 6º da Constituição Federal, que dispõe a Competência Legislativa Estadual", de autoria do Senhor Maia Neto e outros.

PSD - 1 Matos Carvalho - Presidente
 PTB - 2 Paulo Freire - Vice-Presidente
 UDN - 3 Ferro Costa - Relator
 PSD - 4 Paes de Andrade
 PTB - 5 Armando Carneiro
 SUPLENTE
 PSD - Geraldo Mesquita
 PTB - Silveira Filho
 UDN - Manoel Taveira

Para dar Parecer à Emenda Constitucional nº 36, de 1962 que "Altera dispositivo do Ato Adicional que institui o Sistema Parlamentar de Governo" de autoria do Senhor Edgar Bezerra Leite.

PSD - 1 Hélio Ramos - Presidente
 UDN - 2 Rondon Pacheco - Vice-Presidente
 PTB - 3 Manuel Barbuda - Relator
 PSD - 4 Alceu Carvalho
 PTB - 5 Nelson Carneiro
 SUPLENTE
 PSD - Cunha Bueno
 PTB - Manso Cabral
 UDN - Djama Marinho

Para dar Parecer à Emenda Constitucional número 37, de 1962, que "Revoga dispositivos da Emenda Constitucional nº 4, dispõe sobre o exercício do cargo de Presidente da República até 1966 e estabelece a vigência do sistema parlamentar do Governo", de autoria do Sr. Craocy de Oliveira e outros.

PSD - 1. Gustavo Capanema - Presidente.
 UDN - 2. Rondon Pacheco - Vice-Presidente.
 PTB - 3 Afonso Celso - Relator.
 PSD - 4 Nelson Carneiro.
 PTB - 5 Antônio Bresolin.
 SUPLENTE
 PSD - Lenor Vargas.
 PTB - Pedro Catalão.
 UDN - Alomar Baleeiro.
 UDN - Geraldo Freire

Designada para dar Parecer à Emenda Constitucional número 3, de 1963, que "Dá nova redação aos artigos 141, parágrafo 16 e 147 da Constituição Federal" de autoria do Senhor Ferro Costa e outros.

PSD - 1 Ulysses Guimarães
 2 Gustavo Capanema
 PTB - 3 Bocayuva Cunha
 4 Leonel Brizola
 UDN - 5 Alomar Baleeiro
 SUPLENTE
 PSD - Martins Rodrigues
 PTB - Doutel de Andrade
 UDN - Oscar Correia

Para dar Parecer à Emenda Constitucional nº 4, de 1963 que "Acrescenta inciso ao artigo 15, altera a redação do parágrafo 5º do referido artigo e do inciso I do artigo 29 da Constituição Federal", de autoria do Senhor Armando Rollemberg e outros.

PTB - 1 Rogé Ferreira - Presidente
 PSD - 2 Guilhermino de Oliveira - Vice-Presidente
 UDN - 3 Geraldo Freire - Relator
 PSD - 4 Focheco Chaves
 PTB - 5 Aurino Valois
 SUPLENTE
 PSD - Aderbal Jurema
 PTB - João Olímpio
 UDN - Afrânio de Oliveira

Para dar Parecer à Emenda Constitucional número 5, de 1963, que "Altera a redação dos artigos 141, parágrafos 16 e 147 da Constituição Federal", de autoria do Deputado Plínio Sampaio.

PSD - 1 Ulysses Guimarães
 PTB - 2 Martins Rodrigues
 3 Temperani Pereira
 4 Ramon de Oliveira Neto
 UDN - 5 Ernani Sátiro
 SUPLENTE
 PSD - Benedito Vaz
 PTB - Guerreiro Ramos
 PDC - Aristóteles Fernandes.

Para dar Parecer à Emenda Constitucional número 6, de 1963, que "Altera o parágrafo 1º do artigo 191 da Constituição Federal" do Senado Federal.

UDN - Pedro Aleixo - Presidente
 PTB - Floriceno Paixão - Vice-Presidente
 PSD - Ulysses Guimarães - Relator
 PSD - Guilhermino de Oliveira.
 PTB - Milton Reis
 SUPLENTE
 PSD - Armando Correia
 PTB - Benjamin Farah
 UDN - Bilac Pinto

Para dar Parecer à Emenda Constitucional nº 7, de 1963, que "Dá nova redação ao parágrafo 4º do artigo 182 da Constituição Federal, dispondo sobre a transferência para a reserva do militar da ativa que aceitar cargo eletivo", de autoria do Senhor Magalhães Melo.

PSD - 1. Bias Fortes - Presidente.
 UDN - 2. Manoel Taveira - Vice-Presidente.
 PTB - 3. Chagas Rodrigues - Relator.
 PSD - 4. José Burnett.
 PTB - 5. Manso Cabral.
 SUPLENTE
 PSD - Celestino Filho.
 PTB - Aurino Valois
 UDN - Laerte Vieira.

Para dar Parecer à Emenda Constitucional nº 8-63, que "Veda aos militares da Reserva e reformados a acumulação de cargos, prevista no artigo 185, da Constituição Federal e dá nova redação ao § 5º, do artigo 182", de autoria do Senhor Antônio Bresolin.

PSD - 1. Gayoso e Almendra
 2. Peracchi Barcellos
 Geraldo Mesquita - Suplente
 PTB - 3. Chagas Rodrigues
 4. Manso Cabral
 Aurino Valois - Suplente
 UDN - 5. Costa Cavalcante.
 Epitácio Cafeteira - Suplente

Para dar Paracer à Emenda Constitucional número 10 de 1963, que "modifica os artigos 182 e 132, parágrafo único da Constituição Federal; dá nova redação ao § 2º, do artigo 182 e acrescenta um parágrafo ao mesmo artigo", do Deputado Magalhães Melo.

- PSD - 1. José Burnett
2. Bias Fortes, Celestino Filho - Suplente
PTB - 3. Chagas Rodrigues
4. Manso Cabral, Aurino Valois - Suplente
UDN - 5. Manoel Taveira, Laerte Vieira - Suplente.

Designada para organizar Projeto de Lei referente ao Problema de Habitação e Reforma Urbana (artigos 147, 148, 163 e 164 da Constituição Federal).

- FDC - 1. Franco Montoro - Presidente
PSD - 2. Carlos Murilo - Vice-Presidente
PSD - 3. Aderbal Jurema
4. Lyrio Bertolli, José Freire - Suplente
PTB - 5. Arthur Lima
6. Floriceno Paixão
7. Milton Cabral, Ramon de Oliveira Neto - Suplente
UDN - 8. Padre Godinho
9. Costa Lima
10. Zacarias Seleme, Adolfo Oliveira - Suplente
PSP - 11. Carvalho Sobrinho, Stelio Maroja - Suplente
PDC - Emílio Gomes - Suplente

Para dar parecer à Emenda Constitucional nº 8-63, que "Estende aos militares da reserva e reformados as normas sobre acumulação de cargos, prevista no Art. 185 da Constituição Federal, e dá nova redação ao parágrafo 5º do Art. 182", de autoria do Senhor Antônio Brasolin.

- P.S.D. - 1. Gayoso e Almendra - Presidente
U.D.N. - 2. Costa Cavalcante - Vice-Presidente
P.T.B. - 3. Manso Cabral - Relator
P.S.D. - 4. Peracchi Barcellos, Suplente - Geraldo Mesquita
P.T.B. - 5. Chagas Rodrigues, Suplente - Geraldo Mesquita
U.D.N. - Suplente - Epitácio Cafeteira
5. Chagas Rodrigues

Comissão Especial designada para apreciar a Emenda Constitucional nº 11, de 1963, que "dispõe sobre o reajustamento dos subsídios e ajudas de custo dos membros do Congresso Nacional, do Presidente da República, para correção do Poder Aquisitivo da Moeda, segundo coeficiente que o Conselho Nacional de Economia fixar e dá nova redação ao Art. 47 da Constituição Federal", do Deputado Paulo Freire.

- P.S.D. - 1. Renato Azeredo, 2. Vago, Suplente - Guilhermino de Oliveira.
B.T.B. - Roland Corbistier
SUPLENTE
Raimundo Brito Mello Mourão
U.D.N. - 5. Laerte Vieira, Suplente - Wilson Martins.

Comissão Especial para dar parecer à Emenda Constitucional nº 9, de 1960, que "modifica a relação do § 1º, art. 58 da Constituição e suprime o § 2º do mesmo artigo", de autoria do Senhor Nova da Costa.

- P.S.D. - 1. Nelson Carneiro - Presidente
P.T.B. - 2. Rezende Monteiro - Vice-Presidente
U.D.N. - 3. Newton Carneiro - Relator
P.S.D. - 4. Wilson Roriz
P.T.B. - 5. Gilberto Mestrinho
SUPLENTES
P.S.D. - Nilo Coelho
P.T.B. - Wildir Simões
U.D.N. - Alves de Macedo.

Para dar parecer ao Projeto nº 710/63 que "Disciplina a aplicação do crédito rural e dá outras providências", do Poder Executivo.

- P.S.D. - 1. Tancredo Neves
2. Guilhermino de Oliveira
3. Pacheco Chaves
4. Ulysses Guimarães
5. Osni Régis
6. Benedito Vaz
7. Peracchi Barcellos
8. Ivan Luz
P.T.B. - 9. Rubem Alves
10. Fernando Gama
11. Wilson Chedid
12. Milton Dutra
13. Paulo Macarini
14. Ario Teodoro
15. João Hercúlio
U.D.N. - 16. Rondon Pacheco
17. Jales Machado
18. Magalhães Melo
19. Newton Carneiro
20. Alde Sampaio
21. Flores Soares

- P.S.P. - 22. Sylvio Braga
P.D.C. - 23. Carlos Werneck
P.T.N. - 24. Josaphat Azevedo
P.S.T. - 25. Tenório Cavalcanti

- SUPLENTES
P.S.D. - Martins Rodrigues
U.D.N. - Flaviano Ribeiro

Para dar parecer ao Projeto nº 1.405, de 1963 que "Disponhõe sobre o Código de Contabilidade da União", do Poder Executivo.

- P.S.D. - 1. Guilhermino de Oliveira
2. João Ponce de Arruda
3. Lenoir Vargas
4. Waldemar Guimarães
5. Nilo Coelho, Suplente: Osni Régis
P.T.B. - 6. Ari Theodoro
7. Fernando Gama
8. Cezar Prieto
9. Raymundo de Brito, Suplente: Paiva Muniz
U.D.N. - 10. Flores Soares
11. Laerte Vieira
12. Carneiro de Loyola
13. Alomar Baleeiro, Suplente: Bilac Pinto
P.S.P. - 14. Bento Gonçalves, Suplente: Muniz Falcão
P.D.C. - 15. Geremias Fontes, Suplente: José Richa

Para dar parecer à Emenda Constitucional nº 10, de 1963 que "Modifica os artigos 182 e 132, parágrafo 4º do artigo 182 e acrescenta um parágrafo ao mesmo artigo", do Dep. Magalhães Melo.

- P.S.D. - 1. Bias Fortes - Presidente
U.D.N. -
U.D.N. - 2. Manoel Taveira - vice-Presidente
P.T.B. - 5. Chagas Rodrigues - Relator
P.S.D. - 4. José Burnett
P.T.B. - 5. Manso Cabral
SUPLENTES
P.S.D. - Celestino Filho
P.T.B. - Aurino Valois
U.D.N. - Laerte Vieira

Para dar parecer à Emenda Constitucional número 33, de 1962, que "Dá nova redação ao § 16 do artigo 141 da Constituição Federal", de autoria do Senhor Maio Neto.

- P.S.D. - 1. Ulysses Guimarães
2. Gustavo Capanema
P.T.B. - 3. Ramon de Oliveira Neto
4. Leonel Brizola
U.D.N. - 5. Oscar Corrêa.

- SUPLENTES
P.S.D. - Benedito Vaz
P.T.B. - Doutel de Andrade
U.D.N. - Ernani Sátiro

COMISSÕES DE INQUÉRITO

CHEFE: YOLANDA MENDES
Secretaria: 16º andar - Ramais 189 e 382
Reuniões: Sala 215 - Bloco do Plenário - Ramais 326 e 213.

Para apurar o funcionamento da Carteira de Redescontos

- RESOLUÇÃO Nº 6-63
Prazo: até 22 de janeiro de 1964 - (Improrrogável)
PSD - José Maria Alkmim - Presidente
UDN - Geraldo Freire - Vice-Presidente
PTB - Paiva Muniz - Relator
PSD - Osni Régis
PSP - Pacheco Chaves
PTB - Austregesilo de Mendonça
UDN - Ferro Costa
PSP - Carvalho Sobrinho

- SUPLENTES
PSD - Ovidio de Abreu
PTB - Renato Caldonio
UDN - Horácio Bettonico
PSP - Broca Filho

Para apurar irregularidades no Sistema Educacional de Brasília.

- RESOLUÇÃO Nº 6-63
Prazo: até 8 de fevereiro de 1964 - (Improrrogável)
PSD - Aderbal Jurema - Presidente
PTB - Clay Araújo - Vice-Presidente
UDN - Manuel Taveira - Relator
PSD - Dirceu Cardoso
PSP - Lauro Leitão
PTB - Temperami Pereira
UDN - Braga Ramos
PSP - Arnaldo Cerdêira
PDC - Juarez Távora

- SUPLENTES
PSD - Antônio Almeida
PTB - Milton Dutra
UDN - Jales Machado
PDC - José Richa
PSP - Muniz Falcão

Para apurar fatos relacionados com o IBAD e o IPES

- RESOLUÇÃO Nº 10-63
Prazo: até 10 de dezembro de 1963 - (Prorrogável por mais 77 dias)
PSD - Ulysses Guimarães - Presidente
PTB - Bocayuva Cunha - Vice-Presidente
UDN - Pedro Aleixo - Relator
PSP - Bento Gonçalves - Relator-Substituto
PSD - José Maria Alkmim
PSP - Getúlio Moura
PTB - Temperami Pereira
UDN - Adauto Cardoso
PDC - Franco Montoro

- SUPLENTES
PSD - Benedito Vaz
PTB - Marco Antônio
UDN - Elias do Carmo
PSP - Otávio Brizolla
PDC - José Richa
SUPLENTE
PSD - Nilo Coelho
PTB - Afonso Celso
UDN - Magalhães Melo
PSP - Cândido Sampaio
PDC - Geremias Fontes

Destinada a prosseguir nos trabalhos iniciados pela CPI sobre Petróleo

RESOLUÇÃO Nº 11-63

Prazo: até 21 de maio de 1964
(Prorrogável por mais 180 dias)

PSD - Nelson Carneiro - Presidente
UDN - Antônio Carlos Magalhães - Vice-Presidente
PTB - Theódulo de Albuquerque - Relator
PDC - Mário Lima - Relator-substituto
PSD - Geraldo de Pina
PSD - Joséfa Borges
PSD - Nilo Coelho
PSD - Ponce de Arruda
PTB - Mauro Cabral
PTB - Ortiz Borges
PTB - Temperani Pereira
UDN - Edilson Távora
UDN - Ferro Costa
UDN - Tourinho Dantas
PSP - Nelva Moreira

SUPLENTE

PSD - Plínio Costa
PTB - Ario Theodoro
UDN - Luiz Viana
PSP - Janary Nunes
PDC - Teófilo de Andrade

Para investigar fatos e ocorrências relacionados à passagem de responsabilidade da União à Administração do novo Estado do Acre.

RESOLUÇÃO Nº 12-63

Prazo: até 17 de fevereiro de 1964
(Improrrogável)

PSD - Raschid Mamed - Presidente
PSD - Stehio Maroja - Vice-Presidente
PDC - Teófilo de Andrade - Relator
PSD - Dado Coimbra
PSD - Geraldo Mesquita
PTB - Altino Machado
PTB - Siveira Lino
UDN - Ossian Arape
UDN - Wilson Martins

SUPLENTE

PSD - Dirceu Cardoso
PTB - Mário Maia
UDN - Ferro Costa
PSP - Janary Nunes
PDC - Ribeiro Coutinho

Destinada a examinar a situação das empresas concessionárias de serviço público subsidiárias dos Grupos "American Foreign Power Co.", "Empresas Elétricas", "Brazilian Traction", "Rio Light", "São Paulo Light", "Cia. Telefônica Brasileira" e "International Telegraph and Telephone Co."

RESOLUÇÃO Nº 13-63

Prazo: até 15 de fevereiro de 1964
(Improrrogável)

PSD - Getúlio Moura - Presidente
UDN - Celso Passos - Vice-Presidente
PTB - Adahil Barreto - Relator
PSD - Clóvis Pestana
PSD - Ovídio de Abreu
PSD - Plínio Costa
PTB - Austregésio de Mendonça
PTB - Estácio Souto Maior

PTB - João Alves
UDN - Edson Garcia
UDN - Magalhães Mello
PSP - Cândido Sampaio
PDC - Emilio Gomes

Para investigar a existência de organismos destinados a exercer pressões sobre o Congresso.

RESOLUÇÃO Nº 15-63

Prazo: até 18 de janeiro de 1964
(Improrrogável)

UDN - Guilherme Machado - Presidente
PSD - Nelson Carneiro - Vice-Presidente e Relator-Substituto
PTB - Afonso Celso - Relator
PTB - Temperani Pereira
PSD - Dirceu Cardoso
UDN - Luiz Viana
PSP - Broca Filho

SUPLENTE

PSD - Anísio Rocha
PTB - Ortiz Borges
UDN - Adauto Cardoso
PSP - Carvalho Sobrinho

Para investigar problemas relacionados com a Indústria de Artefatos de Borracha.

RESOLUÇÃO Nº 20-63

Prazo: até 5 de dezembro de 1963
(Prorrogável por mais 90 dias)

PSD - Abraão Sabbá - Presidente
UDN - Gabriel Hermes - Vice-Presidente
PTB - Almino Afonso - Relator
PSD - Burlamaqui de Miranda
PSD - Geraldo Mesquita
PTB - Djalma Passos
UDN - Wilson Martins
PSP - Selyio Braga
PDC - Minoru Miyamoto

SUPLENTE

PSD - Matos Carvalho
PTB - Gilberto Azevedo
UDN - Edilson Mello Távora
PSP - Carvalho Sobrinho
PDC - Athlé Coury

Para apurar irregularidades cometidas nas autarquias ou em outros setores da Administração da União, no enquadramento de seus servidores.

RESOLUÇÃO Nº 21-63

Prazo: até 5 de dezembro de 1963
(Prorrogável por mais 90 dias)

PSD - Último de Carvalho - Presidente
UDN - Paulo Sarasate - Vice-Presidente
PTB - Batista Ramos - Relator
PSD - Armando Corrêa
PSD - Nilo Coelho
PTB - Adylio Viana
PTB - Benjamin Farah
UDN - Lourival Batista
UDN - Machado Rollemberg
PSP - Muniz Falcão
PDC - Cid Furtado

SUPLENTE

PSD - Chagas Freitas
PTB - Ney Maranhão
UDN - Simão da Cunha
PSP - Cândido Sampaio
PDC - Francisco Scarpa

De inquérito para investigar irregularidades no Departamento Nacional da Produção Mineral do Ministério de Minas e Energia.

RESOLUÇÃO Nº 22-63

Prazo: até 20 de outubro de 1963
PTB - Gastão Pedreira - Presidente
PSD - Amínthas de Barros - Vice-Presidente
UDN - Celso Passos - Relator
PSD - Lyrio Bertolli
PSD - Paes de Andrade
PTB - Abraão Moura
PTB - Milvernes Lima
UDN - Domício Freitas
UDN - Ezequias Costa
PSP - Broca Filho
PDC - José Richa

SUPLENTE

PSD - Josafá Borges
PTB - Arguano Dario
UDN - Francisco Pereira
PSP - Carvalho Sobrinho
PDC - Geremias Fontes

Para investigar problemas relacionados com o café

RESOLUÇÃO Nº 24-63

Prazo: até 30 de dezembro de 1963
(Prorrogável por mais 90 dias)
PSD - José Maria Alkmim - Presidente
PTB - Renato Cealdônio - Vice-Presidente
UDN - Herbert Levy - Relator-Geral
PSP - Cândido Sampaio - Relator-Substituto
PSD - Pacheco Chaves
PTB - Rogê Ferreira
UDN - Newton Carneiro

SUPLENTE

PSD - Amiral Furlan
PTB - Fernando Gama
UDN - Raimundo Padilha
PSP - Emmanoel Walsmann

Destinada a investigar a aplicação, pela UNE e demais órgãos estudantis, à mesma vinculados, das verbas que lhes foram atribuídos pleos orçamentos de 1962-63 e outras irregularidades.

RESOLUÇÃO Nº 25-63

Prazo: até 8 de janeiro de 1964
(Prorrogável por mais 90 dias)
PTB - Rogê Ferreira - Vice-Presidente
PDC - Geremias Fontes - Relator-Substituto
UDN - Geraldo Freire - Relator
PSD - Cavo Costa
PSD - Dado Coimbra
PSP - Lauré Leitão

PTB - Clay Araújo
UDN - Elias do Carmo
PSD - Alfredo Menezes

SUPLENTE

PSD - João Meira
PTB - Arthur Maia
UDN - Braga Pamos
PSP - Geraldo de Barros
PDC - Cid Furtado
Presidência - Vaga

Destinada a apurar as condições de funcionamento da Rádio Nacional e TV Nacional de Brasília.

RESOLUÇÃO Nº 26-63

Prazo: até 4 de janeiro de 1964
(Improrrogável)

PTB - Milton Rê - Presidente
PSD - Dirceu Cardoso - Vice-Presidente
UDN - Augusto Novais - Relator
UDN - Odeas Cardoso
PSD - Getúlio Moura
PSD - Dado Coimbra
PTB - Breno da Silveira
PSP - Broca Filho
PDC - Geremias Fontes

SUPLENTE

PSD - Medeiros Neto
PTB - Paulo Mansur
UDN - Braga Ramos
PSP - Clodomir Millet
PDC - José Richa

Para investigar as atividades da Indústria Cinematográfica Nacional e estrangeira

RESOLUÇÃO Nº 28-63

Prazo: até 12 de fevereiro de 1964
(Improrrogável)

PTB - Rogê Ferreira - Presidente
PSD - Orlando Bertolli - Vice-Presidente
UDN - Rui Santos - Relator
PSD - Amiral Furlan
PTB - Alceu de Carvalho
UDN - Evaldo Pinto
PSP - Adib Chamas

SUPLENTE

PSD - Chagas Freitas
PTB - Altino Machado
UDN - Carlos Guerra
PSP - Geraldo de Barros

Para investigar a aplicação efetiva dos recursos obtidos pelas Companhias de Investimento e Capitalização nacionais e estrangeiras.

RESOLUÇÃO Nº 32-63

Prazo: até 26 de janeiro de 1964
(Improrrogável)

PTB - Paiva M. de - Presidente
PSP - Emmanoel Walsmann - Vice-Presidente
PSD - Pacheco Chaves - Relator
PSD - Paes de Almeida

- PSD - Cláudio de Abreu
- PTB - Cesar Priete
- UDN - Alde Sampaio
- UDN - Elias do Amaral - Relator-Substituto
- PDC - Minorino Nogueira
- SUPLENTE
- PSD - Luciano Marinho
- PTB - Manso Cabral
- UDN - Magalhães Melo
- PSP - Adib Chammas
- PDC - Cid Furtado

Destinada a verificar a situação das Empresas Jornalísticas estrangeiras, com sede no País ou no exterior, que operam com publicações ou transmissão de notícias em língua portuguesa no território nacional

- RESOLUÇÃO Nº 23
- Prazo: até 11 de janeiro de 1964
(Prorrogável por mais 60 dias)
- PSD - Gabriel Moura - Presidente
 - PTB - Manso Cabral - Vice-Presidente
 - UDN - Padre Godinho - Relator
 - PSD - João Calmon
 - PSD - José Fortes
 - PTB - Petrônio Furtado
 - PTB - Artur Lira
 - UDN - Gil Veloso
 - UDN - Nogueira
 - PSP - Clodomir Millet
 - PDC - Odilon Costa
 - SUPLENTE
 - PSD - Dasso
 - PTB - Max da Costa Santos
 - UDN - Nicolau Tuma
 - PSP - Bento Gonçalves
 - PDC - Teófilo de Andrade

Destinada a investigar a existência legal, atividades e irregularidades do Serviço Federal de Prevenção e Repressão de Infrações Contra a Fazenda Nacional.

- RESOLUÇÃO Nº 34-63
- Prazo: até 15 de janeiro de 1964
(Prorrogável por mais 60 dias)
- UDN - Flores Soares - Presidente
 - PSD - Philadelpho Garcia
 - PSD - Philadelpho Garcia - Vice-Presidente
 - PSP - Tufy Nassif - Relator
 - PSD - Dirceu Cardoso
 - PSD - Osni Régis
 - PTB - Rubens Alves
 - PTB - Gastão Pedreira
 - UDN - Elias Carmo
 - PDC - Henrique Turley
 - SUPLENTE
 - PSD - Regis Pacheco
 - PTB - Adahil Barreto

- UDN - Gabriel Hermes
 - PSP - Ludovico de Almeida
 - PDC - Almirante-Cury
- Para examinar a situação da Universidade do Brasil, principalmente no tocante às irregularidades na Faculdade de Medicina daquela Universidade

- RESOLUÇÃO Nº 35-63
- Prazo: até 28 de janeiro de 1964
(Prorrogável por mais 60 dias)
- PSD - Regis Pacheco - Presidente
 - PTB - Aurélio Valois - Vice-Presidente
 - UDN - Ruy Santos - Relator
 - PSD - Jaeder Albergaria
 - PTB - Guerreiro Ramalho
 - UDN - Alde Sampaio
 - PSP - Carvalho Sobrinho
 - SUPLENTE
 - PSD - Matos Carvalho
 - PTB - Padre Nobre
 - UDN - Oscar Dias Corrêa
 - PSP - Clodomir Millet

Para investigar a tentativa de prisão, seqüestro ou eliminação do Governador Carlos Lacerda

- RESOLUÇÃO Nº 37-63
- Prazo: até 15 de abril de 1964
(Prorrogável por mais 30 dias)
- PSD - José Fortes - Presidente
 - PSP - Arnaldo Cerdeira - Vice-Presidente
 - PTB - Murilo Costa Rego - Relator
 - PTB - Chagas Rodrigues - Relator-Substituto
 - PSD - Osni Régis
 - UDN - Pedro Aleixo
 - UDN - Adauto Cardoso
 - SUPLENTE
 - PSD - José Burnett
 - PTB - Doutei de Andrade
 - UDN - Bilal Pinto
 - PSP - Cantídio Sampaio

Para investigar as causas da paralisação do Porto de Ilhéus

- RESOLUÇÃO Nº 39-63
- Prazo: até 22 de dezembro de 1963
(Prorrogável por mais 30 dias)
- PSD - Regis Pacheco - Presidente
 - PTB - Pedro Aleixo - Vice-Presidente
 - UDN - Ruy Santos - Relator
 - PSD - Valério Magalhães
 - PTB - Ney Maranhão
 - UDN - Wilson Falcão
 - PSD - Xavier Fernandes
 - PSP - Arnaldo Cerdeira
 - SUPLENTE
 - PSD - Josaphat Borges
 - PTB - Argilano Parra
 - UDN - Lourival Baptista

ATAS DAS COMISSÕES

Comissão de Minas e Energia

ATA DA 21ª REUNIAO PLENA REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 1963.

Aos doze dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e sessenta e três, reuniu-se, às quinze horas, na sala própria, a Comissão de Minas e Energia, presentes os Senhores Edilson Melo Távora - Presidente, Rachid Mamed, Amintas de Barros - Vice-Presidente da Turma "A", - Abrahão Sabbá, Walter Passos, Ormeo Botelho, Otis Borges, Último de Carvalho, Moura Santos, Marco Antônio, Juarez Távora, Celso Passos e Fernando Santana; ausentes os senhores Amaral Furlan, Leonel Brizola, Dias Lins, Plínio Salgado, Sérgio Magalhães - Vice-Presidente da Turma "B", Aloysio Nonô, Jorge Curi, Sílvio Braga e Raymundo de Andrade. - Abertos os trabalhos sob a presidência do Senhor Edilson Melo Távora - Presidente, a Secretária procedeu à leitura da ata da reunião anterior, a qual foi, sem restrições. - Expediente: O Senhor Presidente deu ciência à Comissão da seguinte circular: "II Seminário Econômico do Carvão Nacional, Clube de Engenharia - Estado da Guanabara - De 27 a 31 de janeiro de 1964 - Circular - Prezados Senhores: - A indústria carbonífera representa importante setor da economia em qualquer país industrializado ou em países em processo de desenvolvimento, como é o caso brasileiro - Os níveis de produção de Carvão no Brasil, entretanto, não estão compatíveis com o atual estágio de progresso do nosso parque industrial. - As várias dificuldades que têm impedido que o nosso carvão desempenhe o real papel que lhe cabe no desenvolvimento brasileiro têm sido objeto de estudos por parte dos órgãos governamentais e de dedicados técnicos nacionais. - O 1º Seminário Econômico do Carvão Nacional, realizado no Estado da Guanabara em junho de 1961, sob o patrocínio do Diário Carioca, muito contribuiu para que, reunidos, estes técnicos debatessem e equacionassem o problema do carvão, sob todas as suas facetas: gerador de energia, fator de produção de aço e matéria-prima para a indústria química. - A dinâmica da moderna técnica e as evoluções no processo econômico impõem uma série de modificações de conceitos e mesmo de soluções. - Por isso, animados com o sucesso de nossa iniciativa, sentimos-nos compelidos, tal como, aliás, fora previsto, a promover um novo Seminário Econômico do Carvão Nacional. - Para tanto, contamos com a honrosa participação de Vossa Senhoria nesse novo conclave, ao mesmo tempo em que pedimos, para seu maior brilho, que Vossa Senhoria apresente trabalhos sob qualquer dos assuntos constantes do temário cuja minuta anexamos à presente. - A propósito, tomamos a liberdade de informar a Vossa Senhoria do seguinte: a) O certame se realizará no Estado da Guanabara, nos dias 27 a 31 de janeiro de 1964, nas dependências do Club de Engenharia. b) O formulário de inscrição, anexo, deverá ser preenchido e remetido até a última semana de dezembro de 1963. c) As teses deverão ser remetidas, em três vias, na 1ª quinzena de dezembro, ou então, mimeografadas, em 200 exemplares, até 15 dias antes do início do simpósio. - d) Anexamos à presente, além do formulário de inscrição, as minutas de agenda, do temário e do regimento, sobre os quais pedimos nos encaminhar suas valiosas sugestões. e) A correspondência alusiva ao II Seminário deverá ser dirigida a - Augusto Costa, Diário Carioca, Avenida Rio Branco, nº 25 - sobreloja, Rio de Janeiro - Estado da Guanabara. - Atenciosamente - (assinado) Augusto Costa - Coorde-

ador do II Seminário Econômico do Carvão Nacional". - Disse Sua Excelência, o Senhor Presidente, que seria de toda a conveniência que a Comissão designasse um de seus membros para representá-la nesse Seminário, na qualidade de observador embora, visto que o prazo de inscrição e de apresentação de teses e trabalhos, no Estado da Guanabara, estava praticamente esgotado. Consultiva os presentes a respeito. - Após alguns entendimentos concordaram os presentes, unanimemente, pela indicação do Senhor Fernando Santana, Engenheiro civil e estudioso do assunto. - Referiu-se o Senhor Presidente à importância desta reunião, pois que a mesma se destinava a encerrar os seus trabalhos na presente sessão legislativa e lhe cabia, pois, dizer de sua satisfação em declarar ter sido profícuo o trabalho executado pelos seus ilustres pares, cuja colaboração agradecida sensibilizado, visto que, sem ela, nada teria podido realizar. Os trabalhos que a Comissão levou a efeito, continuou Sua Excelência, merecem especial desta que, não propriamente pelo número de proposições analisadas, mas pela significação e importância das mesmas para o País. Repetia agora - o que em ofício informara ao Presidente da Casa, Doutor Raulier Mazzilli - que era forçado a ressaltar as enormes dificuldades que teve de enfrentar, não só a presidência, mas também a secretaria e os ilustres membros que compõem esta Comissão, para que a mesma pudesse instalar-se e dar início aos seus trabalhos. Os funcionários que trabalham nas salas localizadas no chamado "corredor polonês", merecem justo elogio pela demonstração inequívoca que deram de dedicação ao serviço, de zelo no cumprimento do dever e, porque não dizê-lo, de alto espírito de sacrifício. A Comissão, com todas as dificuldades de pessoal, de material, em instalações inadequadas, realizou vinte e uma (21) reuniões, expeliu noventa e sete ofícios e um número apreciável de telegramas. - Agradeceu mais uma vez, sensibilizado, a prova de confiança nele depositada elegendo-o para presidente da Comissão de Minas e Energia, e ainda, e acima de tudo, a colaboração e o apoio que lhe foram dispensados para o brilhantismo e eficiência dos trabalhos da Comissão. - Desejava a todos um Feliz Natal, cheio de paz e alegria. - Em seguida Sua Excelência, o Senhor Presidente, encerrou a reunião às dezessete horas. E, para constar, eu, Lucília Amarinho de Oliveira, Secretária, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

Comissão Especial designada para dar parecer ao projeto n 15, de 1963, que "dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências.

ATA DA 7ª REUNIAO

Aos vinte e quatro dias do mês de outubro de mil novecentos e sessenta e três, às quinze horas, na sala da Comissão de Organamento, reuniu-se esta Comissão Especial, presentes os Senhores Deputados César Prieto, Presidente; Pedro Aleixo, José Maria Alkmin, Paes de Almeida, Osni Régis, Tancredo Neves, Ulisses Guimarães, Paiva Muniz, Rubem Alves, Herbert Levy, Sílvio Braga, Henrique Turner e Paulo Macatini. Inicialmente, foi lida e aprovada a ata da reunião anterior. Em seguida, o Senhor Presidente anunciou a pala-

via do Senhor Ministro da Fazenda, Professor Carvalho Pinto, que fôra convidado pela Presidência a comparecer perante a Comissão Especial, a fim de manifestar o ponto de vista governamental acerca da Reforma Bancária. Com a palavra o Senhor Ministro, desenvolveu Sua Excelência ampla e substancial exposição, atendendo, prontamente, a quantas indagações lhe foram apresentadas. A seguir usaram da palavra os Senhores Deputados Pedro Aleixo, — Ulysses Guimarães, Herbert Levy, Paiva Muniz, Sylvio Braga e José Maria Alkmin, membros da Comissão, e, ainda, os Senhores Deputados Epitácio Cafeteira e Clemens Sampaio, que também assistiam à reunião. Agradecendo a presença do Senhor Ministro da Fazenda, expressou o Senhor Presidente também o reconhecimento da Comissão Especial à contribuição de Sua Excelência, concretizando valioso contacto entre o Executivo e o Legislativo, em favor da elaboração de uma reforma bancária representativa das aspirações nacionais. Finalmente, submetido a votos, foi aprovado o requerimento dos Senhores Deputados Ulysses Guimarães e Herbert Levy solicitando a desanexação do Projeto nº 710-63, que "Disciplina a aplicação do crédito rural e dá outras providências", do de número 15-63. E como ninguém mais quizesse usar da palavra, foi encerrada a reunião, cerca das vinte horas, da qual se, José Maria Valdeleiro Vianna, Secretário, lavrei esta ata, que, sendo lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA OITAVA REUNIÃO
Aos vinte e seis dias do mês de novembro de mil novecentos e sessenta e três, às quinze horas e trinta minutos, na sala da Comissão de Serviço Público, reuniu-se esta Comissão Especial, presentes os Senhores Deputados César Priolo — Presidente; Pedro Aleixo — José Maria Alkmin — Paes de Almeida — Ulysses Guimarães — Paiva Muniz — Herbert Levy — Ferro Costa e Flores Soares. Inicialmente, foi lida e aprovada a ata da reunião anterior. Em seguida, usou da palavra o Senhor Deputado José Maria Alkmin. Relator do Projeto, para comunicar a seus pares que o seu parecer e consequente substitutivo se encontravam prontos, dependendo, apenas de breve revisão, pelo que a entrega dos respectivos autógrafos ao Secretário da Comissão seria feita no dia subsequente, para a confecção e distribuição de exemplares. A seguir, os Senhores Deputados Herbert Levy e Ulysses Guimarães manifestaram-se surpresos com a exclusão do Projeto nº 710-63, "que disciplina a aplicação do crédito rural", da Comissão de Reforma Bancária, porquanto a desanexação cogitada teria por objeto, não somente, a possibilidade de aquela proposição ser examinada em separado pela Comissão Especial atendendo-se, assim, a urgência pretendida para o caso. Logo após, ponderou o Senhor Deputado Pedro Aleixo que, não obstante o desligamento do projeto mencionado, seria recomendável envolverem os trabalhos da Comissão de Reforma Bancária também o crédito rural, no que mereceu o apoio de todos os presentes e mais a informação do Senhor Deputado José Maria Alkmin de que havia considerado em seu trabalho. Finalmente, através de consulta feita à Comissão, detidui o Senhor Presidente que a discussão do parecer e substitutivo do Relator seria reservada para a próxima reunião, cuja ocorrência ficaria condicionada à divulgação de um opusculo a matéria em apreço. E como ninguém mais quizesse usar da palavra, foi encerrada a reunião, da qual se, José Maria Valdeleiro Vianna, Secretário, lavrei esta ata, que, sendo lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

3ª SESSÃO EM 18 DE DEZEMBRO DE 1963

(Convocação Extraordinária)

PRESIDÊNCIA DOS SRS. ANIZ BADRA, 3º SECRETÁRIO; VALÉRIO MAGALHÃES, SUPLENTE DE SECRETÁRIO.

I — As 14 horas comparecem os Senhores:
Aniz Badra
Valério Magalhães

Acre:
Geraldo Mesquita — PSD
Pará:

Armando Corrêa — PSD
Sylvio Braga — PSP

Ceará:
Costa Lima — UDN
Furtado Leite — UDN
Leão Sampaio — UDN

Paraná:
Plínio Lemos — UDN

Pernambuco:
Alde Sampaio — UDN
Cona Cavalcanti — UDN

Alagoas:
Arv. Pitombo — PTB
Sergipe:

Francisco Macedo — PTB
Lourival Batista — UDN

Bahia:
Aldino de Castro — PSD
Fernando Santana — PSD
Manso Cabral — PTB

Espirito Santo:
Oswaldo Zanillo — PRP

Rio de Janeiro:
Dado Coimbra — PSD
Raymundo Padilha — UDN

Guanabara:
Benjamin Ferah — PTB
Cardoso de Menezes — UDN
Garcia Filho — PTB

Minas Gerais:
Sílic Pinto — UDN
Elias Carmo — UDN
Gulherme Machado — UDN
Gulhermino de Oliveira — PSD
Manoel de Almeida — PSD
Milton Reis — PTB
Oscar Corrêa — UDN

São Paulo:
Adrião Bernardes — PST
Cunha Bueno — PSD
Nicolau Toma — UDN
Teófilo Andrade — PDC

Goias:
Benedito Vaz — PSD
Mato Grosso:

Philadelpho Garcia — PSD
Santa Catarina:

Ávaro Calvo — UDN
Rio Grande do Sul:

Anônio Breolin — PTB
Brito Velho — PL
Clevis Pestana — PSD
Lauro Leitão — PSD
Raul Pila — PL (41).

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 41 Senhores Deputados. Está aberta a sessão.

SOB A PROTEÇÃO DE DEUS INICIAMOS NOSSOS TRABALHOS.

II — O SR. SYLVIO BRAGA:

Servindo como 2º Secretário, procede a leitura da ata da sessão ante-

cedente, a qual é, sem observações, assinada.

O SR. PRESIDENTE:

Pasa-se à leitura do expediente.

O SR. VALÉRIO MAGALHÃES:

Servindo de 1º Secretário procede à leitura do seguinte

III — EXPEDIENTE

PROJETOS APRESENTADOS

Projeto de Resolução nº 36, de 1963.

Autoriza a Mesa da Câmara dos Deputados a editar a obra "Em Cima da Hora", de autoria de Suzanne Labin.

(Do Sr. Afrânio de Oliveira) (A Mesa)

O Congresso Nacional resolve:

Art. 1º A Mesa da Câmara dos Deputados fica autorizada a editar o livro "Em Cima da Hora", de Suzanne Labin, traduzido por Carlos Lacerda, depois de obtida a competente permissão da autora e do tradutor.

Art. 2º Para atender às despesas com a edição a que se refere o artigo anterior, fica a Mesa da Câmara dos Deputados autorizada a abrir o crédito necessário, até o montante de Cr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros).

Art. 3º A edição da obra destina-se a distribuição gratuita às Prefeituras Municipais, Câmaras de Vereadores, Assembléias Legislativas, escolas e bibliotecas públicas do país e demais entidades ou pessoas, a critério da Mesa.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 27 de novembro de 1963. — Afrânio de Oliveira.

Justificação

— A magnífica, corajosa e oportuna obra de Suzanne Labin, intitulada "Em Cima da Hora", traduzida para o português por Carlos Lacerda, merece ser divulgada por todas as formas, por representar verdadeiro libelo contra o comodismo de democratas que pela omissão, estão a permitir o solapamento do regime, pela ação nefasta de atuante minoria totalitária.

Representa a obra a melhor lição que possa ser dada a cada brasileiro, ensinando-o a combater o comunismo, a conhecer o falso democrata, o antidemocrata, o inocente útil, o ignorante de boa e de má-fé, o acomodado, o covarde.

Representa a obra, sem dúvida, uma das melhores lições que pode a todos ser dada visando a defesa do regime democrático no Brasil, preservando as instituições.

Cabe, assim, ao Congresso Nacional, banir e vicia a obra do regime em que vivemos, promover a divulgação por todos os rincões da pátria desse estudo e como o instrumento de salvaguarda da democracia.

Projeto nº 1.546, de 1963

Autoriza o Poder Executivo a criar a cadeira de Problemas Brasileiros, em todas as escolas superiores, civis e militares do país e o Curso de Planejadores em todas as Universidades do Brasil.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a cadeira de Problemas Brasileiros em todas as escolas superiores, civis e militares do País.

Art. 2º A cátedra da cadeira de Problemas Brasileiros só poderá ser

exercida, em caráter definitivo, pelo professor que tiver sido diplomado pelo Curso de Planejadores, no Brasil ou no Estrangeiro.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Curso de Planejadores, em todas as universidades do País.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 3 de dezembro de 1963. — Clevis Pestana.

Justificação

A crise brasileira é a grande preocupação de todo patriota. Há uma ansiedade generalizada. Todos desejam esclarecimentos sobre o diagnóstico, a terapêutica e o prognóstico para a situação brasileira. As opiniões variam muito. Cada um analisa a crise brasileira em função do seu grau de cultura, da sua formação intelectual, da sua experiência profissional e das lições da sua vida pública.

Posição do Economista

Para os que têm preferência pelos assuntos econômicos, uma das causas da crise brasileira, é o desequilíbrio entre produção e consumo, entre oferta e procura de bens e serviços.

O consumo cresce mais rapidamente que a produção. O Plano Trienal divulga uma previsão de produção e consumo de gêneros alimentícios para 1970. Se não houve alteração no ritmo deste aumento o consumo cada vez se distanciará mais da produção agravando, em termos alarmantes, o déficit alimentar da população brasileira.

O desequilíbrio entre oferta e procura de trabalho gera o desemprego e o subemprego, com as inevitáveis implicações sociais.

Para atenuar esses desequilíbrios, são indispensáveis investimentos vultosos. Há anos calculou-se que para ser proporcional o emprego de um novo trabalhador era preciso inverter quarenta milhões de cruzeiros se fosse no setor primário (atividades agrícolas ou pastoris) e duzentos milhões de cruzeiros se fosse no setor secundário (atividades industriais). Mas a principal fonte de capital para investimentos é a poupança. Onde essa fonte é fraca a formação de capital é lenta. É o que acontece nos países subdesenvolvidos. Há o recurso ao capital estrangeiro. Mas a contribuição do capital estrangeiro ao Brasil vem diminuindo de ano para ano. Em 1960, foi de cento e seis milhões de dólares, em 1962 essa contribuição baixou para vinte milhões de dólares. Quando um país entra na fase de inflação aguda, agrava-se a fuga dos capitais estrangeiros e nacionais. Constatou-se uma enorme exacerbação de procura de moedas estrangeiras e de investimentos imobiliários. Os depósitos de brasileiros em bancos estrangeiros, em vários países aumentam em proporções assustadoras. Dificuldades de capitais para investimentos no Brasil, indispensáveis, aliás, para aumentar a produção e para o emprego nos três setores de atividades econômicas, primárias (agricultura e pecuária), secundárias (industriais e terciárias), (intermediação, comércio, transportes, instituições de crédito servem públicos etc.)

O crédito vilicioso tornou-se cada vez mais grave. Aumenta a quantidade de equipamentos ociosos e do desemprego e sub-emprego. Isto é, da mão-de-obra ociosa. O desequilíbrio do balanço comercial e do balanço de pagamentos grave para o economista, uma outra das grandes causas da crise brasileira.

No aumento das exportações e na obtenção de melhores preços, no mercado internacional para os produtos primários, está uma das chaves para

solucionar esse problema. E uma outra chave reside em conseguir que cada brasileiro trabalhe ao máximo com os maiores rendimentos possíveis e destine a maior percentagem possível da sua renda à poupança, isto é, à formação de capital.

Todo aceleramento do desenvolvimento econômico deve ser acompanhado de providências que aumentem a poupança coletiva.

Posição do Geógrafo

Para o especialista em geografia econômica e em geografia humana, ninguém poderá interpretar cientificamente as grandes diferenças de desenvolvimento, econômico e social, entre Regiões, Estados e Municípios brasileiros e as crescentes desigualdades de riquezas entre as diversas classes sociais, diferenças e desigualdades que estão na raiz da crise brasileira, sem levar em consideração os seguintes fatos:

I

O clima tem grande influência no rendimento das culturas agro-pastoris e no trabalho humano. As temperaturas médias, mínimas e máximas durante o dia e durante as estações do ano em quantidades de chuvas e sua distribuição, os tipos de solo e de subsolo, o relevo do terreno, o seu tipo de cobertura, campo ou floresta, os sistemas de rios, lagos e de montanha, a extensão e a natureza da costa marítima são outros tantos fatores a serem estudados no equacionamento dos problemas brasileiros.

Os recursos naturais brasileiros não têm sido conservados convenientemente. As riquezas de solo e subsolo têm sido malbaratadas. Uma firme política de conservação e de exploração científica dessas riquezas condiciona o reergulimento econômico e social do Brasil.

II

O desenvolvimento industrial depende muito do fornecimento de matérias-primas e das fontes de energia. Na era do carvão e na do petróleo a posição do Brasil é de grande inferioridade. Quanto de outras fontes de energia, a hidráulica e a nuclear, o Brasil se encontra em situação privilegiada. Acontece, porém, que só recentemente, o progresso científico e técnico atingiu tal desenvolvimento que tornou possível a transmissão de energia elétrica a grandes distâncias sem grandes perdas, compensado, em parte, as enormes distâncias entre as quedas d'água e os principais centros de consumo do País. Quanto à produção de energia nuclear para fins pacíficos industriais utilizando as vastas reservas brasileiras de tório, ainda é uma questão para o futuro. É apenas uma esperança.

Para o cientista especialista em geografia humana e em geografia econômica, as fabulosas riquezas brasileiras não passam de baleia de sonho. A existência dos dois brasis provam a saciedade como essas riquezas são modestas e como estão distribuídas desigualdade. Essa realidade, represente, de fato, uma fatalidade geográfica responsável, em grande parte, pelas desigualdades de riqueza entre Estados e regiões brasileiras e diferenças de bem-estar entre as diversas classes sociais, problemas que se encontram na raiz da crise nacional.

Posição do Demógrafo

O especialista em demografia concentra a sua atenção no aumento da população brasileira e na sua distribuição por idades. Em 1962, a taxa de crescimento populacional foi de 3,6%, uma das mais altas do mundo. Tomado como base para o Brasil, uma população de 70 milhões de habitantes em 1962, o aumento populacional

brasileiro foi da ordem de dois milhões e meio. Observando a constituição da população brasileira por idades chega-se à conclusão de que quase a metade é constituída por jovens com menos de vinte anos, isto é, na idade de não produzir nada ou produzir nada ou produzir muito pouco.

Outra circunstância que não pode ser esquecida é a de que as famílias numerosas predominam nas classes mais pobres, onde os pais, desprovidos de recursos materiais, de educação, de cultura no sentido lato, não podem proporcionar aos filhos um ambiente favorável à formação de uma nova geração de brasileiros capazes de acelerar o processo de desenvolvimento econômico social e político do Brasil. A maior contribuição para o aumento da população brasileira não provém das classes média e alta, mas, sim, das classes mais pobres onde impera a miséria, a pobreza, o analfabetismo e a doença. A produção per-capita depende muito do grau de educação e de cultura. A medida que o homem se alfabetiza, que se torna capaz de assimilar e utilizar os modernos processos tecnológicos vai, cada vez mais, sendo capaz de produzir em maior quantidade e melhor. É que a atividade humana está sempre ligada às conquistas da ciência e da técnica. No Brasil, se levármos em consideração a legião dos que nada produzem ou produzem muito pouco por serem crianças ou muito jovens, por serem analfabetos, por serem dentes ou velhos, chegamos à conclusão de que é cada vez maior o desequilíbrio entre uma pequena minoria que trabalha muito, que produz eficientemente, e a grande maioria que nada produz ou que trabalha com rendimentos baixíssimos, incompatíveis com as recentes conquistas da ciência e da técnica.

Na população brasileira, é cada vez maior a percentagem dos que nada produzem ou produzem muito pouco. Para o demógrafo, esse fato, agravado pela explosão demográfica predominante nas classes mais pobres, é a causa principal da crise brasileira. O desenvolvimento econômico não tem acompanhado o crescimento demográfico. Há um grande desequilíbrio entre a população ativa e a inativa, entre a que produz e a que só consome sem nada produzir. Se esse desequilíbrio não for corrigido o Brasil transformará-se numa China ou numa Índia, superpovoado e com a maior parte da população vivendo em nível sub-humano.

Ao enfrentar a crise brasileira é indispensável mobilizar todas as forças econômicas sociais e políticas para que o crescimento demográfico e econômico seja harmônico para que a distribuição da população pelos três tipos de atividade econômica, a primária (agro-pastoril), a secundária (industrial) e a terciária (comércio, transporte, serviços públicos etc.) e portanto pelas zonas urbanas e rurais obedeça a melhor proporção possível. É preciso fixar para cada distrito, para cada região, para cada estado a densidade demográfica ótima. E esse número ótimo de habitantes por quilômetro quadrado é uma função dos seguintes variáveis:

I

Nível médio de vida previsto para a população.

II

Recursos naturais.

III

Capital social fixo, isto é, investimento em educação, saúde, transportes, energia etc.

IV

Índice de educação e de cultura que se reflete na mentalidade da população e portanto no rendimento do tra-

balho, na capacidade de absorver novos processos tecnológicos, na solidariedade social, na subordinação dos interesses individuais aos coletivos, no espírito de iniciativa e de organização. A densidade demográfica ótima, isto é, o número ótimo de habitantes por quilômetro quadrado é diretamente proporcional aos itens (2), (3) e (4). Porém é inversamente proporcional ao item (1). Ou, em outros termos, a densidade demográfica ótima, além de certos limites, é inversamente proporcional ao nível médio de vida previsto para a população, considerando constantes todos os outros fatores e diretamente proporcional aos recursos naturais, ao capital social fixo e ao padrão educacional e cultural.

Quanto maiores forem os recursos naturais ou os investimentos constituídos pelo capital social fixo ou mais altos os índices culturais, tanto mais elevado será o padrão de vida da população para uma determinada densidade demográfica ou se fixarmos um determinado padrão de vida, poderá ser cada vez maior o número de habitantes por quilômetro quadrado.

Posição do Político

Há dois tipos extremos de político. O demagogo e o político autêntico. Entre esses dois extremos há uma grande variedade de graus intermediários. A grande maioria dos políticos brasileiros é constituída por um terceiro tipo misto de demagogo e de político autêntico. A sua opinião sobre a crise brasileira depende muito da dose de demagogia e de ciência política que ingeriu e assimilou durante a sua formação profissional e cultural e no desenrolar da sua vida pública.

Conduta do Demagogo

O demagogo não escolhe os meios para atingir o seu objetivo principal que é o de se reeleger ou galgar posições cada vez mais altas e dispor de maiores somas de poder. O seu objetivo próximo é agradar ao povo, conquistar adeptos, aumentar o número dos seus eleitores. A sua absorvente preocupação é descobrir o que o povo quer ouvir, as suas mágoas, os seus sofrimentos, as suas angústias, os seus sonhos, os seus desejos, as suas aspirações. Se o povo tem fome, o demagogo promete acabar com a fome. Se a questão é de emprego ou de escola ou de hospital, o demagogo promete logo satisfazer todas essas aspirações. Se é do agrado do povo ouvir ataques ou recriminações ao estrangeiro, às classes privilegiadas, aos monopólios, aos trusts, o demagogo explora esses assuntos ao máximo, sem equacioná-los em bases científicas e técnicas, sem se preocupar em fazer justiça ou em descobrir a verdade. Toma efeito como causa, o acessório como principal, verdades parciais como verdade totais.

Se o auditório é contra o Governo, o demagogo responsabiliza as autoridades por tudo o que acontece.

Assim, a interpretação da crise brasileira pelo político demagogo será sempre desprovida de fundamento científico ou técnico. Essa interpretação falha, parcial, incompleta, embora haja sempre alguns aspectos e alguns motivos reais e certos, explora um ou alguns dos seguintes temas:

- 1) Combate ao capital estrangeiro;
- 2) Combate aos trusts e monopólios;
- 3) Combate à exploração privada principalmente nos setores de energia, transportes, exportação de minérios e atividades bancárias;
- 4) Reforma agrária;
- 5) Reforma bancária;
- 6) Reforma tributária;
- 7) Reforma administrativa;
- 8) Reforma eleitoral.

Posição do Político Autêntico

Esse tipo de político quer solucionar os problemas do povo brasileiro em termos positivos, apoiado nos ensina-

mentos da ciência e da técnica. Encara os mesmos problemas abordados pelo demagogo; não porém com a preocupação de agradar o povo, de comovê-lo e de obter os seus votos. É escravo da verdade e da justiça. O seu objetivo consiste, principalmente em lutar contra a ignorância, contra a pobreza e contra a doença, visando diminuir os desníveis de riqueza entre as classes sociais e as desigualdades regionais de desenvolvimento econômico e social.

Sonha com a igualdade de oportunidades para todos. Os meios preferidos para atingir esses objetivos variam muito com os sistemas filosóficos as escolas doutrinárias a que estiver filiado cada político. Os dois extremos são constituídos pelo comunismo (ou socialismo científico, ou socialismo materialista, ou socialismo de estado) e o capitalismo clássico.

O primeiro termina com a propriedade privada ou a reduz ao mínimo. Estabelece o monopólio e a ditadura de estado que é o supremo árbitro na escolha da solução para qualquer problema. Só ele sabe em que consiste e onde está o interesse público. O estado é quem fixa o que o indivíduo deve produzir ou consumir e onde deve trabalhar. Ninguém tem liberdade para nada. É o regime do Partido Único. Nas eleições só se pode votar nos nomes constantes das listas organizadas pelo Partido todo poderoso. O terror policial impede qualquer verdade de independência ou de crítica em presença do Estado.

No regime do Capitalismo clássico o indivíduo deve ser o supremo árbitro através das manifestações das maiorias. A propriedade privada é a regra. A propriedade coletiva ou de Estado a exceção. Os preços devem ser fixados pelas forças do mercado. A lei da oferta e da procura deve predominar sempre.

A livre concorrência e a iniciativa privada devem ser amparadas ao máximo.

Na prática, os monopólios e a propaganda deduzem muito essas liberdades de iniciativa e de concorrência.

A inflação, as crises econômicas cíclicas, o colonialismo, as lutas imperialistas, as desigualdades sociais, a ausência de igualdade de oportunidades, as diferenças de desenvolvimento econômico e social entre continentes, países e regiões, a exploração dos mais fracos pelos mais fortes, são os principais aspectos negativos do capitalismo clássico. Entre os dois extremos, constituídos pelo comunismo e o capitalismo clássico, há um grande número de sistemas mistos, de soluções intermediárias que não pertencem integralmente a nenhum daqueles dois sistemas extremos.

Os políticos ecleticos afirmam que o problema central é o da eficiência do homem. E que para a grande maioria da humanidade a concepção espiritualista da vida é inerente à concepção de felicidade. Sob o ponto de vista material para atingir grande desenvolvimento econômico e social, é de capital importância o comportamento do indivíduo. Cada cidadão deve trabalhar ao máximo, produzir o máximo. Surge então o problema fundamental qual seja o de descobrir o estímulo ou os estímulos que elevam o homem a agir com o máximo de eficiência em benefício próprio e em benefício da coletividade.

Ainda na escolha desses estímulos, a influência do sistema filosófico ou da escola doutrinária a que o político estiver filiado é decisiva. Os ecleticos costumam afirmar que esses estímulos variam no tempo e no espaço. Ou em outros termos, a escolha desses estímulos depende do grau de cultura a que houver atingido o povo em questão e o grau de adiantamento a que tiver atingido o progresso cien-

Uma situação. Assim, para um povo que, na sua grande maioria, vive em condições precárias, sob o ponto de vista de conseguir o máximo de bem-estar para o trabalho humano, há de haver, o regime do terror, que se manifesta com o Estado que não tem política de fuzilamento, mas sim de fuzilamento das piores condições, no fundo de uma mina ou sob as condições mais extremas de trabalho, no taler ou de possibilidades de sobrevivência.

Para um povo culto, cuja grande maioria trabalha rigorosamente os seus dias para com Deus, a família, a pátria e a humanidade, o estímulo maior para se obter o máximo de rendimento no trabalho individual e coletivo, e o da liberdade e o do sistema de rigidez, proporcionalidade entre produtividade e vantagens, entre produtividade e rendas, quem trabalha, ganha mais. As rendas e os lucros passam a ser função da quantidade de produção do espírito humano, na produtividade para atingir e ultrapassar as novas conquistas da ciência e da técnica. Será o reinado da propriedade privada e da livre empresa. Porém, para que o interesse coletivo predomine sobre o do indivíduo, para que haja a justiça na distribuição do fruto do trabalho, para que os mais fortes não explorem os mais fracos para que desapareça a ameaça da fome e das crises econômicas e sociais, o Estado através dos Planos Nacionais Garanti a Justiça Social e proporcionará a possibilidade de cada indivíduo, em cada caso, não ser penalizado, realmente o legítimo interesse do cidadão, da família, da pátria e da humanidade. Será o reinado da Democracia e da Liberdade, da Ciência e da Técnica, só possível mediante a organização de Planos Nacionais para os distritos, para as municipalidades, para as regiões, para os Estados, para a Nação, sendo em vista a integração econômica e social de cada comunidade local até ao conjunto de todas as Nações do Mundo. Para o político autêntico a única verdadeira e uma consequência da verdadeira Democracia é a organização dos Planos Nacionais. O plano nacional é o que se enquadram os Planos Nacionais, os Estados e a Nação, e a organização da sociedade humana e das Ciências Sociais. É a organização e o tempo perdido e perdido para o futuro da humanidade.

Para o político autêntico a única verdadeira e uma consequência da verdadeira Democracia é a organização dos Planos Nacionais. O plano nacional é o que se enquadram os Planos Nacionais, os Estados e a Nação, e a organização da sociedade humana e das Ciências Sociais. É a organização e o tempo perdido e perdido para o futuro da humanidade.

Para o político autêntico a única verdadeira e uma consequência da verdadeira Democracia é a organização dos Planos Nacionais. O plano nacional é o que se enquadram os Planos Nacionais, os Estados e a Nação, e a organização da sociedade humana e das Ciências Sociais. É a organização e o tempo perdido e perdido para o futuro da humanidade.

Para o político autêntico

Para o político autêntico a única verdadeira e uma consequência da verdadeira Democracia é a organização dos Planos Nacionais. O plano nacional é o que se enquadram os Planos Nacionais, os Estados e a Nação, e a organização da sociedade humana e das Ciências Sociais. É a organização e o tempo perdido e perdido para o futuro da humanidade.

Para o político autêntico a única verdadeira e uma consequência da verdadeira Democracia é a organização dos Planos Nacionais. O plano nacional é o que se enquadram os Planos Nacionais, os Estados e a Nação, e a organização da sociedade humana e das Ciências Sociais. É a organização e o tempo perdido e perdido para o futuro da humanidade.

as e as desigualdades de riqueza, das diferentes classes sociais, diferenças e desigualdades que estão na raiz da crise brasileira, não se pode esquecer a contribuição das diversas etnias para a constituição do tipo humano predominante nessas regiões e classes sociais.

O comportamento do indivíduo no local de trabalho, no lar e na sociedade é de capital importância. A sua capacidade de produzir, a maior ou menor facilidade com que assimila os novos processos tecnológicos, as suas tendências para atividades práticas ou especulativas ou contemplativas, o seu espírito de poupança, o gesto pela participação na vida pública, a noção de dever, de pontualidade, a contrição ao trabalho, o amor à verdade, a noção de responsabilidade, o saber mandar e obedecer, o sentido de disciplina e hierarquia e muitos outros aspectos da personalidade, variam de acordo com a percentagem de sangue de índio, de preto ou de branco predominante na grande maioria da população de cada região ou classe social do País.

O comportamento, a conduta individual e social de um brasileiro que seja cem por cento branco, ainda depende da sua origem latina, germânica ou anglo-saxônica. Essas forças atávicas e hereditárias ao lado das influências culturais, econômicas, sociais e políticas permitem compreender as crises de autoridade, de civismo e de austeridade que integram a crise brasileira. Por isso mesmo só a interpretação global dessa crise pode ter base científica. São falhas e injustas fôdas as tentativas de explicações parciais. Só um demagoguismo terá a coragem de acusar um partido, ou um político, de ser responsável pela crise brasileira ou verá num fato isolado, como a construção de Brasília a principal causa dessa crise.

Se quisermos fixar responsabilidades devemos dizer que todos os brasileiros tem uma parcela de culpa pela situação a que o Brasil chegou. Mas essa parcela será tanto maior quanto mais alta for a posição econômica, social ou política de cada um de nós.

É indispensável criar em cada brasileiro o sentido de responsabilidade pelo futuro da pátria.

Este objetivo só será atingido pela organização de um verdadeiro exército constituido por cidadãos que dispõem de conhecimentos básicos que vulgarizados venhem permitir que em futuro próximo a grande maioria do povo brasileiro possa participar, de fato, das grandes decisões econômicas, sociais e políticas de que depende o futuro do País. Só assim o Brasil poderá cumprir a grande missão que lhe cabe de promover a abundância e a civilização do Brasil.

É este o intuito deste pensamento que justificamos o presente projeto de lei, que trata da criação de um curso de extensão em todas as universidades do Brasil.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 1953. — *Clevis Pestana.*

IV — O SR. PRESIDENTE:

Está lida a leitura do expediente. Tem a palavra o Sr. Manoel Almeida para uma comunicação.

O SR. MANOEL DE ALMEIDA:

(Para uma comunicação — Sem revisão do Crador) — Sr. Presidente, esta é a vez de congratular-me com o Congresso pela aprovação do Projeto nº 4.604, de nossa autoria, que abre o crédito de 200 milhões de cruzeiros para atender aos lavradores do Vale do São Francisco, vítimas de uma carestia de alimentos que controlam a vazão do grande bar-

ragem de Três Marias, determinando a soma do volume anual daquela represa com o período mais intenso do inverno passado.

Aquelles rios agricultores passaram então a viver das trilhas. Perderam suas lavouras e seu gado.

Diante da situação, apresentamos aqui aquele projeto, que mereceu desta Casa a melhor acolhida e foi aprovado, sendo encaminhado ao Senado, que no ultimo dia de reunião, com o seu ultimo quorum, o aprovou também e o enviou à sanção presidencial.

Este meu relatório traduz a situação dos barranqueiros do São Francisco, vítimas daquela calamidade, e que agora, diante de outra situação ativa — a longa estiagem — podem ter nesses recursos o meio de realizar novas plantações e continuar sua vida de rurícolas.

Aproveito a oportunidade para ler o telegrama que acabo de receber da Sociedade Rural do Triângulo Mineiro:

"Longo e constante período estiagem região Triângulo Mineiro esta criando situação calamitosa de fome e de miséria. Agricultores esta região pedem consecutivamente três plantios cereais e têm suas lavouras e pastagens ameaçadas também pelas pragas originadas da falta de chuvas. Apelamos V. Ex.ª interceder junto governos Estadual e Federal sentido sejam enviados técnicos para estudar in loco calamitosa ocorrência que poderá causar perda total próxima safra pt Sociedade Rural Triângulo Mineiro".

Sr. Presidente, esta leitura vem a propósito da necessidade mesma de o Sr. Ministro da Agricultura, nosso nobre companheiro Oswaldo Lima Filho, enviar, conforme vem de solicitar o despacho telegráfico, a cidade de Uberaba, que é a sede da Sociedade Rural do Triângulo Mineiro, esses técnicos para que in loco possam constatar a extensão e a gravidade do problema que enfrentam os lavradores daquela região e tomar as medidas que o caso requer. (Muito bem. Palmas).

O SR. COSTA CAVALCANTI:

(Para uma comunicação — Sem revisão do Crador) — Sr. Presidente, e de certa forma, contrastado que venho à tribuna nesta tarde de hoje. De algum tempo para cá, de alguns dias a esta data, o que temos presenciado, como relato o que se vem passando na nossa gloriosa Marinha de Guerra, com a promoção do Almirante Cantão Aragão e nomeação de um novo Almirante para o cargo de Comandante da Frota de Guerra, nos dá a impressão para qualquer pessoa que esteja interessada em acompanhar as notícias da nossa Marinha de Guerra, de que a situação atual é a seguinte: a promoção do Almirante Cantão Aragão para o cargo de Comandante da Frota de Guerra, que se deu no fim de março ou início de abril.

Em vez de esperar normalmente que esse cargo coubesse ao Presidente da República e o Ministro da Marinha, o que aconteceu foi o Almirante que vinha exercendo aquele comando, o qual, ao mesmo tempo em que foi agregado, abriu vaga para o Comandante da Frota de Guerra, um homem que anteriormente havia sido expulso da Marinha de Guerra por atos de desonestidade e por não ser o seu comportamento compatível com o serviço da Marinha. Posteriormente, há poucos dias, assistimos a um almirante, um churrasco oferecido a aquele almirante na Churrascaria Gaúcha, creio eu, no qual usou da palavra um sargento, o sargento Prazeres, que teve considerações tidas pelo Ministro da Guerra como nocivas a disciplina militar. Foi que os jornais de hoje publicam, o Sargento Prazeres está recolhido ao

Batalhão de Polícia do Exército, cumprindo punição de vinte dias que lhe foi imposta pelo Comandante do Colégio Militar, à ordem do Ministro da Guerra.

Mas, Sr. Presidente, Sr. Deputados, a nosso ver, o maior responsável pelo maior indisciplina daquele churrasco foi o Sr. Almirante Cantão Aragão. Os regulamentos disciplinares das Forças Armadas preveem que qualquer superior que presenciar uma transgressão disciplinar de um seu subordinado e não tomar medidas positivas, efetivas na hora se torna cúmplice com o autor, responsável por aquela indisciplina. O Sr. Almirante Cantão Aragão estava presente no momento em que um subordinado seu, porque era um sargento do Exército, tecia considerações contrárias aos preceitos, aos regulamentos disciplinares das Forças Armadas e não tomou nenhuma providência. No entanto, o sargento Prazeres foi punido. Isto é que torna difícil que a autoridade possa ser mantida no seio das Forças Armadas, que a disciplina consiga se impor, quando numa situação como essa, presenciada pelas Forças Armadas, verifica a falta de inteira que o subordinado foi punido, mas que o Almirante, maior responsável, não sofreu punição alguma. Além do mais, se os jornais mostram que dentro de breves dias, não mais em um simples churrascaria, mas no campo do America Futebol Clube, no Rio de Janeiro, esse mesmo Almirante vai receber novo banquete, nova homenagem, no momento em que lhe será entregue um pergaminho de Almirante do Povo.

Onde já se viu isso, Sr. Presidente, onde já se viu isso, nobres Deputados, que um Almirante receba um pergaminho de Almirante do Povo? A tradição das nossas Forças Armadas, desde o império na República Velha, na República Nova, nos dias que correm, e de que sempre foram intimamente ligadas ao nosso povo, a todas as aspirações populares. Não é preciso que Almirantes, não é preciso que Generais ou qualquer outro integrante das Forças Armadas receba pergaminhos de Almirante do Povo. Isso não passa, ao nosso ver, de demagogia, de agitação, de procurar cada vez mais quebrar a disciplina e a hierarquia nas nossas Forças Armadas. É preciso que se puna sobre isso, se ainda se deseja que este regime democrático, em que votamos das tão difíceis, possa continuar pelos tempos atuais.

Sr. Presidente, termino fazendo apelo ao Sr. Presidente da República e ao Ministro da Marinha para que acabem com essas banquetes, para que terminem com esse show que o Almirante Aragão deseja dar ao país pela sua promoção e pela sua eleição para o cargo de Comandante da Frota de Guerra.

O SR. LOURIVAL FARIAS:

(Le a seguinte comunicação) — Sr. Presidente, Sr. Deputados, venho acompanhando, discretamente, o debate que se abriu neste País em torno do encaminhamento do sistema de aviação embarcada no porta-aviões "Minas Gerais". Espanto que tal assunto não esteja, até hoje, colocado, verdadeiramente decidido. Não creio que tal matéria fosse digna de criar tamanha estória, tão longa e arrastada, provável, de elementos interessados na desagregação de nossas Forças Armadas. Pelo que pude conhecer e saber de outras partes, quantos têm navios deste tipo possuem suas aviações embarcadas, sem ferir, de leve, quaisquer direitos da aviação de terra. Tenho para mim que o tema não comporta mais delongas. Cumpra ao Governo decidir já e, sobretudo, decidir bem. Isto não será, de modo algum, motivo para criar de sentimento entre a Marinha e a Aeronáutica. A continua proteção

de uma decisão conclusiva é que tem aberto este clima de mal-estar no nosso esquema de segurança e de defesa. Sei que a matéria é complexa, mas isto não será razão plausível para um permanente adiamento que a Nação toda espera. Não se pode mais admitir que os conhecidos adversários da ordem e os inimigos da democracia continuem a fomentarem a discórdia entre nossos irmãos militares, alicerçando as bases do divisionismo. O Governo pode e tem condições suficientes para eliminar este foco de atrito na faixa militar. A questão é decidir em que sacrifício o esquema da defesa do País. (Muito bem).

O SR. GERALDO MESQUITA:

(Para uma comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando estive, recentemente, no meu Estado, acompanhando os restos mortais do Senador José Kairala, tomei conhecimento da situação dolorosa em que vivem os servidores da antiga COAP do Acre. Estão realmente — a expressão é esta — na miséria. Não recebem vencimentos e salário-família desde janeiro deste ano; não recebem a diferença de vencimentos desde junho do corrente ano; também não recebem a diferença de classificação de cargos, determinada pela Lei 3.780, de 1960, desde julho de 1960. Outros funcionários estão sem receber vencimentos e salário-família desde agosto deste ano. Como se verifica, a situação é a mais difícil possível. Não se pode conceber ficarem funcionários numa região que enfrenta o mais assustador custo de vida do País sem receber os seus vencimentos durante o exercício todo. Na verdade, o custo de vida no Acre é uma coisa assombrosa.

Agora mesmo tive de pagar, mais de uma vez, sete mil cruzeiros por uma lata de gasolina contendo apenas 17 litros. Os preços das outras utilidades estão nesta mesma proporção. Tudo é muito mais caro do que em qualquer outra parte do Brasil. Estou procurando um contato com o Sr. Ministro da Indústria e Comércio para expor a S. Ex.^a esta situação humilhante que enfrentam os servidores da COAP do meu Estado. Essa situação está bem expressa no seguinte ofício que me dirigiu o Presidente, em exercício, daquela repartição, após uma conversa que mantive comigo:

“Ministério da Indústria e Comércio
Comissão de Abastecimento e Preços
(COAP) — Estado do Acre
PR-92 — Rio Branco, (Acre),
10 de dezembro de 1963
Exmo. Sr.
Professor Geraldo Mesquita
DD. Deputado Federal
Nesta
Digníssimo Deputado:

Estando os servidores Antonio da Silva Leite, Clóvis Ribeiro Bayum, Cosme Nogueira Leite e Otacílio Barbosa de Carvalho com os seus vencimentos e salário-família atrasados desde o mês de janeiro deste ano, além das diferenças de salário-família e de vencimentos, a contar de junho de 1963 e de classificação (Lei 3.780-60) a partir de julho de 1960; E os servidores Antonio Batista de Carvalho, Antonio Quintella de Moura e Horácio Francisco de Moura com vencimentos e salário-família em atraso de agosto até o presente, solicito a V. Ex.^a se digne de tomar as providências que julgar necessárias no sentido de ser solucionado quanto antes o presente assunto a fim de evitar que os parcos vencimentos

e vantagens dos citados servidores venham cair em exercícios findos.

Pelo telegrama nº 00598, de 12-11-63, do Sr. Diretor da Despesa Pública em Brasília tive conhecimento que foi distribuído à Delegacia Fiscal no Amazonas os créditos pelas seguintes ordens: 1.812 de 21-6; 3.104, de 21-8; 11.876 de 13-9 e 13.962 de 18-10-63 cujos valores não foram mencionados.

Não obstante os inúmeros telegramas dirigidos por esta COAP ao Sr. Delegado Fiscal sobre o assunto, até a presente data não foram respondidos.

Ao tomar conhecimento do telegrama do Sr. Diretor da Despesa Pública remeti requerimentos dos servidores ao Sr. Delegado Fiscal solicitando que os pagamentos fossem efetuados através da Mesa de Rendas Alfândega do Rio Branco — Acre. Todavia o Senhor Administrador ainda não recebeu nada sobre o assunto.

Aproveito o ensejo para expressar a V. Ex.^a os agradecimentos dos servidores desta Comissão. — (a) Antonio da Silva Leite, Presidente, em exercício da COAP.”

Assim, Sr. Presidente, quero dirigir daqui, enquanto não o faço pessoalmente na impossibilidade de encontrar o Sr. Ministro da Indústria e Comércio, um apelo para que, antes do fim deste ano, S. Ex.^a providencie para que essa situação seja corrigida, a fim de que aqueles servidores da Nação, que trabalham num Estado em que, quero repetir, enfrentamos o mais elevado custo de vida do país, possam, pelo menos, receber algum dinheiro que lhes permita fazer as despesas normais de suas famílias neste fim de ano. (Muito bem, Palmas).

O SR. ANTÔNIO BRESOLIN:

(Para uma comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, há uns quinze anos, mais ou menos, pela primeira vez, no Distrito onde nasci, que se chama Pejuçara, interior do Rio Grande do Sul, na Comuna de Cruz Alta, foram utilizados aviões de pequeno porte para pulverizar as nuvens de gafanhotos que, procedentes de República vizinha, pela última vez naquela região produziram tremendos estragos nas plantações. E foi, pela primeira vez, dizia eu, utilizado esse sistema para combater essa praga. Mas, na minha região, a produção de soja e de trigo, sobretudo, vem se desenvolvendo dentro das normas da agricultura racional, com equipamento mecânico e plantações em grande escala. E, graças a esse trabalho que vem se realizando de maneira um tanto elogiável por parte daqueles que se dedicam a esse ramo do cultivo da terra, a agricultura, assim desenvolvida, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tem permitido que os métodos mais modernos no que se refere ao combate dessas pragas da lavoura venham sendo utilizados com grande eficiência todos os anos. Os sojais, as grandes plantações de soja, comumente são atacados pela lagarta e o trigo pela ferrugem ou pelos pulgões. Lá os plantadores de trigo e soja usam, não raras vezes, o avião de pequeno porte para pulverizar as plantações e, desta maneira, destruir as pragas que danificam lavouras, e, quando a região não é de larga extensão, os nossos agricultores, com máquinas manuais, utilizam este mesmo processo altamente eficiente. Utilizam máquinas manuais, mas pulverizam todas as plantas e, desta maneira, destroem as pragas que danificam a lavoura.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, se está é um aspecto muito bonito, muito interessante, aspecto de certa forma que devemos elogiar, no que se refere às plantações e ao combate às pragas da lavoura, há um grande inconveniente, também, na aplicação desse processo para o combate às pragas. Estou aqui, hoje, fazendo este registro, para alertar, sobretudo o Ministério da Agricultura e a Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul, o meu Estado, principalmente na região da qual tenho a honra de ser um dos representantes nesta Casa. As nossas abelhas, as nossas colmeias estão desaparecendo. Assim como combatem as pragas da lavoura — por esse processo — as nossas colmeias estão todas desaparecendo. As nossas abelhas estão sendo destruídas. Na minha caminhada ao longo da costa do Rio Uruguai, uma das regiões mais ubérrimas do Rio Grande do Sul e do Brasil, tenho ouvido, pela boca de dezenas de apicultores, as mais cruéis queixas no que se refere a esse fato. Chegou a hora, Sr. Presidente, de fazer com que o Ministério e a Secretaria da Agricultura procurem os métodos ou os produtos químicos indispensáveis para que combatendo as pragas da lavoura, não processem, também, a destruição das nossas colmeias, das nossas magníficas criações de abelhas, que dão tão grandes resultados em toda aquela região do Rio Grande do Sul. (Muito bem)

O SR. CUNHA BUENO:

(Para uma comunicação). Senhor Presidente, ocupamos esta tribuna para ressaltar o extraordinário significado para a emancipação econômica do País, que representa a inauguração das atividades da Companhia Siderúrgica Paulista que hoje será levada a efeito pelo Sr. Presidente da República, em Piaçaguera (São Paulo).

Ninguém desconhece, nesta Casa, a preocupação permanente que tenho tido, desde meu ingresso na vida pública, no que diz respeito a necessidade de o Brasil fomentar o desenvolvimento das suas indústrias, a fim de que não sejamos constrangidos a arrastar-nos eternamente na esteira dos países fortemente industrializados.

Assim sendo, como brasileiro e como paulista, não poderia deixar de fazer este registro exatamente na data em que se inauguram as atividades da COSIPA que, tenho certeza, prestará inestimáveis serviços à história do nosso desenvolvimento. Leio pela imprensa mensagem do Sr. Presidente da República a propósito desse assunto.

Diz. S. Exa.:

“No momento em que a Usina da Companhia Siderúrgica Paulista, presta-se para iniciar sua ação como novo suporte da industrialização do Brasil, quero deixar aqui minha palavra de confiança e fé nos destinos desta inauguração.

A cuidadosa prudência de que se cercaram os planejadores da Usina da COSIPA, antes de se lançarem ao promissor empreendimento, é fator que, certamente, há de influir para que esta cumpra as tarefas que a Nação lhe confiou.

Dentro em breve, a capacidade produtiva da nova siderúrgica estará alimentando, principalmente, a nossa indústria automobilística, e de construção naval e a mecânica pesada.

E' com orgulho que poderemos erguer os altos fornos da COSIPA unicamente com capital brasileiro oriundo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, do

Tesouro Nacional e do Fundo Nacional de Desenvolvimento.

Isto não quer dizer, porém, que desprezamos a colaboração estrangeira que conosco venha a entrar-se no esforço pelo nosso progresso, pois o projeto e o equipamento da COSIPA procedem da França, da Alemanha, da Itália e dos Estados Unidos.

Entretanto, nossos recursos, nossos engenheiros e nossos operários serão os grandes atores da caminhada que iniciamos.

A todos eles, aos dirigentes da empresa e ao povo paulista, deixo impressa nesta página minha saudação de entusiasmo patriótico e de justificada esperança.”

Neste passo, Sr. Presidente, pretendo elogiar o Governo da República pela extraordinária colaboração financeira e econômica oferecida a este empreendimento. Entretanto, a bem da verdade, faço um reparo a esta proclamação do Sr. Presidente, de vez que no seu manifesto não há referência expressa a colaboração da iniciativa privada.

Por casualidade e por força do destino, tive o privilégio de participar ativa e efetivamente, Sr. Presidente, e Srs. Deputados, dos esforços pela constituição do primeiro capital, do capital-piloto da COSIPA e justamente esse capital que era de apenas dois bilhões de cruzeiros que foram recrutados quase que exclusivamente junto a empresas de iniciativa privada. Portanto, embora elogiando a atitude do Governo Federal, pela colaboração positiva oferecida, queremos aqui também ressaltar a participação da iniciativa privada do meu Estado, desta iniciativa privada, Sr. Presidente, que continua sendo, na história dos povos democráticos a mais poderosa alavanca para o desenvolvimento.

Dessejamos também, nesta oportunidade, felicitar o eminente General Amaury Kruel que, sob intensa expectativa, assumiu ontem o Comando do II Exército, em São Paulo.

Ao desejar felicidades para que S. Exa. possa cumprir, rigorosamente, seus deveres no resguardo da ordem não poderíamos deixar de fazer aqui, embora rapidamente, o elogio ao discurso magnífico pronunciado por aquele cabo de guerra.

Diz o General Amaury Kruel, entre outras coisas:

Isto porque, o II Exército sob comandos anteriores já conquistou a confiança da opinião pública paulista que nele vê um dos elementos, capazes de garantir a ordem e a liberdade de trabalho e de que tanto necessita São Paulo — centro vital da economia da Nação, que exige dos poderes públicos — segurança e a tranquilidade tão necessárias para que o ritmo de progresso vertiginoso que este grande Estado da Federação experimenta, não sofra solução de continuidade.

Creio que o meu passado militar e a minha atuação nas diversas comissões que tenho desempenhado não permitem dúvidas de como será a minha ação de comando à frente do II Exército.

Como soldado e cidadão uma constante guia meus passos e pode assim ser definida:

— Obediência aos rígidos ditames da profissão que abraço com entusiasmo e a qual me dedico com inteiro devotamento;

— Consciência do papel das Forças Armadas na preservação dos princípios que são a base da formação da nacionalidade;

— Senso da disciplina, de hierarquia e da ordem como fundamentos éticos de toda a formação militar organizada;

— Fidelidade intransigente às instituições democráticas, únicas compatíveis com a índole do

povo brasileiro e com a salvaguarda dos valores cristãos que representam o nosso patrimônio moral e espiritual.

Sabeis vós, meus comandados de hoje, como também a opinião pública de São Paulo, que não foi outra a minha linha de ação quando exerci a pasta da Guerra. Hoje, mais do que nunca, identificado com os sentimentos, os compromissos e as aspirações de minha classe e, acima de tudo, com a missão tradicional das Forças Armadas, na vida e na história da República, de maneira alguma nos afastamos do roteiro a bem dizer histórico.

Um Exército unido na consciência de sua função constitucional enriquecido na força moral de sua disciplina e fortalecido na defesa das instituições políticas e sociais, que retratam a genuína formação do povo brasileiro, continuará a ser a mais poderosa garantia de ordem e ao mesmo tempo da liberdade.

Esta liberdade somente existirá e subsistirá em função da ordem legal e real, pelo respeito à autoridade e à lei; real, pela espontânea observância das regras de convivência dos valores representativos do pensamento democrático nacional.

Ao congratular-me, Sr. Presidente, com o novo Comandante do Segundo Exército, deixo declarar aqui que todos os brasileiros de São Paulo, sem exceção, acreditam que o General Amaury Kruei tem todas as condições morais, indispensáveis para assegurar ao povo de São Paulo o clima de tranquilidade, de disciplina, de respeito à ordem pública e de paz necessários a que os trabalhadores daquele pedaço do nosso chão possam continuar a sua obra construtiva.

Terminando, encaminho à Mesa, Sr. Presidente, projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a abrir, através do Ministério da Educação e Cultura, crédito especial de 5 milhões de cruzeiros ao Centro de Medicina Nuclear de São Paulo, para custear a realização de dois congressos de Biologia e Medicina Nuclear, que se efetivarão naquele Estado em 1964.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem)

O SR. DASO COIMBRA:

(Para uma comunicação) Senhor Presidente, as minhas primeiras palavras são de congratulações com a Mesa da Casa, pelo rigor regimental com que está ela agindo e conduzindo os trabalhos, particularmente com o eventual Presidente, o Deputado Aniz Badra. (Palmas)

Presenci, Sr. Presidente, um fato digno de nota. O nosso quorum regimental seria matematicamente 40,9. Tínhamos 40 Deputados presentes e V. Exa. não abriu os trabalhos enquanto não chegou o quadragésimo primeiro, isto ainda dentro do prazo regimental.

Querjo deixar consignadas nossas congratulações, porque no momento em que não temos aqui a imprensa acompanhando e vigiando nossos trabalhos, V. Exa. vem agindo, como sempre, da maneira mais regimental, mais honesta.

Sr. Presidente, queremos estender nossas congratulações aos nossos colegas que, compreendendo seu dever aqui compareceram. Ontem, 47 Deputados, estavam presentes no início dos trabalhos e, mais adiante, quando decorridos cerca de 45 minutos da sessão, subia a mais de 70 o número de parlamentares que aqui compareceram, desejosos de trabalhar e contribuir para o progresso de nossa pátria. E o que é belo, bonito, digno de nota para que fique registrado nos anais desta Casa, no momento em que V. Exa. às 16,05 ho-

ras encerrava os trabalhos, a Portaria acusava a presença de 102 Srz. Deputados.

Ora, estes números, na véspera do Natal, quando os Deputados normalmente têm que se deslocar para seus Estados, para seus redutos eleitorais, a fim de assistirem a cerimônias cívicas, a formaturas de várias escolas, parabenizando muitas delas e, também, de preparar, com suas famílias, o Natal, esta festa da Cristandade que todos comemoramos condignamente, a presença deste elevado número de Deputados em Brasília é digna de registro. E aqui falamos hoje para que o fato fique consignado nos anais desta Casa.

Sr. Presidente, outro assunto que queríamos também hoje deixar registrado, com as nossas congratulações, é a iniciativa do Ministério da Educação e Cultura, que irá apresentar aqueles que ficarão em Brasília, no Natal, aqueles que moram nesta cidade, aqueles que lutam por esta cidade, que vivem nesta cidade. Refiro-me à grande audição que, pela primeira vez, há de ocorrer em Brasília. Mil vezes entoarão tradicionais músicas natalinas dos mais diferentes países do mundo, sob a direção do Maestro Levino Alcântara.

Conhecemos este Maestro desde o tempo em que apresentou, há cerca de 11 anos, pela primeira vez, um coral de 800 vozes na Cinelândia, no Rio de Janeiro. Assistimos com imenso prazer aquelas audições natalinas que se realizavam anualmente no Rio de Janeiro. Há cerca de cinco anos, este mesmo coral iniciado por Levino Alcântara, na ocasião já não regido por ele, foi por nós, levado ao Estado do Rio, onde se vem apresentando nos últimos cinco anos, em praça pública em Niterói e em Nova Iguaçu, como ocorrerá também na próxima segunda-feira, com mais uma audição de músicas natalinas.

Ao parabenizarmos o Ministério da Educação e Cultura por esta iniciativa, queremos ressaltar o trabalho intenso que vem realizando o Maestro Levino Alcântara, contando com a participação de elementos corais de várias Igrejas evangélicas de Brasília e das Cidades Satélites e graças à louvável compreensão do Pároco da Igreja Católica de Taguatinga, que selecionou inúmeros paroquianos para se congregarem nestas festividades de Natal, também com inúmeros católicos.

Louvando a iniciativa do Ministro Júlio Sambuqui em patrocinar a Audição de Músicas de Natal, registramos o trabalho do "gigante dos bastidores" que vem sendo Esau de Carvalho, diretor da Rádio Educadora, o jornalista que "descobriu" Levino Alcântara em Brasília e que, graças a seu contacto com a imprensa falada, escrita e televisonada, criou ambiente para a audição do próximo sábado às 20 horas, na Praça 21 de Abril. (Muito bem)

O SR. OSMAR DUTRA:

(Para uma comunicação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srz. Deputados, devendo viajar amanhã para o oeste catarinense, por força do término do presente período legislativo, não podia deixar de trazer à consideração desta Casa o projeto de lei que visa à regularização das operações de imóveis, objetivando entregar aos municípios a receita do Imposto de Transmissão de Propriedade, que por força de um comportamento errado, é deles desviado.

E' que, Sr. Presidente, por força de recente lei, cabe aos municípios o imposto integral de transmissão de propriedade. Ocorre no meu Estado e em diversos Estados do Brasil o seguinte fenômeno: as operações de terra, operações de imóveis, nos quais existem as grandes reservas flores-

(tais, como pinheiros, imbuia, canela e outras madeiras, são feitas em duas etapas. Uma delas da terra em si, ou seja, sem valor muito elevado e sobre a qual incide o imposto de transmissão de propriedade, que, como é óbvio, vai para as prefeituras. O outro imposto, Sr. Presidente, é o de vendas e consignações, que incide sobre a madeira, sobre a árvore, que embora encravada na terra, paga o imposto de vendas e consignações que por força da Constituição Federal é carregado para os Estados. Neste comportamento, Sr. Presidente, existe uma burla à receita dos municípios. E nós, enfim, visando a corrigir essa anomalia, estamos apresentando hoje, como último trabalho do nosso período legislativo, um projeto de lei com a seguinte redação:

"Fica acrescido ao Art. 43, do Código Civil Brasileiro um parágrafo único, com a seguinte redação:

1 — Vendas mesmo separadamente da terra, as árvores não perdem a qualidade de imóveis"

Com isto, Sr. Presidente, estamos procurando fazer justiça aos municípios que, ao nosso entender, são os que arcam, realmente, com o ônus, com a responsabilidade, com os encargos da coisa pública em todo, o Brasil.

E nesta oportunidade, Sr. Presidente, deixo a esta Casa, aos meus companheiros, a minha saudade e as minhas despedidas e votos de feliz Natal e próspero Ano Novo. (Muito bem)

O SR. CLÓVIS PESTANA:

(Para uma comunicação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srz. Deputados, um dos fatores do desenvolvimento econômico de qualquer nação, é o dos combustíveis. Neste setor, o Brasil não foi muito protegido pela natureza. As nossas reservas de combustíveis sólidos e líquidos são modestíssimas. Temos grande esperança na era atômica; mas, por enquanto, é uma simples esperança. No setor dos combustíveis líquidos, as reservas de petróleo conhecidas e medidas, são realmente muito modestas. A solução consistirá no aproveitamento do xisto betuminoso em face dos conhecimentos que temos até hoje. Se as nossas reservas de petróleo são modestas, as de xisto betuminoso de subsolo brasileiro são vultuosíssimas. Entre essas reservas destaca-se a de São Gabriel, no Rio Grande do Sul exatamente numa região que, para se industrializar, necessita de resolver o problema de combustível. As possibilidades de aproveitamento hidráulico são pequenas e, por conseguinte, o aproveitamento do xisto betuminoso de São Gabriel é que poderá garantir grande desenvolvimento industrial nas fronteiras sul e sudoeste.

Os estudos realizados até agora dão a certeza de que as reservas realmente são de grande vulto. Mas é indispensável que o Ministério das Minas e Energia tome providências para acelerar as medidas de aproveitamento do xisto betuminoso de São Gabriel. Dêsse aproveitamento depende, em grande parte, o início de uma era industrial na fronteira uruguaia e na fronteira argentina. Essa fase industrial é indispensável para a solução do problema social, pois a população ganha na fronteira do Uruguai e na fronteira da Argentina divide-se em duas classes muito distintas: a dos grandes proprietários, aqueles que realmente desfrutam de alto padrão de vida e a mais numerosa, dos que vivem em condições quase, digamos, sub-humanas, sem remuneração ainda de trabalho. Assim, a solução do problema social

no meu Estado, principalmente na área da monocultura, na área da pecuária, está na dependência da indus-

trialização, e essa industrialização não poderá ser atingida em prazo curto sem o aproveitamento das grandes reservas de xisto betuminoso. Dai o nosso apelo ao Ministro das Minas e Energia para que não perca tempo, para que acelere o aproveitamento desta grande reserva natural. (Muito bem. Palmas)

O SR. BRITO VELHO:

(Para uma comunicação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srz. Deputados, confesso que não é com prazer que venho à tribuna para protestar contra atos da Administração. Não tenho vocação para agradecer. Mas é obrigação minha agradecer a minha voz toda vez que qualquer desmando, toda vez que qualquer ato injusto seja cometido por aqueles que eventualmente detenham o poder.

Hoje, vou fazer alguns reparos à atitude do Comando do Exército neste País. Tive notícia, já há algum tempo, de que vários ilustres militares do Rio Grande do Sul foram rigorosamente removidos, afastados das funções que lá exercitavam apenas por serem bons democratas, apenas porque não soletravam pela cartilha do comunismo.

Não vim antes à tribuna, Sr. Presidente, para repetir — e não se trata senão de repetir fatos conhecidos — porque nenhum documento me viera às mãos e mesmo porque a maior parte das transferências, com com toda a desfaçatez, poderia ser explicada como rotina administrativa no Exército.

Mas, Sr. Presidente, recebi da cidade de São Gabriel uma série de telegramas e de cartas onde se faz referência a eminente soldado do nosso Exército, que merece este, sim, a denominação de soldado do Exército de Caxias, pelas suas virtudes particulares e cívicas, pela altivez, pela sua bravura, pelo seu patriotismo, pelo seu autêntico nacionalismo. Este homem é o Major Carlos Gonçalves da Cunha. Foi transferido, há pouco para um local que não sei agora onde fica, no Estado de Mato Grosso.

E por que, Sr. Presidente, foi transferido este oficial, este bravo oficial? — Dirijo que por necessidade do serviço. E eu afirmarei que é falso. Todo o comando do Exército poderia reunir-se que eu declararia perante Ele que estava falseando a verdade.

Este Major Carlos da Cunha Gonçalves, foi removido apenas porque é um bom combatente em prol da democracia, porque é um adversário lúcido e cristão do comunismo. Este homem organizou há dois anos uma liga de combate ao comunismo. Não liga, Sr. Presidente, com a finalidade de prear, de caçar ou de destruir comunistas — esta não é a atitude dos democratas, esta de forma alguma é a conduta dos cristãos verdadeiros, — mas para combatê-lo no verdadeiro terreno no qual se há de fazer esta luta, luta que é de ideias, luta que se há de desenvolver através do esclarecimento das consciências e, mais do que isto, através da realização de obras que venham atender às populações verdadeiramente necessitadas.

Mas este Major, Sr. Presidente, fez mais. Há pouco tempo conseguiu, pelo seu prestígio, pela sua capacidade de trabalho, organizar os sindicatos rurais do Município de São Gabriel e os sindicatos não ficaram nas mãos dos comunistas, ficaram nas mãos de democratas, nas mãos de cristãos. E esta foi a razão maior

da sanha, da animosidade, da revolta contra a conduta deste nosso digno pátrio.

Passo a ler, Sr. Presidente, carta que tenho em mãos:

"A população gabrelense indignada com a transferência de nosso particular amigo Major Carlos Gonçalves da Cunha para Bela Vista em Mato Grosso, expressou com energia e em verdadeiro clamor público através de centenas de telegramas e abaixo assinados, às autoridades civis e militares do país seu protesto formal contra esta mesquinha-ria.

O Major Cunha foi o fundador da Liga Democrática Cristã, e por sua ação energética impediu a comunicação em nosso meio.

Ultimamente venceu em eleições nos meios rurais a luta pela direção dos sindicatos do homem do campo. Este fato irritou aos pelegos de Caruzo e Brizola, e daí o motivo de sua transferência.

Atualmente, devido ao êxito obtido na campanha para uma Vila Vicentina com 20 casas para os pobres, conseguiu grande penetração nas massas, motivo também de preocupação para os agitadores.

O povo gabrielense espera que V. Exa. af da Câmara Federal investigue as causas deste ato indigno e dê cobertura a esta causa que expressa a vontade do próprio povo.

Pelos gabrielenses e como libertador, saudações patrióticas. a) J. Teixeira."

Vou ler também os seguintes telegramas que me foram dirigidos:

Verdadeiramente surpreendidos transferência nosso líder católico fundador Liga Democrática cristã, Major Cavalaria Carlos Gonçalves da Cunha servindo terceiro REM para Décimo RC Bela Vista Mato Grosso pt Apelamos interferência vossência sentido tornar sem efeito pt Referido Oficial estima população local por seu trabalho filantrópico meio pobreza et por sua ação energética política et esclarecedora impedindo comunicação nosso meio por elementos agitadores saudações Liga Cristã Democrática Mon H Rech Presidente de honra Haddy V Simonetto Presidente Clesio Teixeira 19 Vice Presidente Galba Rodrigues Secretário e mais 57 assinaturas.

São Gabriel conta trabalho incansável ilustre homem público tendido tornar nula Portaria transferiu Major Carlos Gonçalves da Cunha Mato Grosso por motivos vestidos de política, nefasta nosso Regime e tripudante nosso ideal democrata pt Amarello da Cunha Teixeira.

Desejo ainda alertar os nobres colegas desta Casa que apoiando esse Governo, não são comunistas — e muitos deles vêm fazendo periodicamente declarações nesse sentido.

Abram os olhos, porque não sendo comunistas — e sei que não o são, — não de ser devorados, tragados com a democracia, se não empenharem o melhor deles mesmos numa atitude de reação contra os desmandos de vários setores da administração pública deste País e particularmente, Sr. Presidente, do setor dos comandos do Exército. Progressivamente estão sendo deslocados de vários comandos, de postos de importância Capitães, Majores, Tenentes-Coronéis, autênticos democratas como nós, e substituídos por elementos mais do que suspeitos.

Aqui fica a minha palavra de alerta, aqui fica o meu protesto e aqui fica sobretudo, a declaração de que, enquanto tenha eu voz, virei a este plenário para, da tribuna, dizer aqui-

lo que de mal se vai passando pelo País, por desgraça do Governo que nos desgoverna.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem).

O SR. RAIMUNDO PADILHA:

(Para uma comunicação. Sem revisão do orador). — Sr. Presidente, eminentes colegas, ausente do País e, portanto, desta Câmara pouco mais de um mês, retorno, infelizmente, numa oportunidade em que não me é possível relatar quanto vi, quanto observei no decorso de uma visita que fiz ao mundo civilizado, quer dizer, ao mundo ocidental. Depois de visitar a Alemanha Ocidental com três colegas da Comissão de Relações Exteriores, os Srs. Deputados João Calmon, Iyete Vargas e Henrique Turner, no meio do caminho recebi do Governo inglês o convite pessoal para visitar aquele País, que não conhecia. Tudo isso será objeto. Senhor Presidente, na primeira oportunidade que se me ofereceu de um depoimento, resultado de observações que pessoalmente fiz em vários das várias instituições em cada um desses países, sejam instituições políticas, culturais, econômicas e sociais, todas elas expressivas do grau superior de uma civilização a que temos a honra de pertencer, civilização essa que criou Chartres, que deu Rembrandt, que deu Goya, que deu Gaullie e John Kennedy. Essa civilização, Senhor Presidente, ao revés do que supúnhamos, é uma civilização que renasce. O continente velho é, talvez, o mais novo dos continentes. O rejuvenescimento europeu, que é ao mesmo tempo a simbiose da tradição e da tecnologia moderna constitui para mim um dos mais extraordinários fenômenos do nosso tempo.

All fui ver ao lado digamos do respeito à tradição que faz um homem um Presidente da Câmara, o Ranieri Mazzilli da Câmara dos Comuns, suportar uma peruca e, naqueles trajés característicos da Idade Média, comparecer às 2,30 horas à sessão do Parlamento, provocando de todos nós, séres tropicais mais ou menos risinhos, evidentemente a crítica íntima que é vézo natural do homem tropical. Mas, de outro lado, ao mesmo tempo em que isso se verifica, a Alemanha e a Inglaterra dão exemplo de um desenvolvimento econômico e social prodigioso, como se pode ver através da automatização, que é hoje uma conquista vitoriosa em ambos esses países, ao ponto, já, de começar a afirmar-se que a mão não estão longe dos Estados Unidos em matéria de pesquisa no campo da cibernética e nas realizações da eletrônica, com todas as suas implicações. Eis porque uma revolução no Continente Velho que o rejuvenesce cada dia, e também ao lado disso, de par com isso, uma cultura renascente que se vê em todas as manifestações da arte, seja na literatura, seja nas artes plásticas, onde o gênio europeu se afirma da maneira mais poderosa e mais rejuvenescedora. São daquele Continente Velho e desemboco ou desembarco no Continente Novo que é este país, e encontro a Nação esclerosada, esclerose aos vinte anos de idade, fenômeno estranho, fenômeno penoso, fenômeno prodigiosamente reles, que é o envelhecimento do Brasil. O envelhecimento deste país começa no campo da inteligência, sobretudo da inteligência política, quando assistimos ao rastejar dos debates dentro de reforminhas de base, neste resfolegar constante e nessa repetição enfadonha, sem imaginação e sem cultura, no plano sociológico, no plano econômico, a começar pelo desconhecimento desta realidade profunda que somos nós — oito e meio milhões de quilômetros quadrados e setenta milhões de habitantes — este prodigioso continente que é êle, sozi-

inho, a própria reforma do continente americano, em que durante quatro séculos permaneceu quase segregado, e nesta segregação realizou o prodígio sociológico de nossa espantosa unidade, sem os reformistas de hoje. Vejo, agora, a minha Nação entregue à mesquinhez, à inópia, à incultura dos apedreus mais audaciosos.

O Sr. Brito Velho — V. Exª disse em grego; digamos em português: analfabets.

O SR. RAIMUNDO PADILHA — Sr. Presidente, assim, como em todos os atos humanos, deve haver um sinal de grandeza; porque onde não existe grandeza não há dignidade na vida humana. Encontro meu País deformado, desfigurado. Os exemplos ai pululam desde a literatura seoz do Presidente da República, o menor dos oradores deste País, até as manifestações serótias de certos publicistas de segundo grau, até esta infestação bolchevite, que faz com que esta Nação se prostre, inteiramente subjugada, ao ideário já ultrapassado, ao ideário envelhecido, ao ideário absolutamente esclerótico e esclerosado. Mas os atos de grandeza não são comuns em nação onde há pobreza de espírito, nem podia deixar de ser assim. O ato de grandeza no domínio político começa com a tolerância com a compreensão, com esta capacidade de convivência, que é o primeiro indicio da verdadeira civilização. Saber viver todos sabem; saber conviver poucos sabem.

Este Governo não sabe conviver com o Brasil e porque não sabe conviver com o Brasil pratica atos como este que acaba de ocorrer na Guanabara. Sou absolutamente insuspeito para comentar o caso guanabarrino porque não sou, como muitos supõem, um dos homens mais íntimos do Senhor Carlos Lacerda. Nunca entrei no Palácio Guanabara, desde que o Sr. Carlos Lacerda é Governador. Só me tenho a proximado de S. Exª quando S. Exª me convoça, o que ocorreu duas ou três vezes durante este ano. Sou um homem mais ou menos exilado em Brasília e, em Brasília no 13º andar da Comissão de

Relações Exteriores. Em geral, não frequento palácios. Há 30 anos não entro no Palácio do Inga, do Governo do meu Estado. Tenho a respeito do Sr. Carlos Lacerda um julgamento definitivo, que me parece, tanto quanto possível, aproximado da sua singular individualidade. Conheço-lhe o talento, conheço-lhe o caráter, conheço-lhe a formação específica, conheço todas as oscilações do seu temperamento, que se pode marcar através de uma linha evidentemente sinoidal. Entretanto, o que se pode dizer é que a pessoa do Sr. Carlos Lacerda, no episódio da Guanabara, é o que menos importa. A sua pessoa não conta. O que conta, Sr. Presidente, são 4 milhões de habitantes da Guanabara, que no dia de hoje, graças a um ato sem grandeza, a um ato de uma mesquinhez municipal ou provinciana faz com que de 16 mil e poucos policiais a Guanabara se veja, hoje, reduzida a pouco mais de 1.600 homens, quantos servirão para apagar incêndios e manter a ordem na imensa urbe metropolitana.

Este gesto é um gesto mesquinho. Não; é um gesto "jurêmico". É o que a filosofia da época poderia inspirar de menos nobre ao Olimpo, em que se instalou, para desgraça nossa o poder supremo deste País; é uma inspição, não direi parvaibana — porque a Paraíba é mais alta que o Senhor Jurema — mas uma inspição sem relevo, um ato secundário, um ato que vale pela malevolência das suas repercussões e, por isto mesmo, um ato condenado *ab initio* e da maneira mais impessoal possível. É um ato de que o Governo não se defenderá jamais perante a consciência do povo, sobretudo do povo da Guanabara, a primeira vítima desta triste, mesquinha prepotência.

mesquinha prepotência.

Deixo, Sr. Presidente, neste meu primeiro contacto, neste reencontro com os meus eminentes colegas da Câmara dos Deputados, neste recinto a que estou habituado há 12 anos, neste momento em que os revejo a tantos dos vários partidos que integram a Câmara, neste primeiro contacto, lamento pronunciar tais palavras, mas o faço por imperativo de minha consciência de homem público. Mas devo deixar registrado meu protesto, tão sereno quanto é possível enunciar-lo, mas tão veemente quanto me é imposto pela minha condição de Deputado Federal e homem absolutamente livre, do Estado da Guanabara, como do próprio Estado do Rio, a que pertence, porque tenho a honra, apenas, de ser Deputado do meu País e não de uma região de um município, ou de um região qualquer. (Muito bem. Palmas).

Duante o discurso do Senhor Raimundo Padilha, o Senhor Anus Badra, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Senhor Valério Magalhães; Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE: Tem a palavra o Sr. Ultimo de Carvalho.

O SR. ÚLTIMO DE CARVALHO:

(Para uma comunicação. Sem revisão do orador). — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o eminente Senhor Ministro Oswaldo Lima Filho, DD, titular da Agricultura, se dignou enviar-nos uma correspondência na qual pretende justificar a transferência da Escola Nacional de Florestas, da cidade de Viçosa, Minas Gerais, para a de Curitiba, no Paraná, escola criada em 1961, por convênio firmado pelo Governo Brasileiro com o Fundo Especial das Nações Unidas e a Organização Agrícola de Alimentação como Agência Executiva, convênio esse que incorporava a dita Escola à Universidade Rural de Minas Gerais.

Nada obstante a admiração que temos pelas inconfundíveis qualidades morais e intelectuais do eminente Sr. Ministro Oswaldo Lima Filho, não podemos adotar, como convincentes, as razões que S. Exª apresenta para a malinsinada transferência, dentre as quais S. Exª destaca com ênfase:

"O fator mais importante é que as florestas para treinamento e demonstração são inalcançáveis naquela região".

Tal afirmativa nem parece ser da lavra de um experimentado homem público como é S. Exª o Sr. Ministro Oswaldo Lima Filho.

Então, porque não há florestas próximo à Universidade Rural de Viçosa, transfere-se uma Escola de Florestas? A prevalecer esse argumento, a Universidade Rural do quilômetro 47 deveria ser transferida para Itulubata, em Minas Gerais, Dourados, em Mato Grosso ou para o Vale do Meirim, no Maranhão; regiões altamente agricultadas. E tanto, não procede esse argumento que o ex-Ministro da Agricultura Costa Lima, assessorado pelo N. A. Osara, Diretor da Divisão de Produtos Florestais, havia proposto mudar a Escola para Brasília, Distrito Federal, e uma segunda Comissão chefiada pelo técnico Doutor Wanderbilt de Barros, opinou pela sua mudança para São Paulo.

A mudança para o Paraná, está implícita no Relatório que acompanha o ofício do Exmo. Sr. Ministro Oswaldo Lima. É obra de pleito político, porque em nenhuma parte do Relatório os técnicos sugeriram aquela Capital e, para comprovar o que

alegamos, passamos a ler o expediente que recebemos daquele emblema colga:

C-OM 001-AF - Brasília, 22 de outubro de 1963.

Nome Deputado Último de Carvalho.

Tenho a honra de expor a Vossa Excelência as razões que levaram o Executivo a adotar a providência de transferir para o Estado do Paraná, a Escola Nacional de Florestas, antes sediada no Estado de Minas Gerais.

De acordo com a esta anexada, pode a Vossa Excelência compreender que a medida só foi concretizada pelo Governo, em face das ponderáveis razões apresentadas pelos técnicos que constantemente estudaram o assunto.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de elevada consideração. - Oseildo Lima Filho.

Este ofício é acompanhado da seguinte cópia:

C.M. 243/Br.

Brasília, 2 de outubro de 1963.

Senhor Governador:

Venha responder ao Ofício número 1.638, de 30 de agosto próximo passado em que V. Ex.ª solicitou ao Governo Federal a concessão através do Fundo Federal Agropecuário da verba de 150 milhões de cruzeiros. Neste exercício, para cumprimento dos encargos assumidos pelo Governo brasileiro com o Fundo Especial das Nações Unidas e a Organização de Agricultura e Alimentação para que se assegure, definitivamente, o funcionamento da Escola Nacional de Florestas em Viçosa.

2. Como é do conhecimento de V. Ex.ª a Escola Nacional de Florestas (E.N.F.) criada pelo Decreto número 43.317, de 30 de maio de 1963, foi sedado em Viçosa, nesse Estado, mediante convênio firmado entre o Ministério da Agricultura, o Ministério da Educação, através da COSUP, e a Universidade Rural de Minas Gerais.

3. Em decorrência dês e Convênio iniciou a Escola imediatamente suas atividades, após constantes referências oficiais para afastar as múltiplas dificuldades que, desde o princípio se antepuseram ao funcionamento do referido estabelecimento de ensino.

4. Desde então, se vêm acentuando os problemas de ordem técnica e administrativa, entre os quais a inexistência, na região, de áreas florestais para demonstrações práticas, indispensáveis à pesquisas e ao ensino, bem como a ausência, nas circunstâncias, de ponderáveis indústrias madeireiras capazes de consolidar os trabalhos econômicos da Escola.

5. A par dessas deficiências surgiram, igualmente, inconveniências de ordem jurídica e administrativa, decorrentes do citado Decreto número 43.317, valendo ressaltar as seguintes:

a) a criação da Escola Nacional de Florestas, integrando a Universidade Estadual, com sérias inconveniências jurídicas e administrativas (art. 3º);

b) a conceituação da Escola Nacional de Florestas, sem alteração posterior, contrariando fundamentalmente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (arts. 5º, 6º e 9º e mais os § 1º, 2º e 3º do art. 11);

c) a inexistência de recursos orçamentários próprios para a manutenção da Escola, estabelecendo apenas, no seu artigo 4º, formas de convênios discutíveis e de execução lenta.

6. Essas dificuldades, que vinham limitando o rendimento educacional da Escola levaram esta Secretaria de Estado a atribuir, em 9 de abril próximo passado, a uma Comissão o exame do problema, para caber identificação das causas que entravavam o seu funcionamento e indicação de sugestões que orientassem o Governo na adoção das medidas mais aconselháveis para remoção dos inconvenientes anteriormente apontados.

7. A referida Comissão, após minuciosos estudos, chegou à conclusão de que eram insuperáveis as dificuldades decorrentes da localização em Viçosa, motivo por que sugeriu, entre outras providências, que o Poder Público transferisse aquele estabelecimento para outra região com requisitos geo-econômicos compatíveis com os objetivos e os propósitos da Escola, tão necessária ao País para poder atender, com a maior preminência, as suas necessidades como segunda potência mundial em recursos naturais.

8. Deu a Comissão ênfase especial, entre os aspectos negativos, as dificuldades encontradas para obter, perante os poderes estaduais, terrenos para operações florestais, para construções de prédios ou para construções próprias ditas, para os serviços administrativos e de ensino, bem como para atividades sociais e para moradia, ficando igualmente ressaltada a precariedade geral de comunicações entre o local da Escola e os demais centros para silvicultura e indústrias florestais.

9. Em consequência dês fatos, a 14 de junho último, o Ministério da Agricultura, em face dos termos do Acordo firmado, em 29 de dezembro de 1961, como o Fundo Especial das Nações Unidas e pelo qual receberia, no quinquênio, US\$ 1.000.000,00, enviou ao Diretor dos Programas do referido Fundo, Senhor George Peter, um ofício solicitando a revisão do Plano de Operação, o que ocasionou a vinda ao nosso país do Dr. N. A. Osara, Diretor da Divisão de Florestas e Produtos Florestais da F.A.O. para proceder a um exame com as autoridades brasileiras, sobre a necessidade da transferência da E.N.F. para outra região.

10. Como decorrência dês estudos, condicionou a F.A.O. o prosseguimento do Projeto à transferência da E.N.F. de Viçosa para outro Estado. Quanto à localização no Estado do Paraná, militaram em favor dessa idéia, entre outras circunstâncias, o fato de ser aquela unidade federativa a mais valiosa região florestal do País, com largas zonas econômicas voltadas para assuntos madeireiros, apoiada em um grande parque industrial especializado. Foi considerada, ainda, a circunstância, deveras ponderável, de contar o Paraná com a mais antiga Universidade do País, que congrega, entre outros estabelecimentos, a Escola de Engenharia com o seu Centro Politécnico, a Faculdade de Ciências Econômicas, a Escola de Química e a Escola de Agronomia e Veterinária, constituindo-se em núcleo organizado para o ensino de cadeiras básicas, e já com o apoio de uma Fazenda Experimental.

11. Releva, ainda, mencionar que o Governo do Paraná já propôs doar conforme o ofício nº 428, de 28 de agosto de 1963, dirigido ao Excmo. Senhor Presidente da República, à Universidade do Paraná prédios adquiridos para instalação da Escola Nacional de Florestas, bem como ratificou o oferecimento de que a Secretaria de Agricultura e o Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas emprestarão a mais ampla

colaboração à nova entidade. Pode assegurar, sobretudo, o governo paranaense, para demonstrações de campo, o uso dos parques e florestas estaduais, tais como o Parque Estadual de Vila Velha, com área de 3.122 ha, e no qual, desde 1946, vêm sendo realizados trabalhos de reforestamento, o Parque Estadual de Caxambu, com 491 ha. de matas exploradas, regeneradas e reforestadas, com Pinus e Araucária, a distância de cerca de 100 km de Curitiba com ligação por rodovia asfaltada de primeira classe. Finalmente, sobreleva registrar-se existência, naquele Estado, de entidades particulares, entre outras as Indústrias Kelson, a Companhia Fiat Lux, as Indústrias Reunidas F. Matarazzo, todas com grande expressão no parque industrial madeireiro do País.

12. Entretanto, tenho o prazer de informar a V. Ex.ª que o Ministério da Agricultura já elaborou mensagem a ser submetida ao Congresso Nacional propondo a criação de uma nova Escola de Florestas em Viçosa, onde permanecerá uma Estação Florestal de Pesquisas da atual Escola Nacional de Florestas e importantes serviços relacionados com as atividades de ensino e pesquisa daquele estabelecimento.

13. Para que V. Ex.ª tenha notícia da exata posição deste Ministério no assunto, junto a este, segue a carta recebida do Sr. B.R. Souza, diretor geral da F.A.O.

14. São êses fatos, Senhor Governador, que tenho a honra de dar conhecimento a V. Ex.ª no momento em que devo encaminhar ao Excmo. Senhor Presidente da República o decreto que prevê a transferência da Escola Nacional de Florestas do Estado de Minas Gerais para o Estado do Paraná, ressaltando a circunstância de que o Convênio firmado com o Fundo Especial das Nações Unidas implica na necessidade de uma atuação coordenada dos países contratantes, motivo por que este Ministério se viu na necessidade de atender às ponderações em favor de mais ênfase no movimento para a Escola Nacional de Florestas.

Contando com o alto espírito de compreensão do Governo de Vossa Excelência, valho-me de agora para renovar-lhe os protestos de minha elevada estima e distinta consideração. - Oseildo Lima Filho.

Segue-se o relatório da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação:

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO

— 12-32 SF 4-1.

Excelência: Tenho a honra de referir-me ao Plano de Operação do Projeto da E.N.F. da Escola Nacional de Florestas, Viçosa, assinado em 29 de dezembro de 1961, no Rio de Janeiro, pelo Governo do Brasil, pelo Fundo Especial das Nações Unidas e pela Organização Agrícola de Alimentação como Agência Executiva.

Destina-se este Projeto a:

1 - Prover o país com uma Escola Nacional de Florestas de nível universitário para formar engenheiros florestais do mais alto nível profissional;

2 - estabelecer uma Organização de Pesquisa Florestal no país. Para a execução deste Projeto, estabeleceu-se em Viçosa uma Escola Florestal Nacional em coordenação com a Universidade Rural do Estado de Minas Gerais. Três estações de experimentação e pesquisas florestais já se encontram localizadas em Viçosa na região dos pinheirais do Paraná e

em São Paulo. Este último centro trabalha em conexão com o centro de treinamento de madeireiros e serafistas o qual tem estado em operação na região amazônica desde 1955 com ajuda do EPTA.

A partir do início de operação do Projeto que começou em 19 de fevereiro de 1962, tornou-se óbvio que as condições em Viçosa, não eram satisfatórias para o treinamento de engenheiros florestais. A experiência arcaica de dezesseis meses confirmou que só a muito difícil e mesmo impossível em alguns setores fornecer as bases essenciais para um programa de educação florestal em Viçosa. O fator mais importante é que as florestas para treinamento e demonstração são indispensáveis naquela região. Conseqüentemente, não existem operações, indústrias e mercados florestais. Todas estas atividades são uma parte essencial da medicina silvicultura tanto quanto para qualquer programa de educação para a silvicultura de nível universitário.

Considerando-se que o Brasil possui uma das maiores reservas florestais do mundo, será necessária a formação de vários milhares de técnicos florestais durante os próximos vinte ou trinta anos. O objetivo da Escola Nacional de Florestas é formar o centro de preparo para a constituição de um quadro de técnicos altamente qualificados os quais, no futuro, serão capazes de levar a efeito um grande programa nacional de educação e de pesquisa. De acordo com o parágrafo 7 do Plano de Operação, o Brasil terá de estabelecer um número de novas escolas florestais e estações de pesquisas as quais cobrirão as múltiplas condições deste vasto país. Com este objetivo em mente, nós proveríamos a Escola Nacional de Florestas com um notável Diretor do Projeto e uma equipe de instrutores.

Desde que nos advertimos das condições insatisfatórias predominantes em Viçosa, foram inúmeras negociações com o vosso Governo, a fim de transferir a Escola para um local mais favorável. Em novembro de 1962 o então Ministro da Agricultura, Sua Excelência Renato Costa Lima e o Dr. N.A. Osara, Diretor da nossa Divisão de Produtos Florestais, concordam na conveniência de transferir a Escola de Florestas para Universidade Federal de Brasília, como uma nova Faculdade. Todavia, Sua Excelência o Ministro Costa Lima foi substituído logo depois e, portanto, nenhuma medida foi tomada.

O assunto foi levado ao conhecimento de seu sucessor, Sua Excelência Ministro Emílio de Moraes que, em 9 de abril de 1963 nomeou uma comissão de técnicos presidida pelo Dr. Wanderbilt Duarte de Barros, anteriormente Diretor do Serviço Florestal para investigar o problema e aconselhar o Governo. O relatório dessa Comissão foi levado à consideração do Ministro da Agricultura em 17 de junho de 1963.

O relatório da Comissão confirmou as verificações anteriores que as condições predominantes em Viçosa não poderiam ser consideradas satisfatórias e que em seus aspectos fundamentais não havia qualquer perspectiva de aperfeiçoamento. No entanto, a Comissão aconselhou que a Escola deveria ser transferida para São Paulo. Em concordância em 14 de junho de 1963, o Ministro de Moraes enviou uma carta do Sr. George Peter, Diretor do Fundo Especial de Programas das Nações Unidas, no Brasil, solicitando uma revisão do Plano de Operação a fim de mudar a localização do Projeto. Infelizmente, o Ministro de Moraes foi também substituído antes que qualquer providência houvesse sido tomada.

Tendo em vista esta situação, instruí ao Dr. Osara que visitasse o Brasil e tomasse as negociações com o vosso Governo. Antes de dar início a estas negociações, o Dr. Osara visitou Vigosa e as suas impressões se encontram na mesma linha dos pontos de vista esboçados no relatório da Comissão acima mencionada.

De acordo com as negociações de 9 de agosto de 1963 entre Vossa Excelência e o Dr. Osara, eu reuno pela maneira seguinte as decisões alcançadas:

1. A Escola será transferida de Vigosa.

2. Estamos inteiramente de acordo com a escola da Universidade do Paraná, Curitiba feita por Vossa Excelência como novo local para a Escola. A Escola será parte integrante da Universidade como uma Faculdade Florestal.

3. A Estação de Pesquisa Florestal de Vigosa, mencionada inicialmente nesta carta, ali permanecerá com o objetivo de tornar-se uma unidade de pesquisa de florestamento de primórdio latino-americano.

4. O tempo estimado para a transferência da Escola para Curitiba será estabelecido de tal maneira que assegure a instituição florestal e a pesquisa da Universidade do Paraná, começarem em 1 de março de 1964, iniciando com o ano acadêmico de 1964-1965.

5. As providências legais e administrativas para a transferência da Escola serão tomadas antes de 15 de setembro de 1963.

6. A solicitação para a transferência da Escola e revisão do Plano de Operação será submetida ao Diretor do Programa do Fundo Especial das Nações Unidas do Brasil, antes de 31 de agosto de 1963.

7. Sem demoras, será designada uma comissão que se encarregará de todas as disposições materiais para a preparação das facilidades para a transferência da Escola para a Universidade do Paraná, Curitiba. A Comissão compreenderá *inter alia*: uma representante da Universidade do Paraná, preferentemente o Vice-Chanceler (Reitor), o Diretor da Escola Nacional Florestal; e o Diretor do Projeto UNSF-FAO.

Eu asseguro a Vossa Excelência que tenho a maior confiança que uma ação conveniente será posta em prática para uma feliz implantação deste Projeto, o qual oferece resultados importantes para o vosso país.

Atenciosamente, a Vossa Excelência, o seu Diretor Geral.

Como se vê, Sr. Presidente foi o pedido de auxílio solicitado pelo Excmo. Sr. Governador Milton de Faria Filho o motivo material para a mudança da supracitada Escola. Ainda bem que o Excmo. Sr. Presidente João Goulart resolveu suspender, por 90 dias aquela transferência. Tem, pois o eminente Sr. Ministro da Agricultura tempo bastante para reexaminar o assunto, o que deveria ser feito com uma visita do eminente Ministro a Vigosa para que se capacitasse, de visu, da improcedência da transferência pretendida.

Era o que eu tinha a dizer (Muito bem)

O SR. OSWALDO ZANELLO:

(Lê a seguinte comunicação) — Notícias os jornais, com destaque, que dentro de poucos dias será dado a conhecer o parecer do Sr. Procurador Geral da República no processo em que o dirigente internacional do comunismo no Brasil pleiteia do Superior Tribunal Eleitoral o direito de livremente e sob o manio da lei, trazer para a Pátria, trabalhar contra as instituições democráticas, tentar contra os fundamentos cristãos da tradição brasileira numa obra impatriótica de

transformação do Brasil numa Cuba sangrenta e degradada.

E pasmem os Ceus — quem subcreve o pedido de registro do Partido Comunismo Brasileiro lutro não é senão aquele mesmo traidor confesso que nesta Casa declarou enfaticamente que em caso de uma guerra, entre o Brasil e a Rússia ficaria ao lado de Moscou; que assassinou fria, covarde e traiçoeiramente oficiais e soldados brasileiros enquanto dormiam no Terceiro Regimento de Infantaria; que espalhou e continua disseminando pelo país afóra, sem qualquer advertência ou punição, a sizaia, o ódio, a vingança, a violência, a dissolução da estrutura social e política do Brasil; que ainda há pouco tempo pregava pelas colunas da revista "Kommunist" contra a realização de eleições a exemplo da Cuba e defendia maior atividade comunista no sentido da promoção das lutas de classes e da propagação das Ligas Camponesas pelo interior do país; é o mesmo traidor que em manifesto enviado a seus chefes em Moscou proclamava a necessidade da expulsão de todos os americanos e instituições americanas para substituí-las por organizações moscovitas comandadas por emissários russos para tanto contando com a ajuda financeira indispensável do grande comércio e da indústria que seriam tentados pela monopolização das atividades mercantis com os países socialistas; é o mesmo brasileiro indigno que dirige uma "gang" custeada pelo dinheiro de Kruschev e que envia relatórios a uma potência internacional insultando os bravos generais do Exército brasileiro e confessando que os movimentos grevistas no Brasil são orientados pelos vermelhos, havendo, declara, ainda, "necessidade da formação imediata de escolas do P. C. para estudantes e operários" como se não bastassem a UNE, essa entidade que envergonha e degrada a mocidade estudiantil de nossa Pátria e as escolas de guerrilhas espalhadas pelo país, com armamentos e orientação técnica.

Recebo, e é com orgulho que o prociamo nesta Casa, de meu Estado, de meu querido município de Colatina e pelos com milhares de assinaturas de brasileiros dignos e patriotas dirigidos à mais alta Corte da Justiça Eleitoral de meu país, no sentido de que os honrados Ministros do Superior Tribunal Eleitoral não cuem, na defesa do presente e do futuro das famílias brasileiras registro ao Partido Comunista para que os seus de uma Pátria, já toldados pela intransigência e pela insegurança, não se turvem mais ainda pela vivência legal de um órgão partidário que distilará o rancor e a maldade no meio das instituições que formam a vida orgânica da Nação.

E o seguinte o análio: "Cidade: "São Gabriel" — Município de Colatina — Espírito Santo.

Excmo. Sr. Ministro Presidente do Egrégio Superior Tribunal Eleitoral.

Os infra assinados, brasileiros, eleitores, filiados aos diferentes partidos políticos registrados nesse Egrégio Superior Tribunal Eleitoral cientes de que se pretende restabelecer o registro do partido comunista, vêm perante V. Exa. requerer, preventivamente, seja atinado o presente pedido de indeferimento de tal pretensão para, conseqüentemente, ser extinguido pelo Egrégio Superior Tribunal Eleitoral.

O partido comunista, Excmo. Sr. Ministro Presidente, continua a ser o mesmo instrumento de índole antedemocrática do comunismo internacional e pretende implantar, como em outros países, uma ditadura abominável, a sáldo de potência estrangeira, empenhada em destruir todas as conquistas de nossa civilização.

Confianças na fidelidade desse Egrégio Superior Tribunal Elei-

toral à nossa Constituição e ao nosso regime, esperam que o pedido de registro seja indeferido.

A voz do povo colatinense representa, todos o sabemos, a repulsa que domina a alma do povo brasileiro, ante a perspectiva de termos em nosso meio, na ambiência de nossa vida política, um instrumento que irá congrega-los e brasileiros mal formados, que tanto gritam internamente clamando por liberdade e trabalham e lutam para apunhalar e destruir a própria liberdade que gozamos implantando aqui, nesta Terra mil vezes bendita, a escravidão, a violência, o sangue, a opressão.

Finalizando declaro que não acredito que o senhor Procurador Geral da República contribua, com seu parecer favorável para que tenha vivência legal no Brasil, contrariando dispositivos mais elementares da Constituição da República, o Partido Comunista que é, hoje na ilegalidade e que será, se isso acontecer, protegido pela lei, um fator de desordem, da violência, de desrespeito à própria lei, de ameaça à soberania da Nação de destruição dos sentimentos cristais de nosso povo e de permanente traição à democracia. (Muito bem, bôlmas.)

O SR. BENEDITO VAZ:

(Para uma comunicação) — Sem revisão do orador) Sr. Presidente e Senhores Deputados, muito se tem falado a respeito da convocação extraordinária do Congresso. Aquêles que desejam ser agradáveis ao presidente da República ou defender o seu ponto de vista têm dito que o Congresso não irá votar durante esta convocação extraordinária.

Sr. Presidente, chegado é o momento de sermos claros. O Congresso não foi convocado extraordinariamente para votar coisa alguma, mas para evitar que o Sr. João Goulart decretasse o estado de sítio ad referendum do Congresso Nacional.

De acordo com a Constituição Federal, art. 208, é da competência exclusiva do Congresso Nacional a decretação do estado de sítio. O artigo 208, entretanto, dispõe que, no caso parlamentar, o Presidente da República pode decretar o estado de sítio ad referendum do Congresso Nacional.

Sr. Presidente, considerando esta situação, hoje pela manhã folhrei a Mensagem do Sr. João Goulart, de nº 320, de 4 de outubro do corrente ano, enviada ao Congresso Nacional, pedindo a decretação do estado de sítio. Foi conferir os diversos itens do art. 141, que S. Exa. pretendia suspender, o examinador aquelas liberdades que desejava suprimir para governar impunemente, para governar sem nenhuma limite à sua autoridade e com a maior irresponsabilidade. É bom que o povo brasileiro saiba quais são essas liberdades que o Presidente da República queria anular.

Em primeiro lugar, S. Exa. começa pela supressão da livre manifestação do pensamento, vindo, em seguida, o sigillo da correspondência, o direito de reunião, a liberdade de associação, a inviolabilidade do domicílio privado. Além disto, queria suspender aquele dispositivo constitucional pelo qual ninguém será preso senão em flagrante delito. Queria suprimir a outra garantia constitucional que determina que ninguém fique preso se prestar fiança, nos casos permitidos em lei. Queria suprimir outro dispositivo que manda comunicar qualquer prisão ao juiz, dando a este o direito de relaxar a prisão, quando legal, e processar a autoridade coatora por abuso de autoridade. Queria suprimir até o instituto do *habeas corpus* e não se detido com isso, queria suprimir também o mandado de segurança. Finalmente, até o direito de representação S. Exa. pedia ao Congresso fôs-

se suprimido. Isso significa que aquêles que sofresse os maiores injustiças, que tivesse sua casa violada, o sigillo da sua correspondência violado, fosse preso, nem mesmo a esse o Presidente da República reconhecia o direito de representar perante a autoridade competente para que justiça lhe fosse feita.

Sr. Presidente, fez muito bom o Senado Federal ao convocar extraordinariamente o Congresso Nacional, porque, se o Congresso não estivesse convocado, o Sr. João Goulart se aproveitaria evidentemente para decretar o que ele pleiteou durante os trabalhos parlamentares e que não conseguiu — o estado de sítio. Então, com um simples decreto, ele estabeleceria o estado de sítio e transformaria os habitantes deste país num povo completamente sem liberdade e sem direitos. O povo brasileiro deixaria de ser livre, para tornar-se um simples cidadão tanguido pelo chicote do feito. (Muito bem.)

O SR. PLÍNIO LEMOS:

(Para uma comunicação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Excmo. Deputados, como se não bastassem os gestos, as atitudes, os pronunciamentos públicos através da tribuna e pela imprensa, provocadores da maior intransigência, o Presidente João Goulart, por sua Casa Civil, veladamente, ou sem a responsabilidade ostensiva, dá conhecimento à Nação, por meio de publicação feita pelo "Correio da Manhã", de minuta do Congresso que negou a aprovação à emenda Bocayuva Cunha, que reformava a Constituição da República para permitir uma chamada reforma agrária em termos que o próprio Congresso desconhecia. Sr. Presidente, a minuta desse decreto, que me parece quase totalmente inconstitucional, terá, antes de sua assinatura, se é que afinal o Presidente, assume a tremenda responsabilidade de fazê-lo, consequências gravíssimas para a continuidade democrática deste País.

Sr. Presidente, aí estão órgãos subversivos, encarregados de disciplinar, de trazer normas, de orientar as massas trabalhadoras das cidades, no sentido de criar um clima propício à reprodução do ato de 31, que nos levou, por largos anos o regime ditatorial. Aí estão o P.U.A. e o C.G.T., órgãos à margem da lei, mas existindo e prestigiado pelo Presidente da República, pelos seus Ministros e pelas suas Casas Civil e Militar. A situação do País, no momento, está entregue à discreção desses grupos que estão à frente dessas entidades espúrias, e podem, de um momento para outro, decretar greve geral neste País. Impedir até que as suas Forças Armadas desempenhem o seu propósito e indelével papel de asseguradoras da vivência da Constituição, da manutenção da ordem interna.

Sr. Presidente, o decreto anunciado como elaborado pelos órgãos técnicos do Governo e que visa atribuir à Superintendência da Política Agrária poderes extraordinários, ao revés de preparar a vida rural do País para o incremento da produção, ao contrário de facilitar ao homem que trabalha a terra os meios para produzir, para criar riquezas, desorganizar totalmente, pelo pavor que cria, pela insegurança em que coloca os homens que fizeram a agricultura do Brasil — aos troncos e barrancos, diga-se, sem a assistência técnica e financeira, que a Nação lhes devia dar — e ficam eles numa situação em que se sentem sem qualquer estabilidade, sem saber se poderão investir as suas pequenas poupanças na produção, que matará a fome das cidades.

Sr. Presidente, desapropriar 10 quilômetros de terras, às margens das estradas construídas, neste País é uma insânia de tal natureza que não tem explicação senão na loucura que

domina inteiramente os órgãos de cúpula da administração da República.

No meu Estado por exemplo, se não Municípios inteiros considerados de utilidade pública para efeito de desapropriação. Os que ali amanhã suas terras, proprietários que as adquiriram através de gerações e gerações, sacrificadas, diuturnamente, com economias às vezes extravagantes, para conseguir um patrimônio que lhes garantisse a tranquilidade na velhice, se sentem agora, Sr. Presidente, ameaçados, pois, de momento estarão suspensas todas as seguranças da lei, para que eles possam manter esse patrimônio e desenvolvê-lo.

Aceresse notar, Sr. Presidente, que as transferências dos imóveis, as alienações das propriedades, quaisquer que elas sejam, são reguladas por lei e os impostos devidos, exceção do lucro havido, são devidos nos Municípios. Com a simples publicação da minuta desse decreto pararáo fulminantemente todas as negociações, todas as alienações dos imóveis, todas as transferências, todas as vendas e, em consequência disso, o erário municipal será grandemente prejudicado. E a revogação pura e simples de disposições do Código Civil, lei reguladora da espécie, que se quer fazer, através de um decreto inconstitucional. E muitos proprietários não têm condições financeiras para constituir advogados e arcar com os ônus de demanda judicial, para que seja declarada essa inconstitucionalidade e tenham novamente assegurados os seus direitos.

Sr. Presidente, embora reconhecendo que o erro das nossas palavras como, de resto, de ambas as Casas do Congresso, é perdido na intensidade desse decreto, que o próprio Parlamento não tem mais o valor que devia ter, e, embora consagrados pela Carta Magna, os representantes do povo são, hoje, encarados como cidadãos que lutam, apenas inspirados pelo ódio, pelo desejo de vingança, contra o Poder Executivo, ainda assim, Sr. Presidente, lanço daqui, em nome da Paraíba martirizada pela seca, em nome dos homens que representam — e são quase todos agricultores, pequenos — lanço daqui o meu apelo ao Presidente da República, no sentido de que, antes de assinar esse decreto, mande revê-lo por homens isentos de paixão, homens de cultura que tenham noção perfeita das responsabilidades do ato que o Chefe do Governo vai praticar e das suas repercussões na vida do País, para que S. Exa. não cometa, por fim, esse crime tremendo contra os homens que trabalham a terra neste nosso Brasil. (Muito bem)

O SR. BENJAMIM FARAH:

(Para uma comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, grupo a tribuna para dirigir veementemente apelo ao Sr. Presidente da República. Como se aproxima o Natal e nos quartéis do Brasil se acham presos vários sargentos que tomaram parte naquele movimento de protesto do dia 12 de setembro deste ano, e como também as suas famílias estão passando privações e não podem ter com eles contatos a não ser muito rápidos e de tempos em tempos, faço daqui este apelo ao nobre Presidente da República, cujo coração generoso todos conhecemos: que S. Exa. determine aos Ministros militares a liberação condicional desses Sargentos pelo menos durante as festas de fim de ano, sobretudo no Natal, a grande festa da Cristandade, até que o Congresso possa manifestar-se a respeito da anistia. E devo dizer, Sr. Presidente, que tenho confiança neste Congresso, que já concedeu anistia aos implicados em outros movimentos, como, por exemplo, no de Jacarecanga, e no de Aragarças. Acho que o Congresso vai conceder tam-

bém anistia aos Sargentos que tomaram parte naquele movimento de setembro deste ano, pois nesta hora não podemos esquecer esses nossos irmãos. Não estou aqui pregando revolução. Não sou favorável à revolução, como não sou favorável a qualquer movimento de indisciplina. Na minha opinião, aquele foi um movimento de protesto contra decisão do Supremo Tribunal. Há, nesta Casa, projeto de emenda constitucional que tem o nº 6 de 1953, de minha autoria, que permite a elegibilidade das praças de pé. Se esta emenda tivesse sido aprovada, eu posso afirmar que aquele movimento não se teria deflagrado. Agora a opinião geral aqui nesta Casa é aprovar aquela emenda, ou emenda semelhante, riscando da Constituição o parágrafo único do art. 32 e outras expressões de outros artigos que têm correlação com aquele parágrafo, por exemplo, a expressão contida no art. 138, que impedem a elegibilidade dos sargentos.

Sr. Presidente, eu faço um apelo ao Sr. Presidente da República, e peço também a boa vontade dos Srs. Ministros Militares. Tenho a esperança de que o Sr. Presidente da República é favorável à anistia. O Partido Trabalhista Brasileiro, através da minha palavra, já na semana passada deu a sua opinião a favor da concessão da anistia, e nós vamos desencadear campanha em favor de projeto nesse sentido, e o Governo pode antecipar, num gesto largo de solidariedade humana, os favores que advirão dessa medida, permitindo a liberação desses militares, principalmente agora, durante as festas de Natal, até que a Câmara se manifeste em definitivo a respeito de tão importante problema.

Este o apelo que faço aqui, em nome das famílias que estão sofrendo e das tradições brasileiras que é de perder e não guardar, no coração o ódio. (Muito bem)

O SR. ARY PITOMBO:

(Para uma comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, há cerca de dois anos a Cia. Costeira adquiriu 4 navios de grande capacidade, dos considerados transatlânticos. Isso, naturalmente, constituiu uma grande alegria para todos nós, para as populações de todos os Estados que não tinham meios de comunicação entre o Norte e o Sul do País. São navios possantes como Ana Neri, Rosa da Fonseca, Princesa Leopoldina e Princesa Isabel, navios que nada ficam a dever aos navios de luxo das demais nações.

Entretanto Sr. Presidente, não sei por que, já hoje o Sr. Rouvier, alto funcionário da Cia. Costeira, confirma que esses navios todos estão fretados a companhias de turismo.

Ora, Sr. Presidente, isto é um absurdo. Não vejo razão para esses navios serem entregues a companhias de turismo quando o povo precisa de condução. E justo que se dê um navio, vamos admitir, a uma companhia, para fazer turismo, mas conservando os navios das linhas regulares para atender ao povo, porque a Cia. Costeira é do Governo e precisa inicialmente, atender ao povo e não aos turistas.

De forma que, como conheço bem o Superintendente da Costeira, meu velho amigo, Almirante Sêco, faço daqui um apelo para que mande normalizar, de vez, as linhas da navegação daquela companhia, colocando esses transatlânticos a serviço do povo e não dos afortunados, daqueles que podem fazer turismo na terra brasileira. (Muito bem)

O SR. GARCIA FILHO:

(Para uma comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, apesar deste recesso parlamentar, nota-se aqui uma síntese da representação que o povo tem no Congresso Nacional. Hoje ouvimos nesta Casa o que o ano todo pas-

mos escutando, sempre as mesmas reclamações, ora contra o Poder Executivo, ora em sua defesa; aqui, atacando essa ou aquela autoridade ali defendendo-a ou mendigando favores através do Executivo. Entendemos que esse quadro mostra e deixa bem claro a realidade brasileira, e que temos pela frente, carente de modificação, esta estrutura arcaica, sem força nem autoridade para se manter e solucionar os problemas brasileiros. Em São Paulo, por exemplo, não há mais justiça para os militares. Procurou-se incriminar 12 sargentos por fatos supostos e superfúos, sem um mínimo de provas nos autos encaminhados à Auditoria Militar. O que ali se alega e apenas que foram presos alguns sargentos com dois líderes sindicais, dois operários, portanto. Que fazem eles? Jam, de camioneta visitar um companheiro que tinha sido preso, e, por isso, foram arrolados em todo aquele processo e com isso se procura, inclusive, incriminar o próprio Presidente da República. Aqui dentro estamos quase que diariamente conversando com um e outro colega a fim de conseguir uma solução para esse problema, uma solução para essas famílias que estão aí à mercê da sorte, passando privações e com seus chefes encarcerados. Não temos nenhuma restrição, de nenhuma área, todas elas favoráveis a que fosse votada a anistia. No entanto, Sr. Presidente, justamente o Líder do Governo, que esperávamos que nos ajudasse nessa empreitada, foi quem não nos quis auxiliar no requerimento em que pedíamos que fosse dado um caráter de urgência ao projeto de anistia. Estamos, também, aqui, repreendendo certos pronunciamentos em relação à área militar, com relação a sargentos que se pronunciaram que, com toda razão, como militares, procuraram fazer uma análise dessa conjuntura, de toda a conjuntura que estamos sofrendo. Os militares, esses militares são pessoas que não vão nem provar, não vão fazer esse sistema de cartas, esse falso elite em cada cidade que produz a violência, a violência pela coação, a violência pelos privilégios, evitando que o povo possa soberanamente, predominantemente, sobremaneira, determinar, também, os destinos do País.

Erão essas as considerações que desejávamos fazer, Sr. Presidente, incorporando, aqui, também, os nossos reclamos e o nosso pedido para que vote a anistia, a fim de trazer tranquilidade pelo menos para essas famílias que estão ali passando necessidade.

Muito obrigado. (Muito bem)

O SR. ANIZ BADRA:

(Para uma comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, ao término praticamente dos nossos trabalhos, desejo formular uma reclamação ao Sr. Ministro da Fazenda, no que diz respeito ao funcionamento da Delegacia Fiscal de São Paulo, no setor de pagamentos. Poucos dias, fiquei estarecido ao constatar, apesar da boa vontade da funcionária, que as dotações que costumamos consignar no orçamento para obra assistenciais auxílios, subvenções, chegaram aquela Casa do Tesouro Nacional apenas há poucos dias e referente ao Ministério da Educação e ao Ministério da Saúde.

Procurando obter informações, cheguei à conclusão, Sr. Presidente, de que a quase totalidade das subvenções de auxílios por nós tidas constantemente do Orçamento da República não poderão ser pagos, porque o prazo vai terminar a 30 de dezembro. Então, informara-me a funcionária de que não havia tempo material, nem sequer de protocolar a relação chegada ao Ministério da Saúde e do Ministério da Justiça.

Sr. Presidente, nós que permanecemos nesta Casa o ano todo consegui-

mos algumas conquistas no orçamento da República para obras legítimas de assistência, subvenções e auxílios a instituições, escolas, etc. e vemos o descaço com que somos tratados. Chego numa repartição como a Delegacia Fiscal de São Paulo, que é uma das primeiras em matéria de arrecadação, no País. Funciona num prédio precaríssimo. Os funcionários costumam não dar aquela atenção que as partes devem merecer e, para descanto nosso, as subvenções que nós aqui lutamos para conseguir, dando atendimento àquelas que a nós se dirigem em forma de apelo, a Delegacia Fiscal, não vai pagar, Sr. Presidente, como não vai pagar nenhuma das subvenções por nós dadas segundo informações que obtivemos da Delegacia Fiscal do meu Estado, de São Paulo. Divulgou a imprensa as declarações do Chefe da Casa Civil, Sr. Darcy Ribeiro, que, entre outras coisas, colocou que recebíamos aqui na Câmara quatorze milhões de cruzéis para subvenções e auxílios e deve a opinião pública ficar estareçada, porquanto a forma com que S. Exa. fez suas declarações à imprensa, dava a impressão contrária àquilo que representa a realidade.

Em todo o caso, Sr. Presidente, daí formulei apelo ao Ilustre Ministro Professor Carvalho Pinto, para que, dentro do possível, dê atendimento ao menos àquelas relações que chegaram na Delegacia Fiscal de São Paulo. Das rubricadas referentes ao Ministério da Justiça e ao Ministério da Educação. Que se tenha ao menos o cuidado de comunicar às entidades beneficiadas que o processo se encontra naquela dependência fiscal do Tesouro Nacional, aguardando oportunidade para o pagamento.

Está, Sr. Presidente, a reclamação que deixo à Casa, a V. Exa. e ao Sr. Ministro da Fazenda. (Muito bem)

O SR. PADRE NOBRE:

(Para uma comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, não é possível fique sem registro o registro de louvor, o ato pelo qual o Sr. Presidente da República decretou o Dia da Família, determinando que esse no calendário marcado o dia 8 de dezembro próximo passado como se a esta data comemorada em todos os anos, para tão grata e tão significativa mensagem. Vale como uma homenagem ao que temos de mais caro, Sr. Presidente, que temos de mais nosso, dentro do sentido social, como dentro do sentido cristão. Curioso a família não é favor que se lhe faça, porque é dever que se deva dentro do coração de cada um de nós. Quando presto louvores a S. Exa. o Sr. Presidente da República por este decreto, quero também com isto prestar a minha homenagem às famílias brasileiras particularmente na família de cada um de nós, desde o mais humilde funcionário do Legislativo ao mais graduado de todos quantos neste País trabalham a têm assento; homenagem a família dos meus colegas e nobres pares, deputados federais, transmitindo-lhes a todos, na mensagem de louvor e de honra à família, sinceros e ardentes votos, para que Deus os tenha sob suas mais preciosas bênçãos neste Santo Natal e que o próximo ano de 1964 lhes venha a todos, a eles, aos nossos queridos funcionários, como bênçãos de paz, de saúde e de felicidade.

Este Senhor que ali está, entronizado em nossa Casa, em cujo nome levamos todos os dias a nossa mensagem para o novo brasileiro. Ele que assistiu, sem falhar, a todas as sessões desta Casa neste ano legislativo, que Ele, lembrando neste momento com louvor, nos olhe com piedade, com misericórdia, com compaixão infinita do seu coração, para que tenhamos

dentro do Brasil a paz, tenhamos a democracia intacta e tenhamos cada vez mais acendrado amor pelo Brasil e ainda tenhamos, no louvor da família, a consagração da família cristã no coração de Deus, nosso Senhor. *(Muito bem)*.

O SR. ABRAHÃO SABBÁ:

(Para uma comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, venho à tribuna, para fazer um apelo ao Sr. Ministro da Fazenda, para que possamos comprar selos no Amazonas.

A Federação das Indústrias do Estado do Amazonas e também a Federação do Comércio acabam de me transmitir o telegrama que passo a ler, para conhecimento da Casa:

"Exmo. Sr. Dep. Abraão Sabba Câmara Deputados Brasília DF 140 de Manaus 3138-52-13.15.00 414 de 12.12.63 — Federação Comércio Estado Amazonas vem pedir interferência vossênça junto Ministério Fazenda sentido ser Alfândega Manaus suprida selos adesivos vez que referidos selos acabaram e comércio e povo estão enfrentando maiores dificuldades para pagar imposto selo cordialmente Danilo Areosa Presidente".

Sr. Presidente, esta situação de falta de selos no Amazonas é comum, pois, normalmente, estamos nesta situação angustiante em que bancos, comércio e indústria estão sempre em dificuldades para comprar selos adesivos.

Aqui deixo meu apelo ao Sr. Ministro Carvalho Pinto, para que tome providências definitivas quanto a esta situação que normalmente acontece no meu Estado.

Sr. Presidente, também acabo de receber da Federação das Indústrias da Guanabara e da Federação do Comércio da mesma cidade o telegrama que passo a ler:

"Deputado Abrahão Sabba Câmara de Deputados — Brasília DF. A 4 de Lapartogb 33606 141 11 1800

Centro e Federação Indústria Estado Guanabara apelam vossênça sentido ponderar graves e imprevisíveis consequências poderão advir da criação da escala móvel salário no país cuja execução acelerará de forma incontornável o processo inflacionário não evitando ou eliminando ao contrário do que se supõe os atos sociais decorrentes dos dissídios de natureza trabalhista provocados pela elevação do custo de vida pt Experiência da implantação salário móvel em outros países como Chile vg Itália vg França vg Alemanha vg onde sistema fracassou inteiramente vg está indicar prudência e prudente exame matéria por parte Instâtes legisladores que ao deliberarem sobre assunto assumirão grave responsabilidade perante nação pt Confiamos mais uma vez alto espírito patriotismo vossênça encarando detido estudo projeto pt CDS SDS pt Cecil Davis et José Versiani Presidentes em exercício pt FIndustr'as"

O SR. ALVARO CATÃO:

(Para uma comunicação) — Sr. Presidente, dentro o noticiário nem sempre muito animador desses dias difíceis em que vivemos, desejo destacar uma notícia realmente auspiciosa, qual seja a da inauguração, nesta data, da Usina Siderúrgica José Bonifácio, da COSIPA — Companhia

Siderúrgica Paulista, na cidade paulista de Santos.

Num País como o nosso, em que os índices de produção e também de consumo *per capita* de produtos de aço são ainda terrivelmente modestos, o início de operação dessa nova empresa siderúrgica, juntamente com as de Volta Redonda, Usiminas, Ferro e Aço de Vitória, Belgo Muneira e outras de menor porte, representa, efetivamente, mais um passo decisivo, mais uma nova e valiosa contribuição ao processo de industrialização e de desenvolvimento que nos permitirá atingir a nossa emancipação política.

Espero que, em breve, a SIDESU — Siderúrgica de Santa Catarina — constituída através de lei do Congresso e cujos estudos estão em andamento e em fase adiantada, possa ter também a sua construção iniciada e possamos assistir a sua inauguração na região sul do meu Estado, único produtor de carvão siderúrgico, empreendimento este que representa velha e justa aspiração de meus conataduanos.

No ensejo, desejo congratular-me com o valoroso povo paulista que construiu esse grande parque industrial e manufatureiro de que tanto nos orgulhamos e que a COSIPA vem agora completar e atender de forma tão oportuna e, também, com todos aqueles que para isso colaboraram.

Quero, ainda, deixar consignados os meus melhores votos de completo êxito para essa nova e importante empresa.

Era: o que tinha a dizer. *(Muito bem)*.

O SR. NICOLAU TUMA:

(Para uma comunicação) — Sr. Presidente, peço uma pausa nos debates políticos que se haviam neste plenário para fazer um registro de pesar e de saudade a uma virtuosa dama que acaba de falecer em São Paulo, Da. Ester Mesquita. Embora esperada sua morte, vitima que era de pertinaz moléstia, ainda assim o seu passamento causou o maior pesar na terra bandeirante, onde dona Ester Mesquita granjeara admiração e amzaes pela sua personalidade, pela sua cultura, pela sua atividade, pelo seu trabalho, especialmente no domínio do jornalismo e das artes.

Muito cedo começou Dona Ester Mesquita sua atividade, dedicando-se à tradução de importantes obras internacionais. A seu crédito temos a versão para o português de magníficos trabalhos, de obras de Molière, Shakespeare, Samuel Backer, García Lorca, Calderón de la Barca e outros. No jornalismo, militou nas colunas do "O Estado de São Paulo" e do seu trabalho constam numerosas páginas desse importante jornal brasileiro. Durante muitos anos exerceu a crítica musical e teatral desse jornal, destacando-se sempre seu empenho pelo aprimoramento da cultura artística do meu Estado. A sua iniciativa devemos, em São Paulo, a criação dos cursos de canto de Vera Jeancopulus, a exibição do Quarteto Lerner, um dos melhores quaternos do mundo, que executou as obras de Beethoven, bem como a oportunidade de se ouvir a música de Bach interpretada por Borowsky. Foi diretora, durante muitos anos, da Sociedade de Cultura Artística, grande entidade que vem punando pelo desenvolvimento da arte em São Paulo, destacando-se na apresentação de grandes artistas brasileiros, grandes corais, as séries de sonatas para piano de Beethoven a cargo do grande pianista Fritz Jank e a realização de manifestações no terreno do teatro e da dança.

Recentemente, ainda, nas comemorações do quinquagésimo aniversário da fundação da Sociedade de Cultura Artística, foram prestadas a Dona

Ester Mesquita, guardando o leito, na oportunidade, em virtude da doença, que a acometiera, as mais expressivas manifestações de apreço. Filha do grande jornalista Júlio de Mesquita, era irmã de Júlio de Mesquita Filho e Francisco Mesquita, ao lado dos quais por muitos anos trabalhou, como colaboradora de "O Estado de São Paulo".

São Paulo inteiro reverencia, neste instante, a memória de D. Ester Mesquita, e é justo que neste plenário também se registrem o pesar e a saudade à grande e virtuosa dama que acaba de desaparecer.

Sr. Presidente, ainda dentro do tempo regimental que me resta, venho fazer outro registro. Trata-se da inauguração da instalação da Usina "José Bonifácio de Andrada e Silva", de propriedade da COSIPA, Companhia Siderúrgica Paulista, realizada hoje, pela manhã, em Passaguera, nas vizinhanças de Santos. Trata-se de grande empreendimento que leva o nome de José Bonifácio de Andrada e Silva, o Patriarca da Independência. Realmente, a inauguração desta primeira fase de produção de laminados da COSIPA representa também um novo marco para a implantação da independência econômica do Brasil.

Quem lhes fala neste momento é um dos 250 brasileiros de São Paulo que, chamados e conclamados a participar com modesta contribuição para os estudos iniciais à implantação da siderúrgica, acorreram imediatamente a esse chamamento. Foram 250 os primeiros subscritores dessas cotas, que chamamos cotas de sacrifício a 8 mil cruzeiros por pessoa, reuniram 2 milhões de cruzeiros que foram entregues a um grupo sob a chefia do ilustre engenheiro Plínio de Queiroz. Esse grupo, com essa quantia fez os estudos preliminares para a implantação, na raiz da Serra do Mar, de uma indústria de grande importância para o desenvolvimento e para o progresso do Brasil.

No instante em que se inaugura a seção de laminados da Usina "José Bonifácio de Andrada e Silva", ali na raiz da Serra do Mar, perto de Santos, berço dos Andradas, é justo que se faça o registro da nossa satisfação e alegria por este empreendimento que, nascido do idealismo de São Paulo, hoje pertence e serve a todo o Brasil. *(Muito bem)*.

O SR. FRANCO MONTORO:

(Para uma comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. Deputados, na qualidade de Presidente da Comissão Especial de Habitação e Reforma Urbana, desejo fazer uma prestação de contas de seus trabalhos iniciais.

As reuniões preparatórias já realizadas confirmaram nos a previsão de que a Comissão poderá ser poderoso instrumento para enfrentar o gravíssimo problema da casa para a família trabalhadora e da classe média. Seu objetivo é o de elaborar as leis necessárias à solução do problema da habitação e fiscalizar sua execução.

Eleito Presidente do novo órgão, já apresentei o seguinte plano de trabalho, que foi aprovado pela Comissão:

- 1º) Elaboração de uma Lei Urbana fixando as normas básicas obrigatórias que, em todo o Brasil, subordinem o exercício da propriedade à sua função social.
- 2º) Criação de um Órgão Central responsável pela política de habitação no Brasil, incluindo o Planejamento, a Execução e Recursos.
- 3º) Regulamentação objetiva da atuação da Previdência Social no setor de habitação.
- 4º) Orientação dos recursos das Caixas Econômicas para o problema de habitação.

5º) Apoio e estímulo a Outros Organizações Públicas e Privadas ligadas ao problema da habitação.

6º) Materiais, processos e indústria da construção.

Essa matéria já foi distribuída aos respectivos Relatores, que, com base nas proposições apresentadas e em sugestões recebidas, apresentarão suas conclusões no início do próximo ano.

Esta enumeração e os dados chegados ao conhecimento da comissão nas primeiras reuniões revelam que essa comissão poderá exercer nesta Casa papel de maior importância. Dentro dos princípios da Constituição que subordina o exercício da propriedade à sua função social, e declara essencial a defesa da família no Brasil, essa Comissão poderá multiplicar a casa própria para a família dos trabalhadores. *(Muito bem)*.

O SR. ABEL RAFAEL:

(Para uma comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. Deputados, sempre fui favorável à indústria nacional e acho que nos devemos libertar da indústria estrangeira, do capital estrangeiro. Isto não vai a ponto de tomarmos a defesa de todas as irregularidades que se cometem em nome da indústria nacional.

Há pouco tempo se fundou no Brasil, sob os auspícios gerais, a Indústria automobilística que ficou sujeita ao GEIA — Grupo Executivo da Indústria Automobilística. O que se está passando hoje com referência à fabricação de automóveis é um escândalo. Um automóvel estrangeiro roda 200 m l km, sem abrir o motor; um carro nacional roda 10 mil km e precisa abrir o motor. O meu está na garagem, não viaja porque está abrindo o motor. É o terceiro que queima na minha Kombi Volkswagen. Quemel um quando vinha de Belo Horizonte para Brasília, em Paracatu. Quemel outro reconhecido, quando lá para Juiz de Fora, com a família toda. Fiquei parado em João Pinheiro. Ontem fui examinar o carro, com menos de 10 mil km, para viajar; foi preciso mandar abrir o motor. Sei de casos de Aero-Willys de menos de 10 mil quilômetros com o motor estourado; sei de caso de DKW-Venag, de menos de 10 mil quilômetros com o motor estourado. É possível, Sr. Presidente, fabricação dessa natureza? É possível o GEIA permitir que se façam motores de matéria plástica, de papelão? É uma vergonha. Será que esses alemães, que mandaram para aqui seus técnicos, não têm vergonha de que estejam, assim, depreciando seu produto? Os alemães, sempre cielos de sua técnica! Encontramos por aí "fordinhos" de 28, 30 e 35, "fordinhos" e "chevrolet's", rodando, muitos deles nem tiveram ainda seus motores abertos, enquanto seus velocímetros já se escangalharam de tanto rodarem. Pois carro nacional não passa de 40 mil quilômetros e já estoura o motor! E de muitos posso dar testemunho pessoal; não chegam nem a ultrapassar o período de garantia. Será possível que o GEIA não pode aumentar o período de garantia? E só sair da garantia e estoura o motor. Um motorzinho desses custa 300, 400 ou 500 mil cruzeiros. Um carro americano de grande classe se compra por cinco mil dólares; um Aero-Willys, que estoura na primeira arrancada, está custando aqui 5 mil contos. Um carrinho desses, que dizemos econômico, pequenino, que a gente empurra de qualquer aço, custa 3 milhões de cruzeiros. Na América do Norte se compra um carrinho muito bom de 1.500 a 2.000 contos. Por dois milhões se compra um carro novo, perfeito, que funde a rest da vida. Aqui no Brasil, sob pretexto de proteger-se a indústria nacional, somos forçados, porque não se pode importar, a atuar a indústria nacional do automóvel.

que não é senão uma indústria de cavalheiros que não dá ao mundo. Nunca houve a possibilidade, mas, não, que somos obrigados a ter carro nacional, evidentemente estamos na mesma situação do motor. Isto se trata de Deputados. Um Deputado pode mudar o motor de seu carro, pode deixar seu carro todos os dias na oficina, para todos os dias, pode? Então, os empregados, podem? É a pergunta que fazemos neste fim de tarde.

Quando, Sr. Presidente, apenas trazer o projeto, porque vou me ocupar disso uma dia de grande expediente com a Carta-carta, para chamar de indústria, mas, honras da indústria automobilística, porque não creio que seja possível que aqueles que fazem um automóvel que estoura antes dos 50 mil quilômetros, ou no período de garantia, sejam honestos. Mas, ainda mais temos o Grupo Executivo da Indústria Automobilística — o GEIA — que deveria ser composto de homens honestos, criteriosos e não fiscalizá-lo. Pelo menos deveria ter homens competentes. Nas nações adiantadas, como na Europa, na América do Norte, existe um instituto de normas técnicas. Ninguém fabrica uma peça sem que ela seja garantida enquadrada naquelas normas técnicas, do contrário terá sua patente de fabricação cassada, ficando daquele molde, daqueles padrões técnicos. No Brasil, fomos o Instituto de Normas Técnicas, que não fiscaliza coisa alguma. Apenas estabelece as normas técnicas e, depois, deixa aquilo ao "Deus dará" ou ao "diabo que os carregue". Quem culpar que tome conta das normas, porque ele apenas as prescreveu.

Mas o GEIA tinha a obrigação de fiscalizar as normas técnicas da fabricação de um veículo. Vamos daqui para Belo Horizonte ou para o Rio de Janeiro e vemos a beira da estrada colônias de carros com motores fundidos, carros nacionais de todas as marcas.

Isto é um abuso. É um roubo. Sempre foi pelo capital nacional. Sempre foi pela indústria nacional. Mas não posso deixar também de reclamar porque isto não é indústria nacional. É indústria de abutres internacionais mascarada com o título de indústria nacional. *(Muito bem)*.

O SR. MARCO ANTÔNIO:

(Para uma comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, trazem os jornais de hoje uma notícia a respeito da substituição do Secretário de Estado do Departamento de Estado dos Estados Unidos para Assuntos Inter-americanos.

Assim, assim, a substituição do Sr. Edwin Mark pelo Embaixador Thomas Mann. Os jornais de hoje acrescentam ainda que o Sr. Thomas Mann foi um dos homens que assessoravam o Sr. Foster Dulles, quando estava à frente do Departamento de Estado e que nestes anos de administração do Presidente Kennedy sempre se colocou em oposição à orientação determinada pelo presidente assassinado.

Temos assim, Sr. Presidente, nas vésperas da Reunião de Consulta da Organização dos Estados Americanos, mais uma alteração importante na política do Departamento de Estado. Já se viu também nestes últimos dias o reconhecimento dos Governos nascidos de golpes de Estados, e golpes militares, na Honduras e República Dominicana.

Sr. Presidente, temos a impressão e esta impressão é compartilhada por muitos círculos da opinião pública brasileira, de que se trama realmente uma ofensiva em larga escala aqui na América Latina, visando mais uma vez colmar a República de Cuba. Ora,

Sr. Presidente desde que se anunciou a reunião de consulta, os comentaristas analisam estas alterações na política norte-americana e, mais ainda, todos os observadores comentam a fragilidade da denúncia venezuelana. Na anti-véspera eleitoral, o mundo foi surpreendido com a espetacular denúncia oferecida pelo Presidente Bettencourt, de que se teria encontrado armas cubanas numa praia da Venezuela, e alguns observadores acrescentavam que o clima era tão perfeito, que tudo era tão certo, que o caso se assemelhava ao daquele criminoso que deixou no local do crime a arma e ainda uma etiqueta declarando: "Aqui, neste ponto, se encontram as impressões digitais para facilitar o trabalho dos policiais".

Esta farsa Sr. Presidente, no entanto, visa realmente provocar uma alteração na política externa de vários países que têm resistido à pressão inane, à pressão do Departamento de Estado e, particularmente, objetiva modificar a posição brasileira, que tem sido de defesa dos princípios da não-intervenção e da auto-determinação dos povos. Os povos da América Latina, perguntam: "Se se faz tanto alardeio em torno de armas que teriam sido levadas pelas cubanos para a Venezuela e se nesta base se procura reunir o Conselho de consulta da OEA, por que razão esses mesmos Sr. Bettencourt e outros governos americanos não se preocuparam também quando o mundo assistiu à invasão de Cuba por soldados saídos das praias norte-americanas?" Por que esses governantes não se preocuparam quando o próprio Presidente Kennedy assumiu a responsabilidade de patricular a participação norte-americana na fracassada invasão da Baía dos Porcos? Por que então não propuseram também que se examinasse no Conselho da OEA a conduta norte-americana de intervenção militar aberta nos assuntos de outro país latino-americano?

Ora, Sr. Presidente, o que se vê é que nas relações interamericanas parece mesmo que existe uma lei para o lobo e outra para o cordeiro, ou melhor, que não se aplica a lei quando se trata do lobo sendo poderoso, mas que se pretende aplicar os rigores da lei quando se trata de nação pequena que se recusa a seguir as ordens e os figurinos norte-americanos.

Sr. Presidente, trazendo a esta Câmara estes problemas nós apresentamos também a seguinte tese: se Cuba foi excluída da OEA — excluída ilegalmente, porque a Carta de Bogotá não previa essa figura de penalidade e nenhum outro tratado interamericano previa essa hipótese — como se pode agora, dentro da OEA, examinar assunto relacionado com o governo cubano? Para dirimir essa contenda, que diz respeito diretamente à causa da paz e que pode acarretar terríveis consequências para todos os povos, existe hoje um foro adequado, um tribunal internacional e esse foro, Sr. Presidente, é a Organização das Nações Unidas.

Levantando, assim esta tese, esperamos que o Governo brasileiro, neste problema, se conduza realmente de acordo com os princípios da não-intervenção e que, dentro da O.E.A., defenda o encaminhamento da denúncia venezuelana às Nações Unidas.

Sr. Presidente, nós estamos certos de que assuntos como este, que trazem problemas para a vida dos povos latino-americanos, devem ser resolvidos pacificamente, devem ser resolvidos de acordo com tratados internacionais e não segundo as conveniências e as imposições do Departamento de Estado do Governo norte-americano. *(Muito bem)*.

O SR. GERALDO FETRE:

(Para uma comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, numerosas reclamações têm sido feitas por Oficiais do Registro Civil a respeito do pagamento da gratificação que lei votada por este Congresso lhes deu. Entre outras, recebi uma da autoria do eminente homem de letras Otávio José Avaranga, que exerce as funções de Escrivão de Paz do Município de Coqueiral, Estado de Minas Gerais. Juntamente com vários documentos, remeteu-me S. Sa. cópia de uma reclamação por ele e por outros colegas endereçada ao Delegado Fiscal do Tejuco Nacional em Minas Gerais, a qual, para que conste dos Anais da Casa, pasarei a ler integralmente:

"Na autorização de V. Excia. para o pagamento da gratificação que nos é devida por força das Leis números 4.071-A e 4.242 respectivamente de 15.6.62 e 17.7.63, há "data venia" além de manifestos equivocados de cálculos e de interpretação uma clamorosa injustiça.

Demonstramo-lo, em linhas gerais:

1º) Não se reporta a referida autorização ao período compreendido entre 15 de Junho (data inicial de vigência da Lei 4.071-A) a 31 de Dezembro de 1962, não podendo militar em favor dessa omissão a alegação de haver caído "em exercício findo", porque, se houve tal caducidade, não foi jamais por culpa dos beneficiários, que requereram o benefício tempestivamente.

2º) A despeito dessa injustificada inobservância da Lei citada (que começou a vigor na data da sua publicação e não a partir do ano seguinte) e da contenção provisória de despesas, refere-se, ainda, a uma "contenção Definitiva" autorizada pelo sr. Ministro da Justiça o que espécie nos causa, pois não se pode compreender que uma simples Portaria ministerial tenha força para, em avocando prerrogativas do Poder Judiciário, decair, detrogar, ou modificar substancialmente uma lei, reduzindo quase ao nada os seus efeitos. Seria, então, o caso, para fugir ao caráter excepcional e discriminatório, que é odioso de idêntico procedimento para com os demais servidores públicos subordinados ao Ministério da Justiça. Nem se diga que, no caso vertente se trata de um simples favor ou de uma esmola, cujo quantum ficasse ao livre alvêrio, ao discricionário arbitramento de um órgão da Administração. Trata-se — isto sim — de reparação um pouco tardia da velha injustiça consubstanciada em uma gratificação instituída por força de lei (hoje, já tão inexpressiva, frente ao brutal aviltamento da nossa moeda), visando ressarcir os Oficiais do Registro Civil das Perdas Naturais pela prestação de incontáveis serviços gratuitos impostos por uma legislação bradantemente inconstitucional.

3º) Mesmo procedessem essas decisões e providências tomadas ao arripio da lei o que se admite "ad argumentandum", "data venia", padecer a autorização de outros equivocados: a) Diz ela que quanto à Lei nº 4.242-63 o pagamento será integral, por não haver nela dispositivo expresso sobre redução, o que também não há na Lei nº 4.071-A-62. b) Apesar dessa afirmativa de integridade do pagamento, este é autorizado com um corte ainda mais clamoroso cifrando-se ele apenas em Cr\$ 2.000,00 mensais, sendo que, em virtude da Lei 4.242

(art. 28) a gratificação foi elevada para Cr\$ 5.000,00. c) Logo, indubitavelmente, a partir de 17.7.63 (da vigência dessa Lei), a gratificação é integral, irreduzível, como reconhece a própria autorização, que afinal se contradiz. d) O que parece claro é que essa Delegacia mesmo depois da vigência do art. 28 da Lei ... 4.242-63, está confusamente considerando a vigência concomitante da Lei 4.071-A-62, que foi alterada por aquela e revogada. e) Tal confusão está quase evidente, frente aos seguintes cálculos feitos ai: Manda pagar-nos Cr\$... 2.810,00 mensais, sendo Cr\$... 2.000,00 por conta da Lei 4.242 e Cr\$ 810,00 (da 4.071-A, com descontos), como se a Lei 4.242 (art. 28) consignasse apenas Cr\$ 2.000,00 e não Cr\$ 5.000,00. f) A verdade inconcussa, evidenciada de plano, sem nenhum esforço de hermenêutica, é que a partir de 17 de julho de 1963 (da vigência da 4.242), que alterou e derogou a 4.71-A), a gratificação passou para Cr\$ 5.000,00 mensais (com o pagamento integral, reconhecido e proclamado na própria autorização) e Nunca Jamsais de Cr\$ 2.000,00 *quantia es* confundida com a do aumento da gratificação (de Cr\$ 3.000,00 para Cr\$ 5.000,00).

4º) A admitir-se tal interpretação, chegar-se-ia ao absurdo do seguinte resultado: Se o legislador inspiradamente visou majorar a gratificação (por achá-la já prerempta, quase nula), como pode o órgão pagador reduzi-la ainda mais por via desses cálculos e modificações? Reuziu a primeira gratificação (de Cr\$ 3.000,00) para apenas Cr\$ 810,00 este ano (consideradas a contenção definitiva e a provisória) e a nova gratificação (de Cr\$... 5.000,00) para Cr\$ 2.000,00, perfazendo Cr\$ 2.810,00, importância essa inferior, portanto, a gratificação inicial que foi elevada. Mesmo a partir de 1964, computada a percentagem de 36% (da contenção provisória) transferida para tal exercício (contenção feita na Lei 4.071-A), teremos Cr\$ 3.590,00, quantia ainda muito aquém da consignada na Lei 4.242-63, a ser cumprida "in totum", pela própria autorização, que, entanto, chegou, afinal a outra conclusão pela qual este ano andamos para atrás e no próximo não atingiremos o que pretendeu o legislador federal: Melhorar a Gratificação já considerada irrisória.

5º) A confusão é tão clara que, pela autorização questionada a Lei 4.242 (embora equivocadamente interpretada) é considerada com vigência a partir de janeiro de 63, quando ela é de 17.7.63 (Praza a Deus não seja apenas retido apenas esse equívoco de data, de modo a prejudicar ainda mais os pobres e prejudicados Oficiais do Registro Civil).

6º) Resumindo: a) A Gratificação imperativamente, elevada por força do art. 28 da Lei número 4.242 ficará mesmo reduzida? b) Até o mês de Outubro, a nossa gratificação, justa e legalmente deveria ser a seguinte:

De 15 de junho de 62 (início da vigência da Lei 4.071-A) a 16 de junho de 1965 (13 meses) a Cr\$ 3.000,00 — Cr\$ 30.000,00.

De 17.7.63 (quando começou a vigor em sua plenitude a Lei 4.242, art. 28) até 31.10.63 (3 1/2 meses) a Cr\$ 5.000,00 — Cr\$ 17.500,00.

Total: — Cr\$ 56.500,00

7º) Entretanto, a preveção a autorização, temos apenas Cr\$

28.100,00, isto é, menos da metade do que temos direito e que tanto custou a vir.

Por tudo em sendo reificados os equívocos, esperamos Justiça.

Respeitosamente, subscrevemos: aa) *Otávio José Alvarenga, Of. do Registro Civil de Coqueiral.* Nabor Figueiredo Freire, Of. do Registro Civil de B. Esperança. — Agenor Barbosa de Oliveira, Of. do Registro Civil de Frei-Bastardo.

Endereçamos aqui, Sr. Presidente, ao Sr. Ministro da Justiça e às autoridades fiscais do Ministério da Fazenda um apelo para que seja paga, integralmente, a gratificação aos oficiais do Registro Civil desses denodados servidores da coisa pública, que tanto de graça já têm trabalhado em benefício do País, para que a lei se cumpra integralmente, e não se inclua no Plano de Contenção de Despesas verbais que pertence de direito, a esses oficiais.

Esperamos que justiça se lhes faça, para que o Brasil continue a ser por eles fielmente servido. (Muito bem)

O SR. ARIO THEODORO:

(Para uma comunicação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, já é comum, e uma lamentável tradição nos Municípios da Baixada Fluminense, a esta época, lá considerada das chuvas, haver enchentes que inundam quase todo o Município de São João de Meriti. Serve de divisa entre o Estado do Rio e o da Guanabara o Rio Pavuna, que, deploravelmente, jamais foi dragado pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento, apesar de vários terem sido os apelos por nós formulados. Além disso, inúmeros são os canais que atravessam o Distrito de Coelho da Rocha. Todo esse descaso do Departamento de Obras e Saneamento torna constantes as enchentes naquelas localidades. Por isso endereço à Mesa o seguinte requerimento dirigido ao Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas:

"Senhor Presidente da Câmara dos Deputados.

Na forma regimental requetto a V. Exa., seja encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas, o presente requerimento a fim de que o Senhor Diretor do Departamento de Obras e Saneamento efetive as seguintes providências:

- a) determinar a dragagem do Rio Pavuna que limita os Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, evitando os males e os prejuízos causados pelas enchentes que se verificam no município fluminense de São João de Meriti quando da época das chuvas, normalmente nos meses de dezembro e janeiro de cada ano;
- b) providenciar a dragagem do Canal Sarapuí e dos demais canais que cortam o Distrito de Coelho da Rocha no município de São João de Meriti para que não se repitam, este ano, os tristes espetáculos de anos anteriores, em que aquelas populações, nos meses de dezembro e janeiro, vêm as suas humildes moradias quase submersas pelas enchentes ocasionadas com a obstrução, total daqueles canais." — Sala das Sessões, em 2 de dezembro de 1963. — Ario Theodoro.

Ainda, aproveitando a oportunidade, quero encaminhar à Mesa projeto de lei que regula a aposentadoria do professor pré-primário, primário, e do ensino especializado do Serviço Público Federal.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem.)

O SR. BRENO DA SILVEIRA:

(Para uma comunicação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente,

Srs. Deputados, parece-me que, no ano de 63, deverá ser esta a última vez que posso ocupar a tribuna. Como elemento do Governo, integrante do Partido Trabalhista Brasileiro, desejo encaminhar à Mesa e ao Poder Executivo um requerimento de inormações, esperando que, da sua resposta, se esclareçam muitas irregularidades, que estão na boca do povo, como se diz na gíria, verificadas no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários e das quais tem conhecimento a sua alta administração, que, entretanto, se cala. Inquéritos administrativos já deveriam ter sido abertos. No entanto, até hoje, não se conhece qualquer medida tomada a respeito pelo egrégio Conselho Administrativo daquele Instituto.

Assim é que, com relação ao hospital que o IAPI está construindo em São Paulo, faço as seguintes perguntas:

- a) qual o orçamento inicial para construção do hospital;
 - b) qual a firma (ou firmas) que ganhou a concorrência para construção do Hospital, indicando quais os diretores da firma, sua sede e capital constante da concorrência;
 - c) em que data foi publicado o Edital de concorrência e em que data foi iniciada a obra de construção do Hospital;
 - d) quanto o IAPI já gastou até a data atual com a construção do Hospital;
 - e) em que valor é estimado: — o montante para término das obras; — o montante das instalações para inaugurar o Hospital;
 - f) qual o tempo estimado para término das obras;
 - g) qual a composição da Comissão ou Comissões ou autoridades do IAPI encarregadas do acompanhamento das obras, indicando o cargo, a lotação e a função exercida;
 - h) transmitir cópia de todas as decisões do Conselho Administrativo e do Conselho Fiscal relativas à construção do Hospital, preferidas até a presente data;
- Outro escândalo que todos conhecem na Guanabara é aquele que diz respeito ao famoso Sanatório da Serra S. A., com sede na cidade de Pirai, Estado do Rio de Janeiro. Sobre este peço o seguinte:
- a) remeter cópia do contrato lavrado entre o Instituto e o Sanatório Sta. Thereza, para segurados tuberculosos;
 - b) especificar qual o proprietário (ou proprietários) do Sanatório Sta. Thereza;
 - c) se o Sanatório da Serra Sociedade Anônima recebeu algum financiamento do IAPI;
 - d) quais os proprietários do Sanatório da Serra S. A., indicando o capital da S. A. declarado ao receber o financiamento;
 - e) se o ex-Presidente do IAPI Sr. Afonso Cesar, recebeu denúncia de corrupção para obtenção ou retardar o financiamento concedido ao Sanatório da Serra S. A., denúncia essa tomada por termo e qual o destino dado à mesma;
 - f) remeter cópia do contrato de financiamento com o Sanatório da Serra S. A., informado de maneira detalhada o estado atual da dívida e a pontualidade no pagamento das prestações;
 - g) remeter cópia da Resolução nº 563-63 (Proc. 899.158-62, de 06-06, e 06-C, 436-49), publicada

no Boletim Diário nº 85, de 6 de maio de 1963;

h) informar se o Sr. Presidente do IAPI, Armando Marcondes Machado recebeu representação de dirigentes sindicais contra o contrato objeto da Resolução nº 563-63 e quais as providências tomadas;

i) informar se o então Chefe da Clínica Tisiológica na Delegacia do Instituto na Guarabara, Sr. Luiz de Moura Castro foi ouvido no processo de contratação de serviços com o Sanatório da Serra S. A. e qual o seu parecer;

j) informar se a contratação dos serviços do Sanatório da Serra S. A. objeto da Resolução nº 563-63, BDS nº 85, de 8.5.63, refere-se a 300 (trezentos) leitos cativos à diária de Cr\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos cruzeiros) e por que esses números e valores da Resolução em causa, no res não foram publicados no texto BDS nº 85, de 8.5.63, a fim de tornar público o seu conhecimento;

l) informar se o Sr. Presidente do Instituto tomou conhecimento de representação acompanhada de relatório técnico contra o contrato objeto da Resolução nº 563-63, apresentada pelo Chefe da Clínica Tisiológica Dr. Sr. Moura Castro e quais as providências tomadas;

m) informar se a Resolução nº 563-63 está em vigor ou foi tornada sem efeito e porque;

n) informar com referência ao processo objeto da Resolução 563-63:

- onde se encontra o processo e desde que data;
- com quem;
- sob a responsabilidade de quem;
- qual o motivo da retenção do processo;
- com quem estava o processo antes;
- se foi objeto de algum pronunciamento por parte de algum membro do Colegiado Administrativo e qual ou, quais;

3 — Com relação à contratação de leitos cativos em hospitais e de revisão do valor de diárias em hospitais:

- a) informar se o Presidente do Instituto Sr. Armando Marcondes Machado recebeu em seu Gabinete denúncia verbal de corrupção para contratação de leitos cativos;
- b) informar se a denúncia ou as denúncias foram tomadas por termos e em caso contrário por que;
- c) informar se em decorrência da denúncia ou denúncias foi determinado pelo Sr. Presidente do Instituto a competente abertura de inquérito administrativo e, na hipótese contrária, porque;

4 — Com relação à revisão de diárias hospitalares:

- a) se os pareceres técnicos constantes do processo de revisão de diária-leito da Casa de Saúde Dr. Elias estimaram um teto de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros) para essa diária;
- b) se, por ordem do Sr. Diretor do Departamento de Assistência Médica, Dr. Luiz Felipe de Oliveira Neves, foi a diária fixada em Cr\$ 2.250,00 (dois mil, duzentos e cinquenta cruzeiros) e se a diária retroagiu a janeiro de 1963, sendo pagos os atrasados;
- c) a quanto montam os atrasados pagos referentes à revisão de diária, à Casa de Saúde Dr.

Elias e a outras casas de saúde.

Sr. Presidente, estas as perguntas com que, como um cinturão de aço, um anel de ferro, pretendemos desmascarar os verdadeiros culpados, denunciando à Nação, como estamos fazendo agora, na qualidade de membro do PTB, as imoralidades, para que a moralidade administrativa tenha lugar no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários. Temos a comprovação dessas denúncias e, se for possível, pediremos a constituição de uma comissão parlamentar de inquérito para levar as barras dos tribunais aqueles responsáveis pelos destinos do maior instituto deste País. Chamo a atenção da Casa para o fato de que o IAPI, depois dos de São Paulo, Minas Gerais e Guanabara, é o maior organismo de República. Como V. Ex.ª Sr. Presidente, essas denúncias são sérias, porque as negociatas são as mais escandalosas e estão acarretando grandes prejuízos aos associados daquele Instituto. O IAPI pagou por 300 leitos cativos, num hospital novo, construído e financiado pelo próprio Instituto — e esse pagamento é feito existam ou não doentes internados — de mil e quinhentos cruzeiros por diária, num sanatório quase fantasma. Enquanto isso, nega-se a elevar o pagamento de diárias no Sanatório oficial de Curitiba de 900 para mil e duzentos cruzeiros. Verifica-se, pois, que as coisas não estão correndo bem. Apresentando este requerimento de informações esperamos que aquele Instituto, onde existem homens da envergadura de um Roberto Moreira, que, até o momento, merece da nossa parte, como ex-Deputado Federal e homem de esquerda, a maior confiança, mantenha instaurar um inquérito administrativo. Que o faça o Sr. Roberto Moreira, o nosso fiador naquela instituição de previdência, porque conhecemos seu passado de homem de luta e não podemos conceber que S. Sa. participando do colegiado daquela entidade, deixe passar em brancas nuvens os escândalos que estão ocorrendo no IAPI. (Muito bem).

O SR. JOAO HERCULINO:

(Para uma comunicação; sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Senhores Deputados, pedi a palavra porque sempre fui um grande admirador do eminente Senador Auro de Moura Andrade e qual foi a minha surpresa, Sr. Presidente, quando, na sessão realizada há dias, quando foi promulgado o Orçamento da República, o sereno, o tranquilo, o cavalheiresco Presidente do Senado da República investiu contra o Sr. Presidente da República de uma maneira que ficaria muito bem ao simples Senador, mas que ficou muito mal no Presidente do Congresso Nacional, isto porque não cabe, definitivamente, ao Presidente do Congresso Nacional, um dos poderes da República, o direito de cavar um fosso, de tentar perturbar as relações salutaras que devem existir entre os poderes da República. E, se houvesse razão para aquilo fosse feito, para que aquele pronunciamento fosse feito, nesta Casa, ainda assim, o Sr. Auro de Moura Andrade, no exercício da Presidência do Congresso, não deveria jamais ter tomado aquela atitude, que considero lamentável e infeliz. (Muito bem).

Isto porque, Sr. Presidente, o ato de devolver ao Congresso Nacional o Orçamento da República é uma faculdade constitucional de que sou o Sr. Presidente da República João Goulart. Em nada mereceria aquela ataque frontal, aquela atitude descortez ao Presidente João Goulart, por parte do Presidente do Senado, Senhor Auro de Moura Andrade.

Chocou a opinião pública, lá fora, tanto quanto a nós causou estranheza aquele gesto que não havia em

sua atitude cavalheiresca, repito, com a sua serenidade, com essa serenidade que nós aprendemos a apreciar no Sr. Auro de Moura Andrade durante toda a sua eficiente permanência à frente do Congresso Nacional.

Desejo, portanto, Sr. Presidente, declarando aqui que daqueles créditos que, à guisa de justificativa, o Senhor Auro de Moura Andrade proclamou que foram enviados pelo próprio Senhor Presidente da República, dizer que eles são decorrência de leis votadas por nós, nesta Casa e que se o Presidente da República não mandasse pedir aqueles reparos, por certo ele teria de arcar com um orçamento inadequado para fazer face às leis aprovadas, às leis em vigor no nosso País, inclusive o pagamento do aumento ao funcionalismo público.

Estranhando, Sr. Presidente, esta atitude do Sr. Presidente do Senado, deixo aqui a minha expressão de profundo pesar por esta atitude, que só pode agitar mais, que só pode fazer com que o regime democrático, que já anda um tanto ou quanto cambaleante, tenha os seus passos mais trôpegos ainda, porque é exatamente atingindo os homens que praticam a democracia que nós poderemos, de maneira mais fácil, destruir o regime democrático. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE — (Valério Magalhães) — Antes de terminar a sessão devo informar que ontem a sessão havia sido aberta com apenas 27 Srs. Deputados, retifique-se foi iniciada com 41 e encerrada com 102 Srs. Deputados. A de hoje foi iniciada com 41 Srs. Deputados, comparem mais 42, e encerrada com 83..

O SR. PRESIDENTE:

— Está findo o tempo destinado ao expediente.

Val-se passar à Ordem do Dia.

COMPARECEM MAIS OS SENHORES:

Acre:

Valério Magalhães — PSD

Amazonas:

Abraão Sabbá — PSP
Almino Afonso — PTB.
José Esteves — PTB

Paraíba:

Chagas Rodrigues — PTB.
João Mendes Olímpio — PT

Rio Grande do Norte:

Vingt Rosado — PTB.

Paraná:

Janduí Carneiro — PSD

Pernambuco:

Aurino Valois — PTB.
Bezerra Leite — PTB.
Magalhães Melo — UDN.
Soulo Ma'or — PTB
Tubosa de Almeida — PTB

Alagoas:

Aloysio Nonô — PTB

Bahia:

Sasão Pedreira — PTB.
Helly Ramos — PSD.
João Alves — PTB.
Zacco Filho — UDN.
Vieira de Melo — PSL
Wilson Falcão — UDN

Rio de Janeiro:

Afonso Celso — PTB.
Aro Theodoro — PTB.
Jose Maria — PTB. (13.1.64)
Fenório Cava Cantú — PST.

Guanabara:

Breno da Silveira — PTB.
Marco Antônio — PST.

Minas Gerais:

Abel Rafael — PRP.
Aminias de Barros — PSD.

Geraldo Freire — UDN.
Jaeder Albergaria — PSD.
João Hercúlio — PTB.
Maurício de Andrade — PSP
Padre Nobre — PTB.
Rondon Pacheco — UDN.
Ultimeo de Carvalho — PSD

São Paulo:

Franco Monteiro — PDC.
Alceu de Carvalho — PTP
Padre Godinho — UDN
Pereira Lopes — UDN
Pímio Sampaio — UDN
Tufy Nassif — PTN
Otávio Maria — PR

Matô Grosso:

Correia da Costa — LDN

Paraná:

Antônio Baby — PTP

Santa Catarina:

Doutel de Andrade — PTB.
Orlando Bertoli — PSL.
Osmar Dutra — UDN. (26-12-63).
Alvaro Caião — UDN.

Rio Grande do Sul:

Clay de Araújo — PTB.
Floriano Paixão — PTB
Jairo Brum — MTR.

Rondônia:

Renato Medeiros — PTB.

O SR. PRESIDENTE:

— A lista de presença ^{HOUSE O} comparecimento de 91 Srs. Deputados.

Destina-se a Ordem do Dia da presente sessão a "Trabalho de Comissões".

O SR. PRESIDENTE:

Nada mais havendo a tratar vou levantar a sessão.

DEIXAM DE COMPARECER OS SENHORES:

Ranieri Mazzilli
Clovís Motta
José Bonifácio.
Henrique La Roque.
Paulo Mincaroni
Dirceu Cardoso.
Gabriel Hermes
Clemens Sampaio

Acre:

Altino Machado — PTB.
Armando Leite — PSD.
Mário Maia — PTB.
Ruy Lino — PTB.
Wanderley Dantas — PSD

Amazonas:

Djalma Passos — PTB
João Velga — PTB
Leopoldo Peres — PSD.
Paulo Coelho — PTB

Pará:

Americo Silva — PTB.
Armando Carneiro — PTB.
Burlamarqui de Miranda — PSD.
Ferro Costa — UDN.
João Menezes — PSD.
Stélio Maroja — PSP.
Waldemar Guimarães — PSD.

Maranhão:

Alberto Aboud — PTB
Cid Carvalho — PTB.
Clodomir Milet — PSP
Eurico Ribetto — PTB.
Ivar Saldanha — PTB.
José Burnett — PSD.
José Rlo — PSD
José Sarney — UDN.
Lister Caldas — PTB.
Luiz Coelho — PTB.
Luiz Fernando — PSD.
Matos Carvalho — PSD.
Pedro Braga — PTB.
Nelva Moreira — PSP.
Renato Archer — PSL

Paraíba:

Dyrno Pires — PSD.
Ezequias Costa — UDN.
Gayoso e Alcendra — PSD
Heitor Cavalcante — UDN
Moura Santos — PSD
Souza Santos — UDN.

Ceará:

Adahil Barreto — PTB.
Alvaro Lins — PTB.
Armando Falcão — PSD
Audião Pinheiro — PTB.
Dias Macêdo — PSD.
Edilson Melo Távora — UDN
Esmerino Arruda — PST.
Francisco Adeodato — PTB
Marcelo Sanford — PTN.
Martins Rodrigues — PSD.
Moyses Pimentel — PTB
Ossian Araripe — UDN.
Oziris Pontes — PTB.
Paes de Andrade — PSD
Palhano Sabóia — PTB
Raul Sarasate — UDN.
Raul Carneiro — PTB
Wilson Roriz — PSD.

Rio Grande do Norte:

Aluísio Bezerra — PSD.
Aristofanes Fernandes — PSP.
Djalma Marinho — UDN.
Jessé Freire — PSD.
Odilon Ribeiro Coutinho — PDC.

Paraná:

Bivar Olintho — PSD.
Ernany Sátiro — UDN.
Flaviano Ribeiro — UDN.
Humberto Lucena — PSD.
Jacob Franz — PTB (10-12-63).
João Fernandes — PSD.
Luiz Bronzeado — UDN
Raul de Góes — UDN.
Teônio Neto — PSD.
Vital do Rêgo — UDN.

Pernambuco:

Adelmar Carvalho — PSD
Aderbal Jurema — PSD.
Arruda Câmara — PDC.
Artur Lima — PTB.
Augusto Novaes — UDN.
Clodomir Leite — PTB.
Dias Lins — UDN.
Francisco Julião — PSB.
Heráclio Rêgo — PTB.
José Carlos — UDN.
José Meira — UDN.
Lamartine Távora — PTB.
Milvernes Lima — PTB.
Múrio Costa Rêgo — PTB
Ney Maranhão — PTB.
Nilo Coelho — PSD.
Waldemar Alves — PST.

Alagoas:

Abraão Moura — PTB
Medeiros Neto — PSD.
Muniz Falcão — PSP.
Oceano Carneal — UDN
Oséas Cardoso — PTN.
Pereira Lúcio — UDN.
Segismundo Andrade — UDN.

Sergipe:

Ariosto Amado — PTB
Araldo Garcez — PSD.
Euvaldo Diniz — PTB.
José Carlos Teixeira — PSD.
Machado Rollemberg — UDN.

Bahia:

Antônio Carlos Magalhães — UDN.
Edgard Pereira — PSD.
Heitor Dias — UDN.
Henrique Lima — PSD.
Hermogenes Príncipe — PSD.
João Dória — PDC.
João Mendes — UDN.
Josaphat Azevedo — PTN
Josaphat Borges — PSD
Luiz Viana — PL.
Luna Freire — PTB.
Manoel Novaes — PTB
Mário Lima — PSB.
Ney Novaes — PTB.
Oscar Cardoso — UDN
Pedro Catalão — PTB.
Raimundo Brito — PTB.

Regis Pacheco — PSD.
Ruy Santos — UDN.
Teófilo de Albuquerque — PTB.
Tourinho Dantas — UDN

Espirito Santo:

Argilano Dario — PTB.
Florianô Rubin — PTN.
Gíl Veloso — UDN.
João Calmon — PSD.
Ramon Oliveira Netto — PTB.
Raymundo de Andrade — PTN

Rio de Janeiro:

Adolpho Oliveira — UDN.
Alair Ferreira — PSD
Augusto De Gregorio — PTB
Bocayuva Cunha — PTB.
Carlos Werneck — PDC.
Demisthocades Batista — PSP.
Edilberto de Castro — UDN.
Emmanuel Waismann — PSP.
Geremias Fontes — PDC.
Getulio Moura — PSD.
José Pedrosa — PSD.
Mário Tamborindeguy — PSD.
Paiva Muniz — PTB.
Pereira Nunes — PSP.
Roberto Saturnino — PSB.

Guanabara:

Adauto Cardoso — UDN.
Alomar Baleeiro — UDN
Amaral Neto — UDN.
Araldo Nogueira — UDN.
Benedito Cerqueira — PTB
Chagas Freitas — PSD.
Elói Dutra — PTB.
Guerreiro Ramos — PTB
Hamilton Nogueira — UDN
Jamm Am. gen — PTB.
Juarez Távora — PDC.
Leonei Brizzola — PTB.
Max da Costasantos — PSD.
Mendes de Moraes — PSD.
Roland Corbisier — PTB.
Sérgio Magalhães — PTB

Minas Gerais:

Aécio Cunha — PR.
Antônio Luciano — PSD.
Auregessio de Mendonça — PTB
Bento Gonçalves — PSP.
Carlos Murilo — PSD.
Celso Passos — UDN.
Dnar Mendes — UDN.
Francelino Pereira — UDN
Gilberto Faria — PSD.
Gustavo Capanema — PSD.
Horácio Bethônico — UDN.
Jaeder Albergaria — PSD.
José Alkmim — PSD.
José Humberto — UDN.
Nogueira de Rezende — PR.
Olavo Costa — PSD.
Ormeo Botelho — UDN
Oscar Corrêa — UDN.
Ovídio de Abreu — PSD.
Ozanam Coelho — PSD.
Padre Vidigal — PSD.
País de Almeida — PSD.
Paulo Freire — PTB.
Pedro Aleixo — UDN.
Pinheiro Chagas — PSD.
Renato Azeredo — PSD.
San Tiago Dantas — PTB.
Simão da Cunha — UDN
Tancredo Neves — PSD.
Teófilo Pires — PR.
Walter Passos — PR

São Paulo:

Adib Chammas — PSP.
Afrânio de Oliveira — UDN
Amaral Furlan — PSD.
Antônio de Barros — PSP
Antonio Feliciano — PSD.
Araldo Cerdeira — PSP.
Athlé Coury — PDC.
Batista Ramos — PTB
Broca Filho — PSP.
Campos Vergal — PSP.
Candido Sampaio — PSP.
Carvalho Sobrinho — PSP
Celso Amaral — PTB.
Dias Menezes — PTN.
Derville Alergetti — MTR.
Ewaldo Pinto — MTR.
Francisco Scarpa — PSD.
Geraldô Barros — PSP.
Hary Normanton — PSP

Hamilton Prado — PTN.
 Helecio Maghzenani — PTB.
 Henrique Turner — PDC.
 Herbert Levy — UDN.
 Hugo Borghi — PRT.
 Ivete Vargas — PTB.
 João Abdala — PSD.
 José Menck — PDC.
 José Resegue — PTB.
 Laurício Cruz — UDN.
 Levy Tavares — PSD.
 Lino Morganti — PRT.
 Luiz Francisco — PTN.
 Mário Covas — PST.
 Maurício Goulart — PTN.
 Facheo Chaves — PSD.
 Paulo Mansur — PTB.
 Paulo de Tarso — PDC.
 Pedro Marzo — PTN.
 Plínio Salgado — PRP.
 Roge Ferreira — PTB.
 Rubens Paiva — PTB.
 Ruy Amaral — PRT.
 Sussumo Hirata — UDN.
 Ulysses Guimarães — PSD.
 Yukshigue Tamura — PSD.
 William Salem — PTB.
 Otavio Maria — PR.

Goiás:

Alfredo Nasser — UDN.
 Anísio Rocha — PSD.
 Castro Costa — PSD.
 Celestino Filho — PSD.
 Enival Calado — UDN.
 Geraldo de Pina — PSD.
 Haroldo Duarte — PSD.
 Jales Machado — UDN.
 José Freire — PSD.
 Ludovico de Almeida — PSP.
 Peixoto da Silveira — PSD.
 Rezende Monteiro — PTB.

Mato Grosso:

Edison Garcia — UDN.
 Miguel Marcondes — PTB.
 Ponce de Arruda — PSD.
 Rachid Mamed — PSD.
 Saldanha Derzi — UDN.
 Wilson Martins — UDN.

Paraná:

Accioly Filho — PDC.
 Antônio Annibelli — PTB.
 Braga Ramos — UDN.
 Eneas Nacle — PTB.
 Eraldo Gomes — PDC.
 Fernando Gama — PTB.
 Hermes Macedo — UDN.
 Ivan Luz — PRP.
 João Simões — PSD.
 Jorge Curi — UDN.
 José Richa — PDC.
 Lyrio Berolli — PSD.
 Maia Neto — PTB.
 Miguel Buffara — PTB.
 Moysés Lupion — PSD.
 Newton Carneiro — UDN.
 Paulo Montans — PSD.
 Petrónio Fernal — PTB.
 Plínio Costa — PSD.
 Rafael Rezende — PSD.
 Renato Celidônio — PTB.
 Wilson Chedid — PTB.
 Zacharias Seleme — UDN.

Santa Catarina:

Albino Zeni — UDN.
 Antônio Almeida — PSD.
 Aroldo Carvalho — UDN.
 Carneiro de Loyola — UDN.
 Joaquim Ramos — PSD.
 Laerte Vieira — UDN.
 Lenoir Vargas — PSD.
 Osmi Régis — PSD.
 Paulo Macarini — PTB.
 Pedro Zimmermann — PSD.

Rio Grande do Sul:

Adílio Viana — PTB.
 Afonso Anschau — PRP.
 Ary Alcântara — PSD.
 César Frielo — PTB.
 Cid Furtado — PDC.
 Euclides Triches — PDC.
 Flores Soares — UDN.
 Giordano Alves — PTB.
 Luciano Machado — PSD.
 Marçal Terra — PSD.
 Milton Dutra — PTB.

Norberto Schmidt — PL.
 Ortiz Borges — PTB.
 Osmar Grafulha — PTB.
 Peracchi Barcelos — PSD.
 Rubens Alves — PTB.
 Tarso Dutra — PSD.
 Temperani Pereira — PTB.
 Unirio Machado — PTB.
 Zaire Nunes — PTB.

Amapá:

Janary Nunes — PSP.

Roraima:

Alberto Mestrinho — PTB.

V — O SR. PRESIDENTE:

Levanto a sessão designando para a próxima a seguinte:

ORDEM DO DIA:

“TRABALHO DE COMISSÕES”

VI — Levanta-se a sessão às 16 horas.

Discurso pronunciado pelo Sr. Deputado Wilson Falcão na sessão vespertina de 5/12/63 e que seria publicado posteriormente.

O SR. WILSON FALCÃO:

Senhor Presidente, acabo de receber da Associação Rural de Feira de Santana, Estado da Bahia, a seguinte comunicação:

“Solicito, em nome Associação Rural Feira Santana, Estado da Bahia, ilustre representante nossa na Câmara Federal, a sua interferência junto Presidente João Goulart sentido liberatório do limite Agência Banco do Brasil, financiamento de tratores, implementos agrícolas, representação desta entidade beneficiária no Congresso Nacional.”
 — Gil Marques Porto, Presidente Associação Rural Feira de Santana.

Como a esta solicitação tão importante da Associação Rural de Feira de Santana nosso veemente apelo ao Senhor Presidente da República, para que S. Ex.ª, com a maior brevidade, através do Banco do Brasil, reexamine o crédito para financiamento de tratores e implementos agrícolas, permitindo essa modalidade de transação — um crédito extralimite.

No Plano Trienal, o Senhor Presidente da República reserva um capítulo especial ao problema dos equipamentos agrícolas e com muita propriedade ressalta que somente agora, com as vantagens da produção de tratores e implementos agrícolas nacionais, se poderá pensar em mecanização da agricultura, chegando à Bahia, ilustre representante da Associação Rural Feira Santana, Estado da Bahia, a seguinte comunicação:

“Ocupamos o nosso trabalho, segurando sistema de financiamento através da CREA do Banco do Brasil.”

Na realidade, ao que estamos assistindo é um apelo dramático como o da Associação de Feira de Santana, que deverá ser idêntico ao de todas as Associações Rurais do Brasil, que protestam contra o atual plano de financiamento de tratores adotado pelo Banco do Brasil, pois o mesmo não atende à realidade nacional e representa grande entrave aos propósitos de aumento da produtividade e da mão-de-obra agrícola e da rentabilidade agrícola, paralelamente aos da mecanização do trabalho agropecuário.

Ao exame mais superficial é constatado que a grande maioria dos agricultores nacionais e mesmo das cooperativas não têm condições financeiras nem possibilidade de adquirir

tratores e respectivos implementos agrícolas, a não ser através de plano de financiamento em bases técnicas e a longo prazo. O atual plano da CREA é inexecutable e deixa dúvida sobre a sinceridade de propósitos da política do Banco do Brasil no que diz respeito à produção agropecuária em todo o País. Por outro lado, se os fabricantes de tratores não alcançam consumo proporcional ao investimento de capacidade produtora, terão certamente que fundamente os lucros na especulação, encarecendo dia a dia o custo das máquinas, consequentemente dificultando a inadiável mecanização da nossa agricultura.

Não se pode pensar em reforma agrária objetiva sem que se traga na realidade melhoria de condições sociais do nosso ruralista, sem se pensar no aumento da produção e na melhoria dos padrões coletivos. Só assim a reforma agrária determinará riqueza para o País. Entre os fatores decisivos dessa melhoria está, fora de dúvida, a mecanização da agricultura, que só poderá ser atingida quando houver facilidade para aquisição de tratores e implementos agrícolas.

Concluo reiterando ao Senhor Presidente da República que leve em consideração o pedido da Associação Rural de Feira de Santana, que é também o de todas as Associações Rurais do Brasil, no sentido de uma reformulação dos planos de financiamento de tratores pelo Banco do Brasil, permitindo crédito extralimite, na certeza de que isso concorrerá de maneira decisiva para profunda modificação na estrutura agrária do País. (Muito bem.)

Discurso proferido pelo Sr. Deputado Mário Maia na sessão vespertina de 5/12/63 e que, entregue ao orador para revisão, seria publicado oportunamente.

O SR. MÁRIO MAIA:

Senhor Presidente, Srs. Deputados, quero inicialmente agradecer ao Deputado Ewaldo Pinto, líder do Bloco dos Pequenos Partidos, a oportunidade que dá à bancada do Estado do Acre de manifestar-se nesta homenagem póstuma ao nosso querido e saudoso companheiro José Kairala. Falo, portanto, neste momento, em nome da bancada acreana, independentemente de cor partidária, representante que sou, nesta Casa do Congresso Nacional do Partido Trabalhista Brasileiro.

Senhor Presidente, ontem à tarde, um pouco antes desta hora que passo, precisamente às 15,30, chegava eu às portas do Palácio do Congresso Nacional e ali mesmo fui avisado, pelos nobres colegas Deputados Jorge Kalume, meu companheiro de bancada, e Wanderley Dantas de que havia acontecido uma tragédia nesta Casa do povo brasileiro, e que a vítima havia sido um nosso companheiro de nossa infância, o Senador José Kairala.

O Sr. Renato Medeiros — Nobre Deputado Mário Maia, eu queria que V. Ex.ª também aproveitasse a ocasião para interpretar os sentimentos do Território de Rondônia, nesta homenagem póstuma que se presta ao Senador José Kairala.

Eram tais as ligações de amizade que ele mantinha com o nosso Território, que, há pouco, apresentou projeto, no Senado da República, no sentido de transformar o Território de Rondônia em Estado, iniciativa que mereceu todo o nosso apoio. Portanto, justifica-se este pedido que endereço a V. Ex.ª para representar também, neste momento, o Território de Rondônia, nesta homenagem.

O SR. MÁRIO MAIA — Deputado Renato Medeiros, incorporo ao meu discurso o aparte de V. Ex.ª.

O Sr. Teófilo Pires — Permissão. Ex.ª? Nobre Deputado, desejo inserir em seu discurso, como líder da bancada do Partido Republicano, um dos pequenos Partidos que formam bloco em nome do qual V. Ex.ª está falando nesta ocasião, a expressão de pesar meu e dos meus companheiros diante deste acontecimento que trouxe ao Congresso Nacional uma das suas jovens e mais futuras figuras. Associamo-nos à mágoa que pali desde a tarde de ontem, sobre esta Casa do Congresso Nacional, e, por intermédio de V. Ex.ª, acreano que manifestamos ao jovem Estado do Acre e à família enlutada nossa solidariedade nesta hora de dor e esperamos que melhores dias baixem sobre esta Casa do Congresso Nacional, a fim de que os representantes do povo possam trabalhar com olhos postos na grandeza da Pátria.

O SR. MÁRIO MAIA — Recebo o aparte de V. Ex.ª, em nome do Acre e da família enlutada, para que ele conste do meu discurso, nesta homenagem póstuma que prestamos ao nosso saudoso conterrâneo.

Tem o aparte o nobre Deputado do Espírito Santo, Dirceu Cardoso.

O Sr. Dirceu Cardoso — Permissão. V. Ex.ª que, em nome da bancada do PSD do Espírito Santo, me associe ao pesar e ao luto que cobrem o Estado do Acre. Não o fiz quando fulvava o representante do nosso bloco de Partidos, mas faço-o agora exatamente quando fala o intérprete do pensamento dos pequenos Partidos. E quero trazer a nossa homenagem a um homem que, representando um Estado pequeno, considero não tenha tido um fim faustoso, mas um fim pequeno e humilde também. Pequeno e humilde, não pela significação de sua vida, que foi grandiosa demais — eu, que fui seu amigo, sei por várias passagens, da sua resistência moral, heróica e vi como caiu, sem ter proferido uma palavra de queixa ou recriminação contra a mão que o abateu —, mas porque filho de um Estado pequeno, à sua disposição foi póstumo um avião que tem de fazer parada ainda no interior do País, e só amanhã chegará a seu Estado — não sei se pela distância do Acre ou pelas condições do avião que lhe colocaram à disposição.

O SR. MÁRIO MAIA — Por ambas as coisas.

O Sr. Dirceu Cardoso — Portanto, humilde, como sua família que hoje conhecemos e cujo pesar enternecemos as fibras mais íntimas do coração. Homem do interior, de um Estado pequeno, sua família os nobres colegas não conhecem, porque não frequenta as reuniões sociais de Brasília. Também eu vivo para meu lar, junto à Brasília do meu amor e da minha dedicação. Foi assim, ao ver as homenagens que prestavam a Câmara e o Senado da República, todos seus membros junto à família de José Kairala, humilde, chorando aquele choro mudo que entra na nossa alma e nos sacode o ser inteiramente, que considerei, no aeroporto, aquele avião, também pequeno, bem humilde, quase obsoleto, pronto para levar seu corpo inanimado. Um igual trouxera José Kairala, quando sua alma era cheia de esperanças; hoje esse o leva à terra natal como uma flor murca de uma esperança morta. Assim, nobre Deputado, em nome de um Estado pequeno de um pequeno Estado, associamo-nos com grandeza de coração, às homenagens que se rendem a José Kairala. Sei do destino grande que viveu, tão grande que, caído, disse apenas que estava ferido, mas não teve uma palavra de recriminação, de fúria, ou de ódio contra o braço assassino que o prostrou, na tarde de ontem. Neste instante em que V. Ex.ª fala em nome dos pequenos partidos, eu me as-

Voto ao pesar... que a Câmara, que o Senado e que a Nação brasileira saúdem com o desaparecimento de José Kairala.

O SR. MARIO MAIA — Agradeço ao Deputado Deceu Cardoso e considero fazendo corpo do meu discurso o aparte que deu em nome de seu partido e em nome do querido Estado do Espírito Santo.

O Sr. Evandir Triches — Nobre Deputado, V. Exa falando em nome do povo dos pequenos partidos fala em nome do Partido Democrata Cristão. Mas eu em nome dos democratas desta Casa, desejo dizer a V. Exa que a morte de nosso patriota José Kairala, que veio do longínquo Acre, aqui estava para emprestar sua experiência nas altas decisões do Senado da República. A morte desse nosso patriota há de ser um brado de alerta a ecoar nas duas Casas do Congresso e a dizer que há necessidade de uma reforma nos nossos costumes políticos. Há de ser uma voz a ecoar contra o ódio e a dizer a todos nós da Câmara, do Senado que só num clima de compreensão, entendimento, amor e respeito à pessoa humana haveremos de encontrar as soluções que o povo brasileiro espera para os seus graves problemas.

O SR. MARIO MAIA — Por certo Deputado, que também pensamos assim, aceitando e agradecendo, em nome do Acre, o aparte de solidariedade de V. Exa. Também temos esperanças de que o sacrifício do nosso jovem companheiro seja uma advertência marcada no futuro daqueles que reprezentam o povo brasileiro nesta Casa do Congresso Nacional.

O Sr. Nicolau Tuma — Por intermédio de V. Exa. travei conhecimento com o Senador José Kairala, há pouco mais de três meses. Nestes últimos dias do convívio, tanto nas sessões do Senado como nas da Câmara, aprendi a admirar naquele jovem o amor que dedava ao seu mandato e a esta Nação. Há poucos dias, convidava-me ele para assistir a um discurso que iria pronunciar, discursando sobre o sacrifício do nosso jovem companheiro seja uma advertência marcada no futuro daqueles que reprezentam o povo brasileiro nesta Casa do Congresso Nacional.

O Sr. Nicolau Tuma — Por intermédio de V. Exa. travei conhecimento com o Senador José Kairala, há pouco mais de três meses. Nestes últimos dias do convívio, tanto nas sessões do Senado como nas da Câmara, aprendi a admirar naquele jovem o amor que dedava ao seu mandato e a esta Nação. Há poucos dias, convidava-me ele para assistir a um discurso que iria pronunciar, discursando sobre o sacrifício do nosso jovem companheiro seja uma advertência marcada no futuro daqueles que reprezentam o povo brasileiro nesta Casa do Congresso Nacional.

vilização fenícia, que se integrou de modo magnífico nesta civilização brasileira.

Neste instante de tristeza para o Congresso Nacional, para a sua família, especialmente para o mais jovem Estado da Federação, tributo também, na minha homenagem, a homenagem do Estado de São Paulo à pessoa deste jovem desaparecido, esperando que o seu sangue inocente, que molhou os tapetes do Senado da República, possa redimir esta época triste que estamos vivendo e desarmar os espíritos e abrandar os ódios que conseguem armar os braços que abatem os inocentes.

O SR. MARIO MAIA — Muito agradeço ao nobre Deputado Nicolau Tuma o seu aparte que dá em nome do Estado de São Paulo. Realmente nós, daquele este brasileiro, nos consideramos filhos de uma geração pioneira, dos descendentes genuínos de brasileiros que vieram do Nordeste, e José Kairala, como outros tantos companheiros conterrâneos meus, filhos também de descendentes que vieram de outras plagas mais distantes, que atravessaram o Atlântico encapado e penetrando fundo no oceano de água doce, subiram até os confins dos rios da Amazônia para ajudarem a plantar num marco heróico, o alargamento da grandeza de nossa pátria. Muito deve o Acre à colônia sirio-libanesa, que também pegou em armas para conquistá-lo e doá-lo à pátria brasileira. Considerar-nos, portanto, filhos de uma geração pioneira, vindos não apenas de várias partes do Brasil, mas de várias partes do globo, como é o exemplo da colônia sirio-libanesa em meu Estado.

Tem o aparte o nobre Deputado Benjamim Farah.

O Sr. Benjamim Farah — Meu caro colega, estou também profundamente conternado com a tragédia que ocorreu ontem no Senado da República e que abateu o Senador José Kairala. Fico profundamente entristecido com essa tragédia, porque aquele Senador veio lá do longínquo terrão, lá do extremo oeste do Brasil, tanto da Bahia, trazendo a sua mocidade, o seu idealismo, a sua fé no Parlamento e quando ele fez essa trajetória e se sentou a sua vida, porque teve a honra de ser amigo daquele Senador, afortunado a admirá-lo. Nesse dia, ele me relatou a sua vida e eu me lembrei também de um outro libanês que contornou a costa, atravessou o Rio Grande do Sul e foi lá para o longínquo Mato Grosso, numa viagem que durou três meses, onde plantou também um cedro do Líbano. Lá deu 14 filhos ao Brasil, um dos quais é este que tem a honra de falar neste instante. O drama de Kairala foi muito mais difícil.

O SR. MARIO MAIA — E naquela época.

O Sr. Benjamim Farah — Esse homem, não podendo vir assistir à glória do seu filho neste Parlamento, mandou a esposa, aquela velhinha que nós tivemos a oportunidade de ver, hoje, debruçada sobre o seu filho morto, derramando as lágrimas de saudade, aquela velhinha que por certo assistiu à trajetória, ao sacrifício e ao drama do seu esposo para conquistar as simpatias, para conquistar as amizades, para conquistar o respeito de que seu filho desfrutava. Ela acompanhou o seu filho vivo e hoje leva o seu filho morto, para o Estado do Acre. Ah, meus colegas não sei como traduzir a minha dor, o meu sentimento e a minha revolta diante desse ódio que surgiu nas plagas de Alaceras e estourou no Senado da República, estendendo o sangue de um inocente. Mas leve aquela povo bravo e leve a família enlutada de Kairala a expressão de nossa solidariedade e também o juramento de que nós não vamos assistir a esses

queremos que este Parlamento se imponha ao respeito do povo. Queremos que o ódio fique fora das paredes desta Casa, porque o ódio é motivo de luto, de lágrimas e de aniquilamento. Só o amor constrói. Desejamos aqui o amor, a confraternização, para que possamos defender com dignidade o nosso povo. Esta é a homenagem que quero prestar, neste instante, afirmando que nós outros que acreditamos na Democracia que temos uma confiança inabalável no Congresso, continuaremos na luta, na defesa da bandeira que Kairala nos entregou, e daremos uma resposta ao povo. Este Congresso não será, se Deus quiser, nunca mais, uma arena de glândores, mas, será sim, uma Casa para a qual deve voltar a confiança do povo, de onde devem surgir leis para a tranquilidade, para a paz e para a felicidade do povo brasileiro.

O SR. MARIO MAIA — Agradeço ao nobre Deputado Benjamim Farah o aparte que leu ao nobre discurso, em homenagem ao saudoso companheiro de bancada e à família enlutada. Por certo, ontem, esta Casa do Congresso perdeu um dos mais jovens senão o mais jovem dos seus Senadores e que, jovem, não deixou de ser um dos mais valiosos representantes nesta Casa, pelo seu caráter, pelo seu companheirismo, pela amizade que dedicava aos amigos, pela lealdade com que tentava os adversários pela grandeza do seu espírito, pelo amor à ordem, à disciplina, como tradição do comportamento de um cidadão que se pedia e que gozava de seu digno dentro da sociedade de que faz parte. Nos outros, seus amigos, de infância, perdemos por certo, particularmente, um companheiro das horas de conversa, das horas de recordações dos dias idos de nossa juventude.

O Sr. Abel Rufael — Sr. Deputado a bancada do Partido da Representação Popular, que não pertence ao bloco dos pequenos partidos, vem pedir a V. Exa. que, com a delegação do Bloco dos pequenos partidos, também fale em nome da nossa bancada, do novo partido. Sentimos duplamente a perda desse Senador, pelo que representava de valor moral e pelo que representava esse atentado ao princípio democrático da nossa terra. Com esse processo, nós nunca faremos uma democracia no Brasil. De forma que, Sr. Deputado, a minha bancada acha que não passará de uma hipocrisia de uma farra, toda essa homenagem de o Senado não estar o mandado desses dois Senadores (Muito bem, Palmas). Já sentimos a poliblogem no meio; começam a falar na Justiça comum. Ou o Congresso tem decido ou não tem decido. Vamos sempre lembrar-nos de José Kairala como uma vítima inocente de uma bola desperdiçada e extraviada. Mas, a perda dele devia servir como exemplo e como medida para se colhiem esses abusos. Estamos vivendo dias agitados e dias mais agitados teremos, em que nesta sala, não veremos apenas as lutas de Alagoas, mas as lutas ideológicas. E se cada um de nós não se sentir devidamente garantido, virá cada qual mais armado a este plenário. Então, qualquer de nós — V. Exa. ou eu — poderá também ser vítima do que aconteceu aquele Senador. Assim, essa homenagem toda é muito justa. Sr. Deputado, mas a homenagem maior que se fará à memória de José Kairala é a cassação do mandato dos dois Senadores envolvidos na tragédia, porque quando o Congresso não tem mais a força do argumento, a força da palavra, e precisa recorrer à força das armas, a democracia está falida. Ou o Congresso afirma que, de fato, está de pé e tem decido ou não adiancia telarmos mais em defesa de fatos impassíveis. Queremos justiça,

democracia, porque será um valor fugido.

O SR. MARIO MAIA — Muito obrigado, Deputado Abel Rufael. E na sua intenção abordar esse problema ao longo da nossa homenagem, mas desde já, faço minhas as palavras de V. Exa.

Como dizíamos, Sr. Deputados, Senhor Presidente, chegamos a esta Casa do Congresso Nacional e recebimos a notícia do trágico acontecimento.

A Sra. Neey Novais — Ontem, ao chegar a esta Casa, fui sacudida pela tragédia cujo pai foi o Senado da República. Confesso, Sr. Deputado que não tive coragem para ir lá e muito menos para conhecer a família da vítima. Saltou-me esta coragem porque compreendi o sofrimento, a tragédia daquela mãe, daquela esposa e daquelas crianças.

Faz uma idéia do que podiam estar sofrendo e da sorte que os espera por aí fora. A mulher, quando se dá a dedica ao seu esposo o seu amor, a sua vida, toda a existência. Depois desdobra esse sentimento para com os filhos. Portanto, a mãe presente, já foi esposa, já o filho que via sacrificado. Ao sentir essa tragédia, ao compreendê-la, faltou-me coragem para ver aquela que representava o drama de tantas mães, de tantas viúvas, de tantos filhos. E nenhuma homenagem eu podia prestar, nenhuma solidariedade maior podia dar à mãe e filhos do que pensar nêles como pensei aqui, ao procurar ampará-los. Porque a mãe que perde o filho e crucificada; a esposa que perde o marido perde o seu beluarde, o seu companheiro, o seu castelo para todas as horas da vida. De modo que a carga a tragédia de mais uma esposa que se torna viúva e de outras crianças que se tornam órfãs na nossa terra.

Sr. Deputado, venho a esta tribuna com um único propósito: solidarizar-me com as memórias postumas que se prestam a um bravo lutador, a um Senador que combata no campo de sua vida que veio como nós para esta Casa com espírito único de trabalhar pela nossa Pátria estremejada e encontrou a morte de modo tão injusto e cruel. Que sirva a morte deste Senador como alerta e como advertência para que seremos os espíritos, para que haja paz, não esta paz tão fajada e tão pouco executada, mas essa paz que traz a tranquilidade e a compreensão e, principalmente, o perdão. Sem essa verdadeira paz, nada se faz nesta Casa. Solidarizo-me, portanto, mais uma vez, com a família enlutada, pedindo a Deus que o ajude, porque só ele, que é o dono da vida, poderá lhes dar forças para continuar, para principiar esta via crucial que só a vida, só a mãe que perde o filho, só os órfãos podem avaliar. Era o que tinha a dizer, Sr. Deputado, agradecendo a V. Exa.

O SR. MARIO MAIA — Muito agradeço a V. Exa. Deputada Neey Novais, e peço licença para incorporar ao meu discurso as palavras sentidas, partidas da profundidade de seu coração de mãe, dirigidas aquela mãe que perdeu o filho, aquela esposa que perdeu o marido e aquele filho pequenino que, em seu colo, chorava a perda do pai. Pois foi assim, Deputada Neey Novais, que encontrei ontem, ao sair da sala de cirurgia, onde estive junto com os companheiros de profissão médica, integrando a equipe de anestesiologia, num esforço tremendo para superar a morte; foi assim que, ao sair da sala de operações, derrotado com os demais companheiros pela fatalidade do destino, fui encontrar a família do nobre Senador Kairala. E confesso a V. Exa. que a primeira vez que tentei entrar na sala onde estava a família enlutada, recuei e não tive coragem para expressar os meus sentimentos: foi

preciso que eu sentasse, pensasse novamente e me enchesse de coragem para chegar junto aquela velhinha iracundíssima que não compreendia por que aquela bala assassinava a quem que parecia justamente no corpo de seu filho, aquele filho que era para partir carregado de esperanças, cheio de idéias para representar sua terra natal, orgulhoso de ter sido escolhido pelos seus irmãos de gleba para trazer ao conhecimento da outra Casa do Congresso as mazelas da pobre gente que habita as ribanceiras, no longo dos rios violentos da grande planície amazônica. O que poderia eu lhe dizer naquele instante? Que se corrolasse, pois a vida era assim mesmo? Quando na realidade não é? Aquelas que prezam a vida, desejam que ela tenha um fim mais digno e significativo.

Qualquer palavra que desse esse de consolo, seriam óceas e sem significação. E aquela criança que chorava não compreendia a razão de suas lágrimas, não sabia por que seu pai não estava junto a ele naquele momento; desconhecida, em sua inocência, que o haviam arrebatado do convívio de sua família. Aquela criança chorava inocente e olhava para nós todos, adultos, que procurávamos levar aquela família uma palavra de conforto, mas que só tínhamos, diante da intensidade da tragédia, o silêncio e a fisionomia carregada, embora as lágrimas gotejassem sobre nosso coração.

Mas, Sr. Presidente, encerrando, neste oportuno momento, minhas palavras, não poderia deixar de, antes, prestar meu agradecimento pessoal, o agradecimento da bancada acreana e de nossa bancada, e, especialmente o agradecimento da família do Senador José Kairala à equipe de médicos do Hospital Distrital, pela presteza e habilidade técnica com que dispõememos esforço incansável, cumpriram o seu dever, no verdadeiro sacerdócio, de preservar a preciosos dádiva que só Deus pode conceder ao homem: a vida, naquela sala restrita de operações, chegamos no momento em que era levado na maca o Senador José Kairala. Estava ainda vivo, agonizante, lívido, pálido, em estado de choque, com a saudosa característica do estado de hemorragia interna aguda. Então, debruçando-me sobre ele, senti a emoção de quem se debruça sobre um irmão, moribundo e falé: "Kairala, Kairalito — pois era assim que o tratávamos em nossa terra, na intimidade — é Mário Maia que está aqui ao teu lado." Ele abriu os olhos e disse: "Mário, dê-me um remédio para dormir, que estou sentindo muita dor e sei que vou morrer. E você, com nossos amigos, tome conta das crianças".

Puésimos, então, com os demais companheiros, às providências necessárias da ordenação para ver se superávamos a falta de sangue do coração que batia em seco. Imediatamente, nos três minutos após, ele teve uma hipotimia. E eu, verificando o pulso, pressão e a respiração, percebi que ele havia tido uma parada cardíaca. Ordenei que ali mesmo, ainda na maca pois ele iria ser trasladado à mesa de operações — e aqui quero ressaltar a presteza da equipe médica que já estava pronta para atender à minha solicitação — que lhes abrissem o tórax e procedessem a massagem cardíaca. Sem perda de tempo, dentro de um minuto e meio, estavam os colegas com o coração de Kairala nas mãos, dando suas últimas batidas, e logo parou. Então, foi iniciada a luta, a grande luta pela vida e a massagem se processou no período inicial, durante meia hora. Superada a primeira etapa do perigo, o coração voltou a bater espontaneamente. Através de transfusões de sangue copiosas, correndo sob pressão nas veias de

José Kairala, mantivemos uma pressão arterial de 8, enquanto os cirurgiões, numa luta tremenda, procuravam debelar a hemorragia.

Mas, nobre Presidente, e nobres Deputados, estou dando o depoimento relativo sobre o atendimento de José Kairala, para que fique registrada a intensidade da tragédia, a fatalidade dos ferimentos. Foram atendidas várias aças intestinais, mesentérico e a veia cava inferior sofreu um esgarçamento longitudinal de cerca de 6 cm, atingindo parcialmente a veia hipogástrica. A bala, continuando um percurso posterior, foi atingir a coluna sacro-lombar, fraturando-a continuamente.

Não era, no momento, oportuno procurar-se a bala; nesses casos, procura-se de pronto fazer a correção dos ferimentos no seu trajeto. A bala causou, um ferimento grave no sacro, esfolhando, naturalmente, as veias e artérias, desse órgão osseo, de onde vinha a hemorragia mais abundante, após o clareamento da cava, a qual não foi possível estancar. As demais o foram pela habilidade, a técnica e a presteza com que a equipe se ateve ao caso cirúrgico, muito embora a gravidade e a fatalidade dos ferimentos.

Todas as providências foram em tempo hábil tomadas pelas equipes de anestesiologia e de cirurgia e pelos médicos encarregados das massagens cardíacas, bem como pelo colega da cardiologia, que estava controlando as ondas e os batimentos cardíacos, através do aparelho eletrocardiográfico e também do médico do Senado, que acompanhou o nobre Senador no momento do ferimento, e lhe deu assistência clínica. Todos os esforços foram feitos para superar a morte e, após 4 horas e meia de luta insana, após se transfundirem 13 litros de sangue, substituindo mais de 3 vezes a meia o volume do sangue provável do nobre Senador Kairala, não tivemos mais condições de debelar a hemorragia nem de sustentar artificialmente a vida. Assim, após a quinta massagem cardíaca, pois o coração parou por quatro vezes, não conseguimos mais fazer com que ele voltasse a trabalhar, embora nós próprios, como assistentes, tivéssemos tentado a última massagem cardíaca, durante cerca de 25 minutos. Mas, infelizmente, o coração não respondeu mais, porque não tinha condições.

Faço questão de destacar os nomes dos médicos que denodadamente tentaram salvar a vida do Senador José Kairala:

- Equipe Cirúrgica:
- Chefe: Dr. José Favanl
- Dr. Hildebrando Deblase
- Dr. Rodrigo Octavio
- Dr. Paulo Horta
- Dr. Adib Jathene.

- Anestesiologia:
- Dr. Elio Monteiro
- Dr. José Carlos Dias
- Dr. Milton Celestino Ferreira.
- Transfusões de sangue:
- Dr. Hélio Vaz.
- Cardiologia:
- Dr. Ely Toscano Barbosa.
- Clínico (Senado):
- Dr. Evilásio Veloso.

Esta tragédia, Sr. Presidente, Senhores Deputados, talvez pudesse ter sido evitada, se, como disse aqui anteriormente o nobre Deputado Valério Magalhães, que usou da palavra em nome da Maioria — sel igualmente que falou em nome do Acre. Bancada que o nobre Deputado também representa — se os homens viessem para a Casa do Povo apenas armados da

palavra, trazendo para este recinto a arma do pensamento e do verbo.

Aqui vimos discutir os problemas do povo, através de nossas ideias, e não através dos meios utilizados pelos fascinosos, pelos pistoleiros, através de armas que dizimam criaturas inocentes. Deputado do povo brasileiro, orgulho-me de dizer que jamais, desde criança poriei arma. Não desarmado. Posso tirar o paleio em qualquer recinto. Jamais poriei facas ou canivete sequer, porque acredito que o homem é dotado de inteligência, sobretudo para argumentar com a razão e não com a força bruta e assassina. E aquele que não tem intenção de matar não encontra razão de andar armado para tirar a vida de quem quer que seja, muito menos daqueles que inocentemente foram colocados sob a mira trepidada da moinhos criminosos que errou o alvo de seu ódio.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero deixar aqui uma advertência e um apelo para que não se repitam fatos, como esse. Aquêles que vêm para a Casa do Congresso e pensam que aqui é recinto de pugilato humano, aquêles que pensam transformar esta Casa em Coliseu Romano das épocas pré-medievais, esses devem ser, pelas duas Casas do Congresso, levados à execução pública. E nós, da bancada acreana, e creio que neste momento falamos em nome de todos os Deputados e Senadores de bom senso, desta República, pedimos sejam cassados imediatamente os mandatos daqueles que vierem se digladiar portando armas assassinas, dentro do plenário do Congresso, roubando uma vida que nada tinha a ver com os rancores dos demônios.

Não basta apenas entregá-los à Justiça ou dar licença para serem processados. Se o Congresso Nacional não tomar providências energéticas, no sentido de dar satisfação pronta ao povo brasileiro, que lá fora espera a palavra de seus representantes, de condenação a esses homens, correrá o risco de, por inteiro, ser acusado de estar apodrecendo, caído aos pedações sobre as cabeças de seus próprios representantes. O homem de bom vontade, de bom senso têm de fazer valer a sua palavra para que impere em nossas discussões a cordalidade e a compreensão, o respeito mútuo, o respeito do patriotismo, o inspirador de nosso comportamento perante o povo.

Portanto, Sr. Presidente, aqui fica meu protesto por esse crime abominável e inominável, acontecido no recinto da Casa do povo brasileiro. Creio que, através da minha palavra, neste momento, a banca acreana, a bancada de todos os Estados e mesmo todo o povo brasileiro perguntam o que o Congresso fará com o assassino de José Kairala, com os responsáveis pela sua morte. Faço esta advertência e este apelo às duas Casas do Congresso Nacional: advertência de julgamento perante o povo, apelo no sentido de que as Mesas das duas Casas cassem imediatamente o mandato dos criminosos e responsáveis pela tragédia, entregando-os ao julgamento, para que recebam a pena devida pela Justiça comum.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (O orador é abraçado).

Discurso proferido pelo Sr. Deputado Pedro Aleixo na sessão matutina de 15 de dezembro de 1963 e que, entregue ao orador para revisão, seria publicado oportunamente.

O SR. PEDRO ALEIXO:

Sr. Presidente e Srs. Deputados, este costuma ser o momento aproveitado para uma prestação de contas. Contas presta quem as deve e sempre o mandatário contas deve ao mandante. Mandatários que somos do povo, ao povo contas devemos.

Permitido nos seja, porém, a nós que não temos a responsabilidade ou direção e do comando nesta Casa, a nós que não dispomos de força numérica para impor deliberações, a nós que somos reconhecida e efetivamente a minoria, permitindo nos seja proclamar que vivemos num clima de incompreensões, de distorções, de provocações durante a primeira sessão legislativa da legislatura em curso.

Uma grande luta teve por cenário este País, mas não para executar o regime, que a Nação escolheu em 1946 e sim para a demolição das instituições democráticas.

A inauguração de nossos trabalhos legislativos coincidiu com a restauração do sistema presidencialista, depois de um plebiscito cujo resultado foi alcançado à custa de uma propaganda tendenciosa e na qual se anunciava que todos os males que nos afligem, muitos dos quais contemporâneos da época colonial, seriam prontamente dominados e extirpados.

Cumpra recordar que o plebiscito fez em 6 de janeiro do corrente ano, quando já estavam eleitos os representantes do povo para a Câmara dos Deputados e para o Senado da República. Compromissos que não foram tomados pelos representantes do povo não deviam ser cobrados dos representantes do povo.

No entanto, como os beneficiários do resultado do plebiscito não tinham condições para cumprir os compromissos que assumiram, procuraram atribuir ao Congresso Nacional a obrigação de fazer o que haviam prometido. Intensificou-se, então, tomentoso movimento pela aprovação de reformas denominadas de base.

Certos de que as reformas eram irrealizáveis e mais certos de que quando algumas delas realizáveis fosse de sua realização não adviriam os benefícios anunciados, seus preconizadores foram para os comícios das praças públicas levar a débito de deputados e senadores a impossibilidade que não tinham capacidade de superar.

Para iludir os ouvintes não faltariam distorções e falsas interpretações. Pois na Constituição não está escrito que todo o poder emana do povo e em seu nome será exercido? Então para que Congresso? Por que esperar o Congresso? As reformas, as transformações, as modificações da legislação podem ser feitas logo, diretamente pelo povo, ainda mesmo que não se saiba em que consistem as modificações, as transformações e as reformas.

De quando em quando, Sr. Presidente, é preciso busquemos nos livros clássicos, nos velhos autores, um ensinamento que o genio que o inspirou faz sempre atual. Tomo de uma Seleta dos Ensaios de Montaigne este trecho escrito sob o título — *De não mudar facilmente uma lei aceita:*

"A falar com franqueza, parece-me sinal de grande amor próprio e presunção estimar as próprias opiniões a tal ponto que, para estabelecê-las, seja necessário transformar a paz pública e introduzir no seu próprio país tantos males inevitáveis, e com a guerra civil, uma horrível corrupção e mudanças de estado em coisas de tamanho peso."

Sentimos, é certo, que estamos diante de um desafio, conforme tanto se repete: ou resolvemos democraticamente o problema econômico ou teremos de correr o risco da abolição da própria democracia. Mas nada nos impede de por meios democráticos encontrar a solução que nos permita resguardar as garantias dos direitos individuais existentes e, simultaneamente, fazer que elas se generalizem tanto que nenhuma pessoa humana deixe de ser protegida pela ordem jurídica dominante.

A Constituição que nos rege não é cretaca, não está superada pela realidade contemporânea. Fazemos, a propósito, um pouco de História.

Admita-se que foi a burguesia do fim do século XVIII que conseguiu, por meio de uma revolução, suprimir os privilégios da nobreza e do clero e instituir o regime representativo com o pressuposto da soberania do povo ou da nação. Mas, simultaneamente, escreveu-se a admirável página que constitui a Declaração dos Direitos do Homem. Os revolucionários de então emergindo para o governo, para a direção da coisa pública, identificaram-se em todos os membros da sociedade humana e não se limitaram a fazer da garantia dos direitos individuais um privilégio de classe, um monopólio da burguesia. Ao contrário, todos os cidadãos encontraram reconhecidos, na Declaração revolucionária, os seus direitos fundamentais, porque garantidos foram os direitos fundamentais de cada pessoa humana.

As desigualdades econômicas contudo, desigualdades que ao longo do tempo foram se aprofundando, tornavam difícil para muitos o exercício de direitos proclamados em favor de todos.

A efetivação das garantias para quantos pertencem à coletividade humana e que tem sido realmente o estágio que se desenvolve nestes dois últimos séculos. Para conseguir esta etapa que se catalogadas várias fórmulas. A mais grave é a que prega a revolução, que não há de ser apenas uma revolução política, revolução de minoria, e, sim, uma revolução da maioria, porque somente esta é que permitiria o advento da era socialista. Mas com esta revolução preconizada não se confundem as que se fizeram, em alguns países, pelas experiências feitas, algumas já bastante conhecidas. Tem demonstrado que os vencedores, quando ativos, acabam constituindo nova classe que se junta com os privilegiados dos vencidos.

Ente nós a pregação revolucionária se fez por uma revolução marxista, cuja vitória, se alcançada, teria a finalidade de instituir, onde não efetivamente protegida pelas garantias aos diversos indivíduos.

Alçado o processo revolucionário, restou-se o estágio da transição social com a abolição do capitalismo por meios pacíficos. São experiências tentadas, com êxito aparente, na Noruega, da Suécia e as que constituem o programa do Partido Trabalhista na Inglaterra.

Com base no sistema capitalista, dominou-se para o socialismo mediante a planificação econômica. Há mesmo quem sustente que hoje não há que escolher entre a planificação e o laissez faire, pois somente é dado optar entre uma boa ou má planificação.

Fundamente, com o neo-liberalismo, precebe-se a liberdade de iniciativa privada mas adiante-se uma intervenção cada vez mais onerosa do Estado para submeter a liberdade econômica ao interesse da coletividade.

Se a revolução é, portanto, perfeitamente possível a realização de reformas no estágio do problema econômico. E esta Câmara, Sr. Presi-

dente, tem demonstrado que está habilitada a regular, através de normas de caráter geral, a vida política, social e econômica do país.

Nem se diga que o Congresso não representa autenticamente o povo brasileiro porque o eleitorado que comparece às urnas é menos de um quarto da população nacional. Muito menos razão assiste àqueles que alegam que não podemos ter representação autêntica enquanto não tivermos concedido o voto aos analfabetos.

Partidário que sou do sufrágio universal, nenhuma objeção oponho a que se universalize o exercício do voto, para concedê-lo a quem quer que tenha a necessária maturidade para fazer uma opção ou uma escolha (falmas).

Mas não posso compreender que sejam ilegítimos os mandatos atuais, quando se aceita a legitimidade de mandatos de representantes do povo brasileiro em outras épocas, quando é certo que cresce sempre o número de eleitores, pela ampliação do direito ativo de votar, quando sabemos que, enquanto não se encontra meio seguro para que o cidadão analfabeto o unân, exprima sua opinião, é que o mandato pode ser increpado de ilegítimo.

Ainda no último pleito observamos significativo resultado. Instituída a cédula única, grande parte do nosso eleitorado demonstrou que não está em condições de manifestar suas preferências, tanto que cresceram assustadoramente os votos nulos e os votos em branco. Da minha terra, da minha Capital, dou o exemplo. Belo Horizonte se arrola entre as cidades mais cultas deste País. Ainda assim, em 219 mil votantes 73 mil votos não puderam ser apurados porque os eleitores não souberam fazer a escolha de seus candidatos, não sabiam escrever um nome ou, sequer, escrever simples algarismos.

Logo, pois, da realidade quanto, com o objetivo único de lançar dúvidas sobre a legitimidade dos mandatos de deputados e senadores preçam a necessidade da integração da analfabetos no corpo eleitoral sem a interrupção de processo que permita a qualquer eleitor manifestar sua vontade de modo a ser convenientemente apurada.

De outra parte, Sr. Presidente atribui a falta de identificação do Congresso com o povo o fato de não haverem sido votadas reformas diversas. Nada mais injusto.

Ames de tudo é preciso que se reconheça que encontramos nesta Casa a maior receptividade todos os angustiosos problemas populares e o mais vivo interesse em que sejam devidamente solucionados; é preciso que se diga que esta Casa, ao fim da sessão legislativa ordinária que V. Exa., com tanta propriedade, encareceu e louvou, que esta Casa pode proclamar que jamais foi abrigo de privilégios de quem quer que seja conforme bem o provam os debates e os votos proferidos sobre os projetos submetidos a discussão. Nenhuma das proposições nenhuma delas, o Senhor Presidente resguardou ou criou privilégios de

qualquer natureza. Se, portanto, quiserem combatê-los, não precisam preocupar-se com a posição, a atitude, o pensamento de Congressistas. Os privilégios estão lá fora, crescendo e multiplicando (muito bem; palmus), principalmente pela concessão de empregos e favores e por causa da mais desenfreada corrupção, de tal sorte que muitos dos que os combatem conquistam, como prêmio de seus esforços, imensas fortunas ou asseguram o gozo de fortunas mal adquiridas.

Depois deve ser acentuado — e V. Exa. lá o acentuou em relação à reforma agrária — que das reformas que nos são cobradas algumas nem ao menos foram enviadas a esta Casa, outras somente o foram tardiamente e as demais tiveram o seu curso embaracado por influência dos próprios cobradores.

A Câmara dos Deputados tem estudado pacientemente o problema do Estatuto da Terra e os votos, os pareceres e os discursos sobre este assunto cogitam mesmo todos os aspectos do problema, não sendo ilicito que se entenda que somente serve certa modalidade de reforma agrária e não a reforma agrária que o Congresso considerará mais conveniente para a nação.

E a reforma bancária? Está ela, Sr. Presidente, em mesa, depois dos pareceres e substitutivos aprovados pela Comissão Especial, mas a demora na sua elaboração definitiva não pode ser levada a débito da Câmara dos Deputados (muito bem!). Numerosas foram as intervenções que se fizeram da parte do Executivo para que aquela proposição tivesse o seu curso regularizado e houve até o recurso a uma greve como pressão para que a Câmara não deliberasse a propósito da modificação da legislação bancária.

E a reforma administrativa? Apenas há 2 dias chegou a mensagem com a proposição oficial.

Senhor Presidente, no relatório de V. Exa. e no discurso do nobre líder do Partido Social Democrático, Sr. Deputado Martins Rodrigues, estão expostos os valiosos trabalhos que esta Casa realizou. Mas, quando tudo quando se fez pudesse ser esquecido, cada um de nós, ao defrontar com seus mandantes e diante da pergunta — Que fizestes? Poderá, de consciência tranqüila responder: "Impedimos, com a nossa presença que fossem suspensas ou abolidas as liberdades do povo. (Muito bem; muito bem Palmus prolongadas. O orador é cumprimentado).

SECRETARIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DO PRIMEIRO SECRETÁRIO

RESPOSTAS A REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÕES

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Aviso nº 2.585, de 9 de dezembro de 1963 — Encaminhando informações

relativas ao Projeto de Lei nº 3.767 de 1961.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Aviso nº 140 BR., de 13 de dezembro de 1963 — Encaminhando informações relativas ao Pedido de Informações nº 89-61, de autoria do Senhor Deputado Abel Rafael.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Aviso nº GB-382, de 10 de dezembro de 1963 — Encaminhando informações relativas ao Requerimento de Informações nº 1.086, de 1963, de autoria do Sr. Deputado Dias Menezes, prestadas pela Direção Geral da Fazenda Nacional.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Aviso nº 139, de 13 de dezembro de 1963 — Encaminhando informações a respeito do Pedido de Informações nº 947, de 1963, de autoria do Senhor Deputado Valério Magalhães.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO

Nº AP-174, de 13 de dezembro de 1963 — Encaminhando informações prestadas pelo Grupo Executivo da Indústria Automobilística a respeito do Pedido de Informações nº 557, de 1963.

GOVERNO DO ESTADO DA GUANABARA

Ofício nº 619, de 20 de novembro de 1963, da Secretaria de Segurança Pública.

Brasília, 17 de dezembro de 1963. — José Bonifácio, 1º Secretário.

DIRETORIA-GERAL

Relação de processos encaminhados pelo Diretor-Geral em 15 de dezembro de 1963.

Inferendos — Assunto — Destino
Terezinha Nóbrega Araújo — Averbação de tempo de serviço — Mesa.
José Estevam M. Tavares — Idem — Mesa.

Difermando Fassini — Gratificação adicional — Mesa.

Nilo Corrêa Lima — Licença-prêmio — Mesa.

Maria Abreu Azeredo — Idem — Mesa.

Vera Lúcia B. B. Pires — Licença de gestante — Mesa.

João Marçal Tramm — Averbação de tempo de serviço — Mesa.

Diretoria de Segurança — Providências sobre entrada de pessoas estranhas no Plenário 1º Sec.

José Maria P. Sobrinho — Licença para tratamento de pessoa da família — Mesa.

D. A. M. — Substituição de persianas — Mesa.

Jonatas Viana Alfalate — Pede ressarcimento — Mesa.

Publique-se. Em 16 de dezembro de 1963. — Francisco Sebastião Macstralli — Diretor-Geral Substituto.

PÁGINA ORIGINAL EM BRANCO

PÁGINA ORIGINAL EM BRANCO